

**Pesquisa Nacional Caracterização
das práticas educativas com
crianças de 0 a 6 anos de idade
residentes em área rural - 2012**



Mapeamento e análise das realidades investigadas na região norte

VOLUME 1
região norte

**Pesquisa Nacional Caracterização
das práticas educativas com
crianças de 0 a 6 anos de idade
residentes em área rural - 2012**

**Mapeamento e análise das
realidades investigadas na
região norte**

**VOLUME 1
região norte**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL

COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Coordenação da Pesquisa

Coordenação Geral:

Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Coordenação Adjunta:

Ana Paula Soares da Silva (USP/Ribeirão Preto)

Jaqueline Pasuch (UNEMAT/SINOP)

Coordenações Regionais

Coordenador Região Norte:

Maria Natalina Mendes Freitas (UFPA)

Coordenador Adjunto Região Norte:

Leandro Passarinho Reis Júnior (UFPA)

Coordenador Região Nordeste:

Fernanda de Lourdes Almeida Leal (UFCEG)

Coordenador Adjunto Região Nordeste:

Fabiana Ramos (UFCEG)

Coordenador Região Centro-Oeste:

Jaqueline Pasuch (UNEMAT/SINOP)

Coordenador Adjunto Região Centro-Oeste:

Tânia Mara Dornellas dos Santos (CONTAG)

Coordenador Região Sudeste:

Isabel de Oliveira e Silva (UFMG)

Coordenador Adjunto Região Sudeste:

Iza Rodrigues da Luz (UFMG)

Coordenador Região Sul:

Simone Santos de Albuquerque (UFRGS)

Coordenador Adjunto Região Sul:

Cynthia Votto Fernandes (UFRGS)

Consultoria

Elsa Cristina de Mundstock (Estatística/UFRGS)

Fúlvia Rosemberg (Educação Infantil - Metodologia/PUCSP - FCC)

Ivaldo Gehlen (Sociologia Rural - Metodologia/UFRGS)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
PARTE 1.....	9
1. A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREA RURAL NO BRASIL: ELEMENTOS CONCEITUAIS E NORMATIVOS.....	9
2. QUESTÕES ÉTICAS E METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS QUALITATIVOS	21
2.1. Questões éticas da pesquisa.....	21
2.2. Processo metodológico dos estudos qualitativos das cinco regiões do país	23
2.2.1. Os instrumentos da pesquisa.....	29
2.2.3. A coleta de dados	30
2.3. Processo Metodológico de Análise de dados	31
PARTE 2.....	35
3. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS PARA ESTUDOS QUALITATIVOS DA REGIÃO NORTE.....	35
4. ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS COM BASE NOS RELATÓRIOS DE CAMPO DOS ESTUDOS QUALITATIVOS REALIZADOS EM SEIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE	49
1. Oferta e demanda por Educação Infantil para os bebês e crianças residentes em área rural.....	49
1.1. Considerações sobre a Demanda nos seis municípios investigados na Região Norte	65
2. Dimensão Pedagógica	69
2.1. Espaço físico e os materiais disponíveis em Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural dos seis municípios da Região Norte	69
2.1.1. Considerações sobre os espaços físicos e materiais disponíveis nos seis municípios pesquisados na Região Norte.....	85
2.2. Professores das Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural	87
2.2.1. Os professores da Educação Infantil: visões dos entrevistados e dos pesquisadores nos seis municípios pesquisados na Região Norte	88
2.2.2. Considerações sobre os professores nos seis municípios pesquisados na Região Norte	96
2.3. Relações entre escola e família nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural.....	98
2.3.1. As relações entre escola e família na visão dos entrevistados e dos pesquisadores nos seis municípios pesquisados na Região Norte	100
2.3.2. Considerações sobre as Relações entre escola e família nos seis municípios pesquisados na Região Norte.....	104

2.4. Proposta pedagógica (sistematizada ou não), jornada das crianças e Práticas cotidianas nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural	105
2.4.1. Proposta pedagógica e Práticas cotidianas nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural na visão dos entrevistados e dos pesquisadores nos seis municípios pesquisados na Região Norte.....	106
2.4.2 Considerações sobre a Proposta Pedagógica e Práticas cotidianas nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural nos municípios pesquisados na Região Norte	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS - REFERÊNCIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO.....	126
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES.....	136
ANEXOS.....	146

APRESENTAÇÃO

Este relatório sistematiza os resultados da Ação 3, da *Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural* (MEC-SEB/UFRGS). A referida pesquisa objetivou conhecer a oferta do poder público, bem como as demandas e vozes dos movimentos sociais e sindicais, famílias usuárias e não usuárias de crianças residentes em área rural no que diz respeito à Educação Infantil. Ela foi desenvolvida através das seguintes ações: Ação 1 – Produção acadêmica nacional sobre a Educação Infantil das crianças residentes em área rural (1996-2011); Ação 2 – Análise dos dados quantitativos das condições educacionais de crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural; Ação 3 - Estudos qualitativos realizados nas cinco regiões do país; e Ação 4 – produção de um livro com os resultados dos estudos realizados.

Os estudos qualitativos que compõem a Ação 3 foram realizados em 30 municípios do Brasil, localizados em suas cinco regiões. Em cada região foram realizados seis estudos. Para organizar os dados da Ação 3, os referidos estudos foram organizados por região e sistematizados em volumes, assim distribuídos:

Volume 1 – Região Norte
Volume 2 - Região Nordeste
Volume 3 - Região Sudeste
Volume 4 - Região Sul
Volume 5 – Região Centro-Oeste

Neste relatório estão expressos os dados referentes aos estudos qualitativos realizados na Região Norte. Sua estrutura contempla duas partes. Na parte 1, figuram dois capítulos: o capítulo 1, destinado a apresentar elementos conceituais e normativos referentes à Educação Infantil para crianças residentes em área rural no Brasil; e o capítulo 2, que se ocupa de exhibir aspectos éticos e metodológicos da pesquisa. Na parte 2 deste relatório, encontram-se uma caracterização dos municípios pesquisados – capítulo 3 -, bem como uma análise descritiva dos dados obtidos nos estudos realizados – capítulo 4.

As Considerações Finais se destinam a indicar apontamentos para a política de Educação Infantil para crianças residentes em área rural, a partir da análise dos dados coletados.

PARTE 1

1 | A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREA RURAL NO BRASIL: ELEMENTOS CONCEITUAIS E NORMATIVOS

Conforme demonstram os estudos sobre a história das políticas para a infância, somente na década de 1980 é que se iniciam, de forma mais sistemática, políticas públicas voltadas para os bebês e crianças, sendo que os desdobramentos da intensa mobilização que envolveu diferentes segmentos da sociedade civil podem ser encontrados na Constituição Federal de 1988 (CRAIDY, 1994).

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) tornou-se um marco histórico na redefinição doutrinária e no lançamento dos princípios de implantação de novas políticas para a criança de 0 a 6 anos, afirmando os seus direitos, entre eles o direito à Educação. No capítulo dedicado aos Direitos Sociais, determina:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
[...]; Inciso XXV – Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até aos seis anos de idade em creches e pré-escolas. (BRASIL, 1988)

No capítulo dedicado à Educação, define:

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
[...]; Inciso IV – Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 1988)

Os direitos das crianças são definidos, de forma mais abrangente, no Art. 227:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Oliveira (1999), ao analisar a declaração do Direito à Educação na Constituição de 1988, destaca o fato de, pela primeira vez, terem sido explicitados os direitos sociais e, dentro destes, em primazia, a educação. Em relação à Educação Infantil, o autor destaca o fato de ter-se estendido o Direito à Educação a essa faixa etária, abrindo-se a possibilidade de considerá-la como parte da educação “básica”. Ressalta o avanço em relação ao texto da constituição anterior, no qual a Educação Infantil era “livre”, pois, com a possibilidade de incorporação deste nível de ensino ao sistema regular, exigiu-se sua regulamentação e normatização na legislação educacional complementar. A concepção de creches e pré-escolas, conseqüentemente, também mudou, pois estas passaram a ser entendidas como instituições educativas e não de assistência social (LUZ, 2006).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, aprovado no ano de 1990 – Lei 8.069 (BRASIL, 1990) ratificou os direitos assegurados pela Constituição e normatizou a proteção integral destes sujeitos. Reafirmou o dever do Estado de assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos (capítulo IV, Art. 54, inc. IV), assim como determinou ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular do atendimento (capítulo VII, Art. 208, inc. III).

O direito à educação e mais especificamente à Educação Infantil foi normatizado pela Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, no ano de 1996 (BRASIL, 1996). A LDB contempla, pela primeira vez, o direito à Educação Infantil como responsabilidade do setor educacional. Definiu, em suas disposições transitórias, o prazo de três anos, a partir da publicação, para a integração ao sistema regular de ensino de todas as creches e pré-escolas existentes e das que viessem a ser criadas. A responsabilidade do Estado em relação à Educação Infantil foi explicitada no seguinte artigo:

Art. 4º O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
[...]; IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 1996)

Em seção específica – Seção II – Da Educação Infantil – encontramos, na LDB, definição de sua finalidade, dos tipos de oferta e do formato e objetivos da avaliação:

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A Educação Infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental. (BRASIL, 1996).

No que se refere ao aspecto legal, é importante acentuar a recente inclusão das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental. O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005, definiu a obrigatoriedade da matrícula das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, ampliando a duração deste para 9 anos. Na mesma Resolução, redefiniu a nomenclatura das instituições de Educação Infantil da seguinte forma: creche, para as crianças de até 3 anos, e pré-escola, para as crianças de 4 e 5 anos. Já no Ensino Fundamental, os anos iniciais passaram a contemplar a faixa etária de 6 a 10 anos e os anos finais, a faixa etária de 11 a 14 anos. Essas modificações foram ratificadas por meio da Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que alterou os Arts. 29, 30, 32 e 87 da LDB, evidenciando a duração do Ensino Fundamental de nove anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos. Conforme essa lei, os municípios, os estados e o Distrito Federal tinham o prazo até 2010 para implantar as mudanças.

No ano de 2009, houve uma nova mudança na Educação Básica com a aprovação da Emenda Constitucional 59, que tornou obrigatória a educação para a faixa etária dos 4 aos 17 anos, sendo o ano de 2016 o prazo para os sistemas de educação se adaptarem às novas regras. Desse modo, a matrícula das crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil deixará de ser uma escolha das famílias.

Após essas mudanças, no ano de 2010, o Conselho Nacional de Educação publicou, por meio da Resolução nº 6, as Diretrizes Operacionais para matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil (BRASIL, 2010). Estas diretrizes vieram normatizar a idade das crianças em cada etapa, de modo a evitar a matrícula precoce no Ensino Fundamental. Definiu-se que, para o ingresso na pré-escola, a criança deverá ter a idade de 4 anos completos até o dia 31 de março do ano em

que ocorrer a matrícula e para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, 6 anos completos até essa data. As que completarem esta idade após o dia 31 de março deverão ser matriculadas na pré-escola.

No que se refere à formação dos profissionais da área de Educação Infantil, a LDB determina a formação em nível superior, entretanto admite, conforme o Art. 62, que a formação mínima seja a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Nas disposições transitórias, Art. 87, parágrafo 4º, havia a definição de que até o fim da Década da Educação, em 2007, os professores deveriam ter nível superior ou ser formados por treinamento em serviço. As Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), em consonância com esta normatização, estabeleceram que a formação inicial em nível superior para o exercício da docência na Educação Infantil é responsabilidade desses cursos.

Cury (1998) assinala o fato de a Constituição ter especificado com clareza a competência dos municípios no tocante à Educação Infantil, visto que são eles que devem manter, com a cooperação técnica e financeira da União e dos estados, programas de Educação Pré-Escolar. Destaca, ainda, que esse regime de cooperação deve ser cumprido fielmente para que não haja discordâncias entre estados e municípios. Nesse sentido, a redação diferenciada trazida, pela emenda 14, ao Art. 211 da Constituição reforça o fato dos municípios não serem os únicos responsáveis pela Educação Infantil. A LDB esclarece que compete aos estados e ao Distrito Federal a atuação prioritária no Ensino Médio e aos sistemas municipais, a atuação prioritária na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 53, 54 e 71, reforça, além do fato do direito à Educação Infantil se constituir em dever do Estado, também o regime de colaboração, com prioridade para os municípios. O referido autor destaca ainda a inovação da Constituição quanto a esse novo papel dos municípios, pois rompe com um caráter dualista, que esteve presente nas outras constituições desde 1891, quando havia, de um lado, a União e, de outro, os estados, e, nesses últimos, os municípios, em um processo de hierarquização. Com o texto de 1988 cada ente tem seu âmbito de competência e de aplicabilidade, mas isto só é viável sob a figura da mútua complementação e colaboração (LUZ, 2006).

A oferta de Educação Infantil para os bebês e crianças residentes em área rural, já assegurada e normatizada pelos documentos acima, evidencia-se, então, como uma responsabilidade direta dos municípios, que devem ser auxiliados nesta

oferta pelos estados e pela União. Apesar dos avanços históricos e teóricos construídos pela Educação Infantil nas últimas décadas, a produção tem uma lacuna profunda no que se refere às especificidades dos bebês e crianças residentes em áreas rurais. Por outro lado, a construção e o fortalecimento da área da Educação do Campo também não refletem, em sua produção, as especificidades dos bebês e crianças pequenas. Diante deste cenário, Silva, Pasuch e Silva (2012, p. 37) afirmam:

Um dos grandes desafios na garantia do direito à Educação Infantil dos bebês e crianças do campo é articular os princípios orientadores da Educação Infantil como um todo às formas como é feito seu atendimento nas diferentes modalidades territoriais. Se os princípios são os mesmos para todas as crianças de nosso país, moradoras da cidade e do campo, como meio de garantir igualdade de direitos e um atendimento com qualidade, as formas de sua implantação nos diferentes contextos necessitam estar organicamente vinculadas à realidade e à dinâmica das crianças e das famílias, no nosso caso, moradoras nas áreas rurais.

As autoras asseveram ainda que enfrentar esta questão é uma tarefa necessária, urgente e estratégica no âmbito do sistema de educação formal, como um passo importante para colaborar na construção da identidade da Educação Infantil do campo, evitando que políticas de flexibilização necessárias para o campo sejam utilizadas como justificativas para precarização e redução dos custos de atendimento (SILVA, PASUCH e SILVA, 2012, p. 37). A construção da identidade da Educação Infantil do campo deve também considerar, especialmente, alguns aspectos presentes nos documentos que normatizam a Educação do Campo e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2009), que já fazem referência às especificidades desse tipo de oferta.

No Art. 5º das DCNEI, a Educação Infantil é definida como primeira etapa da Educação Básica, sendo as creches e pré-escolas caracterizadas:

como espaços institucionais não domésticos que se constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2009)

No 3º do Art. 8º das DCNEI (BRASIL, 2009), estão explícitas indicações para as propostas pedagógicas das crianças filhas de agricultores familiares,

extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras e povos da floresta:

I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;

II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;

III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;

IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;

V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

Estas indicações alinham-se às Diretrizes Operacionais e Complementares da Educação do Campo no nosso país, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, respectivamente, nos anos de 2002 e 2008 (BRASIL, 2002 e 2008). Esses documentos, que resultam da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo pelo reconhecimento e valorização dos direitos dessa população, apresentam uma proposta de educação que se vincula aos modos de vida no campo e à defesa de um modelo de sociedade que se pautem em práticas sustentáveis na relação com a natureza.

As indicações dessas diretrizes foram discutidas e enriquecidas no texto Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo (SILVA E PASUCH, 2010). No texto, as autoras explicitam a inexistência de estudos e reflexões sobre a Educação Infantil do Campo, conclamando os que estão envolvidos com a educação das crianças pequenas a auxiliarem na construção de práticas pedagógicas que contemplem as especificidades das crianças e das infâncias do campo. Ao se referirem à organização das experiências cotidianas das crianças, as autoras afirmam:

Ler histórias e contar histórias embaixo de árvores, em redes e varandas, tecer um tapete colorido com as crianças, forrar o chão com folhagens e materiais que construam um cantinho aconchegante para o envolvimento das crianças nas atividades, realizar um almoço em situação ao ar livre, garantir o banho de sol dos bebês, garantir janelas em altura que permita às crianças, mesmo as bem pequenas, a visibilidade para a área externa,

aproveitar uma bica ou encanar a água em um chuveirão ou torneira (os bebês adoram brincar com água!), organizar hortas e viveiros, pesquisar os arredores da creche/pré-escola, são situações que cotidianamente podem fazer do espaço externo o maior cenário das práticas com as crianças. (SILVA e PASUCH, 2010, p. 9).

As autoras evidenciam a relevância dos espaços e materiais na construção de práticas pedagógicas que contemplem as especificidades das crianças do campo. Estas orientações se articulam a alguns elementos das diretrizes que tratam diretamente das condições concretas de oferta. O direito dos bebês e crianças residentes em área rural à Educação Infantil foi ratificado pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), conforme disposto no Art. 6º:

O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e os municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos estados garantir as condições necessárias para o acesso ao ensino médio e Educação Profissional de Nível Técnico.

Destaca-se a menção ao regime de colaboração que coloca como responsáveis por esta oferta todos os entes federados. Outros parâmetros importantes estão presentes no Art. 3º das Diretrizes Complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2008):

A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades.

2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

Considerando a centralidade do transporte escolar quando se trata da oferta da Educação Infantil às crianças residentes em área rural, destacamos alguns elementos sobre a temática. O primeiro deles é explicitar que o direito das crianças ao acesso às unidades de ensino está assegurado na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 206, inciso I, complementado pelo Art. 208, inciso VII, que garante, entre outros benefícios, o transporte gratuito para os estudantes.

O transporte escolar como programa complementar foi também instituído no Art. 54, inc. VII do ECA e no Art. 4º, inc. VIII da LDB, sendo, portanto, um dever do Estado. Desta forma, para assegurar o direito à educação, o Estado deve também oferecer condições de acesso e permanência nas instituições escolares, estando o transporte incluído na garantia deste direito. No entanto não há, até o momento, uma normatização específica sobre o transporte para as crianças da Educação Infantil.

Silva, Pasuch e Silva (2012) assinalam esta ausência e destacam a centralidade do transporte na organização pedagógica da Educação Infantil do campo, tendo em vista que o espaço rural é caracterizado pelas longas distâncias, estradas de terra ou leitos de rios. Deste modo, o próprio caminho para a escola pode ser caracterizado como uma especificidade desta Educação e o modo como é realizado o transporte repercute na qualidade da educação, uma vez que gera impactos na educação da criança, na prática pedagógica, na organização dos espaços e tempos.

Conforme informações disponíveis no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o Ministério da Educação - MEC executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que visam a atender a alunos moradores da zona rural.

O Caminho da Escola, criado em 2007, consiste na concessão de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que foi criado em 2004 e ampliado em 2009, por meio da Lei no 11.947, consiste na transferência

automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

O FNDE possui duas cartilhas voltadas para o transporte escolar rural, também disponíveis no próprio site. A primeira visa a orientar as ações de planejamento e implementação e a segunda apresenta informações sobre a regulação deste tipo de transporte. Ressalta-se, entretanto, que a cartilha de regulação, quando se refere ao direito ao transporte, elenca especificamente os alunos do Ensino Fundamental. A cartilha traz orientações relevantes quanto às condições de segurança e manutenção dos veículos, tempo de deslocamento, periodicidade, necessidade de monitor – adulto responsável pelo embarque e desembarque das crianças e pela verificação das condições de segurança durante o trajeto –, forma de execução do transporte escolar e informações sobre a contratação via licitação.

Após estas considerações sobre o transporte, ressalta-se que o conjunto dos instrumentos normativos indica claramente a necessidade dos municípios construírem e manterem espaços e materiais específicos para a Educação Infantil nas comunidades onde as crianças residem, evitando a nucleação de escolas e o deslocamento. Sendo assim, é fundamental que o transporte escolar rural seja entendido como uma estratégia a ser utilizada na Educação Infantil do Campo quando, de fato, não for possível assegurar a oferta próxima à residência das crianças. Acentua-se, ainda, a importância de, nestes casos, privilegiar o deslocamento seguro intracampo, ou seja, para escolas da zona rural, e evitar os deslocamentos extracampo, para escolas na zona urbana, pois nestes deslocamentos as distâncias entre as casas das crianças e as instituições escolares geralmente são longas e acrescidas pela insegurança do trajeto,

conforme afirmam Silva, Pasuch e Silva (2012). As autoras também fazem o seguinte alerta:

Dados nacionais de pesquisas acadêmicas revelam que a política privilegia a oferta de vagas em centros urbanos e conseqüentemente privilegia o financiamento do transporte escolar em detrimento do financiamento das escolas no campo. (SILVA, PASUCH e SILVA, 2012, p. 186).

Considerando, então, que a oferta de uma Educação Infantil do campo de qualidade inclui a necessidade de construção de novas escolas, destacam-se as orientações normativas para esta ação. No que se refere ao planejamento das construções das escolas de Educação Infantil, os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) indicam a importância de que ele inclua, desde a sua concepção, os diferentes atores, de modo a promover o compartilhamento de saberes e experiências daqueles que vivenciam o cotidiano escolar – professores, crianças e funcionários, além de familiares. Considerando que a Educação Infantil para as crianças residentes em área rural apresenta uma cobertura ainda menor do que as áreas urbanas, o investimento em construção e/ou reforma de prédios escolares para o acolhimento dos bebês e crianças pequenas constitui-se em elemento central das políticas nessa área. E, para que a estrutura física das escolas seja adequada às concepções que regem a proposta pedagógica, esses dois aspectos precisam ser considerados de forma articulada. Ou seja, o espaço se constitui na base a partir da qual professores e crianças podem organizar os ambientes de interações, relações e aprendizagens (BRASIL, 2006).

A efetiva consideração desses elementos está entre os desafios a serem enfrentados para garantir a educação básica, em todos os seus níveis e modalidades, aos sujeitos do campo. Rocha, Gonçalves e Santos (2011, p. 29), afirmam que é preciso avançar no que se refere

à formação de professores, à infraestrutura das escolas (ou quase inexistência delas para atendimento a esta demanda social), ao transporte dos educandos e à elaboração de um material didático que reflita as especificidades de aprendizagem dos estudantes em áreas rurais.

Estes desafios foram reconhecidos entre os encaminhamentos do I Seminário Nacional de Educação Infantil do Campo, realizado em 2010, que destacou a melhoria da infraestrutura física das escolas do campo, atendendo às especificidades da Educação Infantil do Campo e às diversidades de cada região.

Além do já exposto, parece-nos importante destacar alguns elementos a respeito da educação dos bebês. Sabemos que a educação dos bebês e crianças bem pequenas ainda possui reduzidas referências teóricas e práticas que orientem o trabalho em contexto institucional. Trata-se de um desafio a ser enfrentado pela área da Educação Infantil em geral (BARBOSA, 2010) e, no caso da Educação Infantil para bebês residentes em áreas rurais, o desafio se amplia. No caso do campo, ainda não há referências sobre os sentidos dessas práticas no contexto da vida rural, especialmente se considerarmos que a creche é uma instituição cuja origem é fortemente vinculada ao contexto de vida urbano. Além disso, embora entendamos que os bebês e crianças pequenas do campo devem ser considerados no quadro geral dos direitos das crianças brasileiras (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990; BRASIL, 1996), ainda não contamos com estudos consistentes sobre as demandas das famílias (e dos bebês) residentes em áreas rurais que ofereçam subsídios para a estruturação de propostas adequadas a esses sujeitos.

No entanto, é possível observar algumas características desejáveis das instituições que acolhem os bebês. Os ambientes devem ser estruturados para os bebês e possuírem objetos que favoreçam a exploração, as brincadeiras e as interações, bem como a iniciativa das crianças, na medida em que os brinquedos estão ao seu alcance. Tais ambientes e materiais devem ser organizados e selecionados de modo a assegurar as condições de segurança e higiene (BARBOSA, 2010; POST e HOHMANN, 2007).

Que outros materiais poderiam estar presentes nesses espaços? Que elementos evidenciarão a presença da ambiência do campo nos espaços para os bebês e crianças de até 6 anos? Estas questões precisam ser respondidas e somente o aprofundamento da reflexão com estudiosos, gestores, professores e familiares poderá oferecer elementos para avançarmos na construção dessas respostas e referências.

A estruturação de projetos pedagógicos para toda a faixa etária de 0 a 6 anos, destacando-se as especificidades dos bebês e crianças bem pequenas residentes em área rural, exige a realização de estudos que abranjam as demandas

das famílias e das crianças, desvendando-se em que consiste, para essa população, o compartilhamento dos cuidados e da educação de seus filhos e filhas, desde a mais tenra idade, com instituições educacionais.

A tarefa de construção de maior compreensão sobre esses sujeitos e sobre os projetos pedagógicos que dialoguem com as condições concretas de vida e com a diversidade do campo brasileiro exige intensa interação com essa população e com os movimentos sociais do campo. O diálogo entre as referências construídas no campo da Educação Infantil e os princípios da Educação do campo (esta última mais voltada para os níveis posteriores da escolarização) constitui-se em elemento fundamental para a construção de projetos de Educação Infantil do campo.

As políticas de Educação Infantil para essa população precisam ainda promover ações para melhor conhecimento dessa realidade e investir na formulação e implementação de projetos pedagógicos, tendo em consideração a diversidade do campo brasileiro. Sobre esse aspecto, além da consideração da diversidade de populações, elementos como extensão das áreas rurais, as distâncias entre essas áreas e as sedes dos municípios, o tamanho da população de crianças pequenas, a topografia, o clima, dentre outros, revelam-se como importantes fatores intervenientes nas condições de acesso e permanência das crianças nas instituições de Educação Infantil - IEI.

O avanço na construção de políticas públicas que efetivamente atendam aos direitos das crianças residentes em área rural à Educação Infantil, desde os primeiros meses, exigirá mudanças em diferentes áreas, incluindo a conscientização de prefeitos e de dirigentes e gestores da educação, nos municípios e nas escolas, a respeito do significado dessa etapa da educação, de modo a sustentar os investimentos necessários à sua execução. Tais investimentos dependem desse reconhecimento na medida em que as características dessa fase da vida exigem ambientes e equipamentos apropriados, além de menor número de crianças por professor, o que supõe a necessidade de maior aporte de recursos.

2 | QUESTÕES ÉTICAS E METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS QUALITATIVOS

Neste capítulo, serão abordadas as questões éticas e metodológicas que nortearam os procedimentos de pesquisa dos 30 estudos qualitativos que compuseram a Ação 3 da pesquisa *Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural* (MEC-SEB/UFRGS). Sendo assim, está composto por três seções: 1) Questões éticas da pesquisa; 2) Processo metodológico dos estudos qualitativos das cinco regiões do país; e 3) Processo metodológico de análise dos dados.

2.1. Questões éticas da pesquisa

Durante a realização da pesquisa nacional, foi desenvolvida uma longa discussão sobre questões éticas junto a todos os pesquisadores envolvidos no estudo. Destas reflexões, foi produzido um item, que integra o Manual da Pesquisa Qualitativa (apêndice 1), denominado *Ética na pesquisa: definindo as lealdades*. Nele, além de outras, constam informações acerca da responsabilidade da pesquisa – conferida pela comissão de pesquisa da Faculdade de Educação, da UFRGS, aos pesquisadores responsáveis pela condução do projeto, aos quais coube problematizar e definir os procedimentos éticos do estudo.

Dentre as definições que fundamentaram a orientação ética dirigida a todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa nacional, foi assumida a necessidade de se produzirem termos de compromisso a serem assinados tanto pelo pesquisador quanto pelos sujeitos pesquisados.

O termo do pesquisador se caracterizou como um termo de compromisso, no qual ele se comprometeu a não tornar públicos dados específicos das investigações realizadas, nem reutilizá-los em outras pesquisas.

Também foi compromisso assumido por todos os pesquisadores a divulgação dos dados produzidos no âmbito da pesquisa de maneira agregada e sem menção a nomes de pessoas ou de municípios investigados. As pessoas e municípios que fizeram parte da pesquisa foram identificados a partir das funções desempenhadas no âmbito das instituições das quais fazem parte (por ex. representante de família usuária, representante de escola) e, no caso dos municípios, como municípios 1, 2, 3 ou A, B, C. O quadro abaixo, que consta no Manual da Pesquisa Qualitativa, exhibe a orientação sobre as possibilidades de

disponibilização dos dados produzidos pela pesquisa e outras orientações dadas aos pesquisadores.

Quadro 1: Disponibilização dos dados produzidos no âmbito da pesquisa

1. Dados não disponíveis após as análises realizadas no âmbito desta pesquisa
1.1 Questionários respondidos pelos municípios: NÃO serão tornados públicos. Os questionários serão arquivados na UFRGS, sob responsabilidade da Coordenação Nacional da Pesquisa.
1.2 Dados da pesquisa qualitativa: NÃO serão tornados públicos, nem reutilizados após as análises realizadas no âmbito desta pesquisa. Sua publicação restringir-se-á aos relatórios desta pesquisa. O grupo de pesquisadores e assistentes de pesquisa assinará um TERMO DE COMPROMISSO comprometendo-se a não reutilizar os dados individualizados em outras análises.
2. Dados disponíveis para pesquisadores internos e externos à equipe deste projeto de pesquisa
2.1 Base de dados construída a partir de dados oficiais – será tornada pública.
2.2 Base de dados de revisão bibliográfica – será tornada pública.
2.3 Base de dados construída a partir da análise dos questionários – será tornada pública, de forma agregada.

Fonte: Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”- 2012

O termo assinado pelos sujeitos que participaram da pesquisa como informantes, denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹ (TCLE), caracterizou-se como um documento informativo acerca das principais questões que configuram a pesquisa e, sobretudo, como um termo que possibilitou aos entrevistados se posicionarem quanto ao seu aceite, ou não, em participar do estudo.

Os dois termos são resultado do debate em torno de princípios éticos que foram assumidos por todos os pesquisadores ao longo do desenvolvimento da pesquisa nacional. Além desses termos, um “manual de orientações posturais da pesquisa qualitativa” (ver apêndice 1) foi debatido no âmbito de um dos encontros de formação junto aos pesquisadores, realizado em maio de 2012. Todas as ações de pesquisa desenvolvidas – desde a concepção, a ida a campo, as análises dos dados, relativas às informações e divulgação dos resultados – foram fundamentadas por estes princípios e procedimentos éticos.

¹Ver apêndice 1.

2.2. Processo metodológico dos estudos qualitativos das cinco regiões do país

Os estudos qualitativos foram realizados nas cinco regiões do país, organizados por equipes regionais coordenadas pelas seguintes universidades: Norte – UFPA/Bragança; Nordeste – UFCG; Sudeste – UFMG; Sul – UFRGS; Centro-Oeste – UNEMAT/Sinop.

Essas equipes foram integradas por pesquisadores de diferentes universidades da região, bem como integrantes dos movimentos sociais e sindicais vinculados ao campo e à Educação Infantil.

Durante a primeira etapa da pesquisa nacional, foi construído um banco de dados, através da Ação 2², tendo como base as informações de municípios que possuem escolas que oferecem Educação Infantil a crianças de 0 a 6 anos de idade, residentes em territórios rurais (Fonte: Dados do IBGE e do INEP). Tal banco de dados revelou que esses municípios são 5.367; já o total de crianças que constituem a base da pesquisa é de 3.546.908.

No tabela 1 abaixo, apresentamos os números de municípios e a população, por região no Brasil, que constituem o banco de dados da Pesquisa Nacional:

Tabela 1. Distribuição dos municípios e crianças da população do estudo, por região

Região	População rural de 0 a 6 anos – IBGE		Municípios na população	
	Número de crianças	%	Número de municípios	%
Centro-Oeste	180590	5	450	8
Nordeste	1781308	50	1762	33
Norte	670501	19	430	8
Sudeste	554188	16	1593	30
Sul	360321	10	1132	21
Total	3546908	100	5367	100

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

É importante salientar que este banco de dados estará disponível e poderá subsidiar dados de pesquisas nas cinco regiões do país, no que se refere ao atendimento de Educação Infantil ofertado às crianças de 0 a 6 anos moradoras do campo.

²A responsabilidade pela construção do banco de dados é da professora Elsa Mundstock (UFRGS)

Os 5.367 municípios brasileiros que possuem crianças de 0 a 6 anos que residem em área rural foram agrupados em três tipos, de acordo com a oferta de Educação Infantil. Conforme apresentado nas tabela 2 , pode ser observada a distribuição dos municípios, de acordo com tipologia.

Tabela 2. Distribuição dos municípios da população do estudo de acordo com a tipologia de oferta de Educação Infantil

Tipologia	Número de municípios
1) Municípios que possuem só pré-escola em escolas urbanas ou urbanas e rurais.	1281
2) Municípios que possuem creche e pré-escola em escolas urbanas	1103
3) Municípios que possuem creche e pré-escola em escolas urbanas e rurais	2983
Total	5367

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

Segundo Mundstock (2012), a amostra de municípios foi estratificada por região e tipo de município. Há 15 estratos formados por 5 regiões e 3 tipos de município, conforme detalhado na Tabela 3. Dentro de cada estrato, há uma amostra sistemática de municípios, distribuída por estado e quantidade de crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural.

Tabela 3. Distribuição da população de municípios por tipologia e região

Tipologia do município	Região					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
(1) Só pré-escola em escolas urbanas ou urbanas e rurais	175	377	177	352	200	1281
(2) Creche e pré-escola em escolas urbanas	104	36	47	565	351	1103
(3) Creche e pré-escola em escolas urbanas e rurais	171	1349	206	676	581	2983
Total	450	1762	430	1593	1132	5367

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

As tabelas acima apresentadas apontam as diversidades regionais no que se refere à população de crianças de 0 a 6 anos que compõe a amostra da pesquisa, tendo a região nordeste 50%, a região norte 19%, a região sudeste 16%, a região sude a região centro-oeste 5% da população.

É importante salientar que, embora a população de crianças tenha sido diversificada, a composição das equipes regionais, de acordo com o projeto de cooperação técnica entre o MEC e a UFRGS, era a mesma, isto é, 12 componentes³ para a realização da pesquisa em cada região, além de um assistente técnico.

Nesse sentido, com a intenção de abarcar a diversidade regional, de acordo com a população de crianças, e considerando a capacidade técnica e operacional para a realização da pesquisa, foi definido o plano amostral da pesquisa quantitativa, sendo esta composta por 1130 municípios, levando em conta o tamanho de amostra necessário para garantir a qualidade estatística dos resultados da pesquisa e atender ao processamento dos dados, dentro das limitações de recursos e tempo disponível.

A tabela abaixo apresenta a composição de municípios por região:

Tabela 4. Tamanho da amostra de municípios por região

Regiões	Municípios na amostra
Centro-Oeste	150
Nordeste	320
Norte	150
Sudeste	300
Sul	210
Total	1130

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

Com o objetivo de conhecer a oferta de Educação Infantil pelo poder público para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, também foi necessário definir uma amostra de escolas, de acordo com as diferentes modalidades de atendimento nas instituições de Educação Infantil em cada município pesquisado. As escolas que compõem a amostra da pesquisa são creches ou pré-escolas que atendem a crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, nos municípios da população da pesquisa.

A tabela abaixo apresenta a distribuição das escolas por região, informando que 55,9% das escolas brasileiras que atendem a crianças de 0 a 6

³ Apenas na região Nordeste o número de componentes da equipe foi de 13 pessoas. Tal acréscimo foi justificado pela quantidade de estados da região e pelo número de municípios a serem pesquisados na amostra.

anos que residem em área rural estão no nordeste do país, enquanto o norte tem 12,5%, o sudeste, 18,4%, o sul, 9,5% e o centro-oeste, 3,7%.

Tabela 5. Distribuição da população de escolas nos municípios da população, por região

Região	Número de escolas	%
Centro-Oeste	2899	3,7
Nordeste	43877	55,9
Norte	9817	12,5
Sudeste	14425	18,4
Sul	7430	9,5
Total	78448	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

O atendimento das crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural é realizado, em cada região do país, em diferentes tipologias de escola. Cada município pesquisado atendeu de uma a cinco diferentes tipologias que compõem a amostra de escolas, conforme apresenta a tabela 6:

Tabela 6. Distribuição da população de escolas, por região, e tipologia das escolas

Tipologia das escolas	Região					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Salas anexas, independente da localização e da faixa etária atendida	131	1107	233	668	323	2462
Escolas localizadas na área rural que atendem a crianças de 0 a 3 anos	44	10525	1219	798	445	13031
Escolas localizadas na área rural que não atendem a crianças de 0 a 3 anos	688	22796	6540	2775	1668	34467
Escolas localizadas na área urbana que atendem a crianças de 0 a 3 anos	463	2803	285	3438	2103	9092
Escolas localizadas na área urbana que não atendem a crianças de 0 a 3 anos	1573	6646	1540	6746	2891	19396
Total	2899	43877	9817	14425	7430	78448

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

No Brasil, o total de escolas que atendem a crianças de 0 a 6 anos que residem em área rural é de **78.448** e foram selecionadas **3122** escolas na amostra da pesquisa. Destas escolas, foram sorteadas de uma a cinco em cada município

para a realização dos estudos qualitativos em cada região. A seguir, a tabela 7 apresenta a distribuição de escolas, por região e tipologia de escolas:

Tabela 7. Distribuição da amostra de escolas, por região e tipologia das escolas

Tipologia das escolas	Região					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Salas anexas, independente da localização e da faixa etária atendida	41	103	44	82	48	318
Escolas localizadas na área rural que atendem crianças de 0 a 3 anos	16	246	54	50	38	404
Escolas localizadas na área rural que não atendem crianças de 0 a 3 anos	76	290	118	129	107	720
Escolas localizadas na área urbana que atendem crianças de 0 a 3 anos	70	216	68	212	165	731
Escolas localizadas na área urbana que não atendem crianças de 0 a 3 anos	125	272	135	252	165	949
Total	328	1127	419	725	523	3122

Fonte: Pesquisa Nacional "Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural"- 2012

Os dados apresentados em relação à organização da amostra da pesquisa nacional foram subsídios importantes para o conhecimento da diversidade regional no que se refere à oferta do atendimento às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural e foram considerados para a escolha dos 6 municípios pesquisados nos Estudos Qualitativos de cada região do país. Tal escolha foi definida a partir dos seguintes critérios:

- 1) a presença do município na amostra sorteada para a Região;
- 2) a diversidade populacional do município de crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural;
- 3) a tipologia de escolas que atendem a crianças de zero a três anos e de quatro e cinco anos, residentes em área rural;
- 4) a presença de populações do campo definidas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002): acampados da reforma agrária; assentados da reforma agrária; agricultores familiares; caiçaras;

extrativistas; indígenas⁴; pescadores artesanais; povos da floresta; quilombolas; ribeirinhos; trabalhadores assalariados, dentre outros;

5) as condições de acessibilidade aos municípios e as possibilidades de parcerias para a realização da pesquisa; e

6) o planejamento operacional da equipe coordenadora da pesquisa.

É importante destacar que estes critérios para a escolha dos municípios foram compostos coletivamente pelas coordenações das equipes regionais e coordenação nacional, com o objetivo de realizar um estudo que contemplasse a diversidade regional.

Em cada relatório regional, é apresentado um quadro com o mapeamento da escolha dos 6 municípios em cada região do país. Abaixo, segue uma síntese de dados sobre os 30 estudos realizados no país:

Dados dos estudos qualitativos realizados nas cinco regiões brasileiras

Região	Município	Início da pesquisa de campo	Final da pesquisa de campo	População atendida
Sudeste	Município D	28/05/2012	02/06/2012	Agricultura familiar
Sudeste	Município C	28/05/2012	02/06/2012	Agricultura familiar e trabalhadores rurais
Sudeste	Município E	21/05/2012	26/05/2012	Agricultura familiar e trabalhadores rurais
Sudeste	Município F	21/05/2012	26/05/2012	ribeirinhos; agricultura familiar e trabalhadores rurais
Sudeste	Município A	21/05/2012	26/05/2012	Quilombolas e caiçaras
Sudeste	Município B	21/05/2012	26/05/2012	Assentados
Sul	Município 1	25/05/2012	30/05/2012	agricultura familiar e trabalhadores assalariados; 0-3
Sul	Município 2	21/05/2012	25/05/2012	0 a 3; agricultura familiar, assentamento
Sul	Município 3	14/05/2012	18/05/2012	quilombolas, 0-3
Sul	Município 4	28/05/2012	01/06/2012	Caiçaras/pescadores artesanais; 0a 3 a)
Sul	Município 5	14/05/2012	18/05/2012	quilombolas, assentamentos, agricultura familiar e trabalhadores assalariados, 0-3
Nordeste	Município 5	23/05/2012	27/05/2012	Pescadores artesanais
Nordeste	Município 4	21/05/2012	25/05/2012	Assentamento

⁴ No caso dos indígenas, por um acordo prévio estabelecido com esta população, no âmbito de encontros de caráter nacional com instâncias do MEC, não se pesquisou este grupo, embora ele conste como população do campo nas referidas Diretrizes.

Nordeste	Município 1	21/05/2012	25/05/2012	Quilombolas
Nordeste	Município 3	21/05/2012	25/05/2012	Agricultura familiar e quilombolas
Nordeste	Município 6	18/05/2012	22/05/2012	Assentados e pescadores artesanais
Nordeste	Município 2	23/05/2012	27/05/2012	Assentados, quilombolas, agricultura familiar, indígena
Centro Oeste	Município 2	21/05/2012	26/05/2012	Oa 3; agricultura familiar; cooperativados; extrativismo de floresta e de castanhas
Centro Oeste	Município 4	20/05/2012	25/05/2012	Aglomerados, distritos e povoados
Centro Oeste	Município 5	14/05/2012	19/05/2012	Ribeirinhos, fronteira BR e Paraguai; Pantanal
Centro Oeste	Município 1	22/05/2012	27/05/2012	Assentamento; 0 a 3 a
Centro Oeste	Município 6	14/05/2012	18/05/2012	Kalungas, quilombolas
Centro Oeste	Município 3	07/05/2012	12/05/2012	Assentados, trabalhadores da agroindústria
Norte	Município 01	06/05/2012	12/05/2012	Quilombolas e agricultores familiares
Norte	Município 02	06/05/2012	12/05/2012	Assentados e agricultura familiar
Norte	Município 03	13/05/2012	19/05/2012	Agricultores familiares e ribeirinhos
Norte	Município 04	06/05/2012	12/05/2012	Assentados e agricultores familiares
Norte	Município 05	14/05/2012	19/05/2012	Assentados e agricultores familiares
Norte	Município 06	06/05/2012	12/05/2012	Assentados

Cada coordenação organizou seu plano de trabalho, dispondo de 5 dias para a realização da pesquisa de campo no município escolhido. Em cada um deles, uma dupla de pesquisadores ficou responsável pela realização da coleta de dados, geralmente adotando a experiência do pesquisador no estado pesquisado.

Na sequência, serão apresentados os instrumentos utilizados pelos pesquisadores no processo de coleta de dados.

2.2.1. Os instrumentos da pesquisa

Para a realização dos estudos qualitativos, os pesquisadores se utilizaram de um conjunto de instrumentos elaborado pelos coordenadores nacionais e regionais da pesquisa, juntamente com os consultores. Tais instrumentos tiveram como objetivo captar os olhares dos diferentes sujeitos envolvidos no atendimento educacional de crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais dos municípios pesquisados sobre aspectos diversos desse atendimento. Foram eles:

1. roteiro de entrevista com os representantes das Secretarias Municipais de Educação;
2. roteiro de observação das escolas;
3. roteiro de entrevista com os representantes das escolas;
4. roteiro de entrevista com representantes das famílias; e
5. roteiro de entrevista com representantes de movimentos sociais ou sindicais do campo.

Tais instrumentos foram inseridos como parte do manual da pesquisa qualitativa. A partir desse manual, a sua utilização no processo de coleta de dados em campo, bem como aspectos éticos e logísticos da pesquisa qualitativa foram discutidos por todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa, em seminário de formação realizado em maio de 2012.

2.2.3. A coleta de dados

Para realizar a coleta de dados, cada equipe regional de pesquisa elaborou um plano de ida a campo, contemplando informações sobre os municípios selecionados para os estudos qualitativos, como localização, meios de transporte, contatos dos/as responsáveis pela experiência a ser objeto do estudo qualitativo, da Secretaria Municipal de Educação, escolas, movimentos sociais e sindicais do campo. Tal planejamento facilitou as providências no sentido de chegar aos municípios pesquisados, bem como o contato e agendamento das visitas às Secretarias Municipais de Educação e às escolas a serem observadas.

Uma vez feito o agendamento das visitas a campo, os pesquisadores procederam à coleta de dados, a partir dos instrumentos supramencionados, junto aos representantes das Secretarias Municipais de Educação, das escolas, das famílias e dos movimentos sociais e sindicais. Nesse processo, antes mesmo de realizar as entrevistas, os pesquisadores apresentaram os objetivos da pesquisa para os sujeitos e solicitaram a sua autorização para registrá-las em áudio. Da mesma forma, as observações nas escolas foram feitas a partir da autorização dos seus diretores. O consentimento dos sujeitos em participar da pesquisa foi formalizado por meio da sua assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs) a eles destinados.

Após o processo de coleta de dados, as equipes de pesquisadores responsáveis por cada um dos estudos qualitativos elaboraram seus relatórios de pesquisa, com base em um roteiro de relatório que contempla, além das questões metodológicas específicas de cada estudo, a apresentação dos dados coletados. Com base nesses relatórios, foram construídos os cinco relatórios que sintetizam as informações colhidas nos seis estudos qualitativos de cada região.

2.3. Processo Metodológico de Análise de dados

Cada equipe elaborou Relatório da Pesquisa de Campo segundo roteiro previsto no Manual da Pesquisa Qualitativa e encaminhou para a coordenação regional. Além desse Relatório de Campo, também encaminhou documentos e fotografias das fachadas das escolas.

A coordenação regional reuniu os Relatórios de Campo que se constituíram nas fontes para a elaboração das análises que se seguem. Para favorecer a distinção das análises, as referências aos relatórios relativos a cada um dos municípios serão feitas como *Relatório de Campo*, município A, B, C, D, E ou F, conforme o caso. Este texto será referido como *Relatório Regional*.

A leitura inicial dos Relatórios de Campo permitiu obter uma visão geral das pesquisas realizadas, avaliar a consistência dos dados e, em alguns casos, solicitar esclarecimentos e/ou complementações às equipes de campo. A equipe nacional da pesquisa elaborou um conjunto de “categorias”/eixos para orientar a leitura dos Relatórios de Campo, a partir das quais se iniciou a elaboração de quadros síntese, de modo a organizar as informações por município e por sujeito informante. Após esse primeiro exercício de análise, foram definidos dez itens, cada um dos quais compondo um quadro síntese, por informante, para todos os municípios pesquisados. As equipes regionais fizeram, então, novas leituras dos Relatórios de Campo, de modo a extrair de cada um deles informações acerca desses itens e sintetizá-los em **quadros**, apêndices dos relatórios regionais.

Para construir referências comuns na extração das informações dos Relatórios de Campo dos estudos qualitativos, os itens foram definidos do seguinte modo:

1. Demanda

O item contempla as manifestações dos sujeitos pesquisados quando questionados sobre a necessidade ou não de creche/pré-escola, ao desejo de matricular ou não as crianças pequenas.

A demanda explícita será identificada quando exposta pela escola ou Secretaria de Educação, através da lista de espera, e também quando se compara a oferta com o número de crianças residentes no município. O atendimento das crianças de 4 e 5 anos a partir da EC 59/2009 é considerado demanda explícita, pois todas as crianças têm direito a matrícula e até 2016 deverão estar matriculadas.

2. Concepção de creche

O item Concepção de Creche comporta referências dos entrevistados à noção de creche, que apontam para suas representações sobre este espaço educacional (concepção, finalidade, organização do espaço físico, importância, entre outras) que deve ser voltado ao desenvolvimento integral de crianças de 0 a 3 anos de idade.

3. Concepção de pré-escola

No item Concepção de Pré-escola, são apresentadas as referências dos entrevistados à noção de pré-escola, que revelam suas representações (concepção, finalidade, organização do espaço físico, importância, entre outras) deste espaço educacional que deve ser voltado ao desenvolvimento integral de crianças de 4 a 6 anos de idade.

4. Concepção de criança 0 a 3 anos residente em área rural

Neste item, reúnem-se informações sobre as crianças de 0 a 3 anos residentes em área rural. Sintetizam-se as falas dos entrevistados que se relacionam às crianças desta faixa etária e que possibilitam inferências sobre o

modo como elas são compreendidas, caracterizadas, percebidas e/ou avaliadas por estes sujeitos.

5. Concepção de criança de 4 a 6 anos residente em área rural

Neste item, reúnem-se informações sobre as crianças de 4 a 6 anos residentes em área rural. Sintetizam-se as falas dos entrevistados que se relacionam às crianças desta faixa etária e que possibilitam inferências sobre o modo como elas são compreendidas, caracterizadas, percebidas e/ou avaliadas por estes sujeitos.

6. Transporte

No item, reúnem-se informações sobre a oferta ou não de transporte para as crianças residentes em área rural. Sintetizam-se aspectos relacionados ao tipo de transporte ofertado, distância, tempo, condições e conservação, utilização de transporte coletivo ou de outra forma para se chegar à escola, se as crianças vêm acompanhadas ou se, no município, são contratados monitores que as auxiliam no traslado até a escola; observação da faixa etária que utiliza o transporte escolar; se o município segue as orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE na compra dos transportes, acessibilidade, trajeto e responsabilidade.

7. Professores

O item apresenta informações sobre a percepção dos entrevistados sobre os professores; os processos de formação inicial e continuada; local de moradia dos professores (urbano/rural); avaliação das famílias e dos movimentos sociais sobre a atuação dos professores e percepção das famílias quanto ao gênero do profissional da Educação Infantil.

8. Proposta pedagógica

No item, reúnem-se informações sobre a existência ou não de proposta pedagógica, os elementos constitutivos dessa proposta, espaço físico das escolas, rotinas das crianças, rotina com as crianças (alimentação, materiais pedagógicos disponíveis etc.), relação escola-família-comunidade, especificidades do calendário, critérios de agrupamento das crianças e inclusão de crianças com deficiência.

9. Legislação

O item apresenta as informações sobre a compreensão e o significado das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI, as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB enquanto leis educacionais, obrigatoriedade de matrícula, impacto no atendimento a crianças de 0 a 3 anos, dificuldades no atendimento, oferta e demanda, regime de colaboração entre Estado, Município e União.

10. Apontamentos para a política

No item, reúnem-se os apontamentos para a política que são expressos pelos sujeitos pesquisados quando apresentam considerações, avaliações e críticas em relação à qualidade da oferta da Educação Infantil para as crianças residentes na área rural, às especificidades da política da Educação do Campo e, em especial, da educação das crianças pequenas. Tais apontamentos também incluem ideias, sugestões e propostas expressas pelos sujeitos investigados para a consolidação da Educação Infantil do Campo.

Os quadros elaborados permitirão várias interpretações e análises aos que desejarem compreender melhor a Educação Infantil do Campo dos municípios pesquisados. Considerando as limitações temporais do projeto de pesquisa, as equipes regionais decidiram analisar de forma mais sistemática e aprofundada os quadros referentes aos aspectos oferta, professores e proposta pedagógica para Educação Infantil do Campo, que permitiram caracterizar melhor a oferta e a demanda da Educação Infantil nos seis municípios, explicitando aspectos relativos às condições concretas em que esta oferta ocorre.

Cabe aqui a observação de que os itens aqui elencados não foram contemplados necessariamente como aspectos isolados, mas de forma integrada, de maneira que, por vezes, aparecem relacionados uns aos outros ao longo do texto. Considerando, dessa forma, tais itens, foi feita a análise de dados da pesquisa qualitativa, tendo como base documentos legais que referenciam, no Brasil, a Educação de forma mais geral, bem como a Educação Infantil e a Educação Infantil do Campo, mais especificamente.

PARTE 2

3 | CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS PARA ESTUDOS QUALITATIVOS DA REGIÃO NORTE

A Região Norte do Brasil é a mais extensa das cinco regiões brasileiras, possuindo uma área de 3.869.637 Km², correspondente a 42% do território brasileiro, sendo ainda a maior região em superfície do Brasil.

Constituída por sete estados (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), está localizada na chamada *região geoeconômica da Amazônia*, cujos limites são o Maciço das Guianas, Planalto Central, Cordilheira dos Andes e Oceano Atlântico.

Predominando o clima equatorial, esta região abriga um dos mais importantes ecossistemas para o planeta: a Amazônia. Além da Amazônia, a região abriga áreas de mangue e cerrado.

O Norte também abriga os dois maiores estados em área territorial do país: Amazonas e Pará, assim como os três maiores municípios brasileiros (em área territorial): Altamira, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira.

Embora extensa, é a segunda região menos populosa do Brasil, possuindo a menor densidade demográfica do país, o que ocorre principalmente por causa da extensa área coberta da Amazônia Brasileira, que, por ser um ecossistema de floresta densa, dificulta a ocupação humana.

Para melhor compreensão do contexto referente aos estudos qualitativos, apresenta-se aqui, de forma sintética, as informações demográficas, econômicas, sociais e sobre a Política Municipal de Educação Infantil dos municípios pesquisados.

Os municípios pesquisados na etapa qualitativa também participaram da etapa quantitativa desta pesquisa, respondendo aos questionários elaborados para as Secretarias Municipais de Educação e para as escolas que atendem a crianças residentes em área rural. Sendo assim, as informações que constam no tópico Política Municipal de Educação Infantil do município caracterizado também foram extraídas dos questionários respondidos, assim como do INEP e MEC/SEB, através de dados do Censo Escolar.

Apresenta-se também um quadro, para cada município caracterizado, com a descrição dos participantes entrevistados em cada município durante a pesquisa.

MUNICÍPIO 01

O município 01, segundo dados do IBGE (2010), conta com uma população de 471.980 habitantes, sendo que 470.829 habitantes residem no meio urbano, enquanto que 1.161 habitantes são residentes do meio rural. A população rural 0 a 3 anos corresponde a 83 crianças, e a população de 4 a 6 totaliza 100 crianças (IBGE, 2010). Ainda conforme o IBGE, os serviços e a indústria representam mais de 99% do PIB do município, respondendo a agropecuária por aproximadamente 0,45%.

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

No município 01, o atendimento para as crianças de 0 a 3 anos só ocorre na área urbana. As crianças de 4 a 6 anos de idade residentes em área rural são atendidas na zona rural e urbana. Existe na Secretaria de Educação uma equipe responsável pela Educação Infantil mais, não há uma equipe responsável pela Educação Infantil do Campo.

Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação, existem orientações para a Educação Infantil que atendem às especificidades das crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural e que estão formalizadas em Lei Municipal, no Plano Municipal de Educação, Decreto Municipal e em Resolução do Conselho Municipal de Educação e ainda nos regimentos de creches municipais e conveniadas. Verificou-se que, com os resultados da criação do Sistema Municipal de Ensino, do Conselho Municipal de Educação e a autonomia que as escolas têm

de construir e dinamizar o processo educativo, a procura da população no que se refere ao acesso à educação vem crescendo nesta década, consequência também de muitas mudanças em nível nacional.

Percebe-se que os prédios escolares em geral e, principalmente, os de Educação Infantil sinalizam o compromisso com as crianças, mesmo ainda tendo que enfrentar muitos desafios, como a caracterização de uma Educação do Campo que tenha como foco questões históricas desta comunidade de quilombolas. A base para tal enfrentamento constitui-se em dois documentos: as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

No ano de 2011, o número de matrículas de crianças da Educação Infantil era:

	A. 0 a 3 anos	B. 4 a 6 anos
1 Matrículas na zona urbana	1161	5741
2 Matrículas na zona rural	0	10

Em 2012 os números de crianças residentes em área rural que estavam matriculadas na Educação Infantil eram os seguintes:

	0 a 11 meses	1 ano a 1 ano e 11 meses	2 anos a 2 anos e 11 meses	3 anos a 3 anos e 11 meses	4 anos a 4 anos e 11 meses	5 anos a 5 anos e 11 meses	6 anos completos
1. Na zona rural	0	0	0	0	05	05	0

Extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, trabalhadores assalariados e agricultores familiares são as populações do campo identificadas entre as famílias das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural matriculadas na rede municipal.

O município informa que, além dos professores, outros profissionais da área da educação e saúde atendiam às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural nas zonas rural e urbana.

Na zona rural, havia 03 professores e 03 auxiliares de serviços gerais que atendiam diretamente às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural.

O Município 01 contrata os professores da Educação Infantil da zona rural e urbana através de concurso público e contrato temporário. Os professores dessa etapa do município têm a seguinte formação:

Nível de escolaridade do professor	1. Na área Rural		2. Na área Urbana	
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	0 a 3 anos	4 a 6 anos
1. Magistério Completo	0	01	52	66
2. Ensino Superior em Pedagogia: Completo	0	0	83	101
3. Especialização Completa	0	3	04	08
TOTAL	0	04	139	175

Os professores são indicados pela Secretaria/Diretoria de Educação para trabalhar nas zonas rurais e urbanas com as crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, conforme formação específica e a opção do professor.

O município 01 possui as seguintes ações formativas: Formação continuada, curso de atualização e reuniões pedagógicas bimensais e também participações em seminários e congressos. Essas ações ocorrem na zona urbana envolvendo professores de creche e pré-escola tanto da área urbana quanto do meio rural. Possui também Plano de Cargos, Carreira e Salários para os professores da Educação Infantil. Oferece aos professores que atuam na Educação Infantil do campo: auxílio alimentação, deslocamento de transporte e formação inicial e continuada.

QUADRO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS NO MUNICÍPIO 01

Secretaria de Educação	Coordenadora de Educação Infantil do município.
Escola	Escola Municipal de Ensino Fundamental: Diretora
Famílias usuárias	Família 1: menina de 5 anos - mãe (dona de casa), pai (pedreiro e trabalha na produção de carvão) e irmãos com idade entre 7, 8 e 9 anos. Família 2: menina de 6 anos - mãe (auxiliar municipal) e pai (soldador), única filha. Família 3: menino de 5 anos - mãe (Doméstica) e pai (Autônomo) e irmãos com idade que varia de 7, 8 e 13 anos.
Famílias não usuárias	Família 1: menina de 4 anos - mãe (produtora rural) e pai (carpinteiro) e irmão de 2 anos de idade. Família 2: menina de 3 anos - mãe (Agricultora), pai (construção civil), avó (Agricultora), primo de 19 anos (Estudante) e mais dois irmãos, um de 11 anos e outro com 8 anos de idade. Família 3: menino de 6 meses de idade - mãe (Doméstica) e pai (Autônomo).
Organizações sociais	Associação dos Moradores e Produtores Quilombolas.

MUNICÍPIO 02

Segundo dados IBGE (2010), o município 02 possui uma população de 30.838 habitantes. Destes, 96% estão em área urbana e 1.230 habitantes residem no meio rural, ou seja, apenas 4%. A população rural de 0 a 3 anos é de 83 habitantes e de 4 a 6 anos é de 63, totalizando 146 habitantes na faixa etária de 0 a 6 anos de idade. Os serviços e a indústria representam 89,71% do PIB do município, respondendo a agropecuária por 10,29%.

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O município 02 não atende às crianças de 0 a 3 anos de idade que estão na área territorial do município, somente as de 4 a 6 anos de idade residentes em área rural. Conforme informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação, existe uma coordenação de Educação infantil que acompanha o trabalho nas escolas do meio rural. O percentual de atendimento às crianças de 4 a 6 anos neste município é de apenas 30%. As orientações para a Educação Infantil foram formalizadas em Lei Municipal, no Plano Municipal de Educação, em Resolução do Conselho Municipal de Educação.

A oferta de Educação Infantil para crianças de 4 a 6 anos de idade residentes em área rural acontece em sala multisseriada de Ensino Fundamental de uma escola pública do município que fica localizada em um assentamento. Os professores da Rede Municipal de ensino possuem formação superior (21), especialização (05) e magistério completo (07). O atendimento às crianças de 4 a 6 anos neste município começou em 2010 num plano de atendimento das classes multisseriadas.

Assentados, trabalhadores assalariados e agricultores familiares são as populações do campo identificadas entre as famílias das crianças de 4 a 6 anos de idade residentes em área rural matriculadas na rede municipal.

O Município 02 contrata os professores da Educação Infantil da zona rural e urbana através de concurso público. Os professores são indicados pela Secretaria/Diretoria de Educação para trabalhar nas zonas rurais e urbanas com as crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, conforme formação específica e a opção do professor.

Na zona rural havia 01 professor e 02 auxiliares de serviços gerais que atendiam diretamente às crianças de 4 a 6 anos residentes em área rural.

O município 02 possui programa de formação continuada para os professores, que participam de reuniões pedagógicas nas escolas e cursos de atualização, sendo estes últimos, geralmente, oferecidos pelo Programa Escola Ativa. No ano de 2011, o número de matrículas de crianças da Educação Infantil era:

	A. 0 a 3 anos	B. 4 a 6 anos
1 Matrículas na zona urbana	659	724
2 Matrículas na zona rural	0	01

Os professores de Educação Infantil do município têm a seguinte formação:

Nível de escolaridade do professor	1. Na área Rural		2. Na área Urbana	
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	0 a 3 anos	4 a 6 anos
1. Magistério Completo	0	01	05	01
2. Ensino Superior em Pedagogia: Completo	0	0	12	06
3. Ensino Superior outro curso: Completo	0	0	03	0
3. Especialização Completa	0	0	03	02
TOTAL	0	01	26	09

Em 2012, os números de crianças residentes em área rural que estavam matriculadas na Educação Infantil eram os seguintes:

	0 a 11 meses	1 ano a 1 ano e 11 meses	2 anos a 2 anos e 11 meses	3 anos a 3 anos e 11 meses	4 anos a 4 anos e 11 meses	5 anos a 5 anos e 11 meses	6 anos completos
1. Na zona rural	0	0	0	0	01	05	0
2. Na zona urbana				01	01	01	05

QUADRO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS NO MUNICÍPIO 02

Secretaria de Educação	Secretária Municipal de Educação e Cultura
Escola	Escola Municipal Anexa de Ensino Fundamental: Diretora
Famílias usuárias	Família 1: menina de 5 anos - avó (lavradora), pai (agricultor) e irmão com idade entre 03 anos. Família 2: menina de 5 anos - mãe (agricultora) e pai (agricultor) e irmãos com idade entre 06 meses e 12 anos.

Famílias não usuárias	<p>Família 1: menina de 3 anos - mãe (produtora rural) e pai (agricultor) e irmão de 01 ano e meio de idade.</p> <p>Família 2: menina de 3 anos - mãe (Agricultora), pai (trabalhador assalariado) e mais dois irmãos, um de 11 anos e outro com 7 anos de idade.</p>
Organizações sociais	Entrevista não realizada.

MUNICÍPIO 03

O município 03, segundo dados do IBGE (2010), conta com uma população de 32.135 habitantes, sendo que 23.893 habitantes residem no meio urbano, enquanto que 18.242 habitantes são residentes do meio rural. A população rural de 0 a 3 anos corresponde a 1.862 crianças, e a população de 4 a 6 totaliza 1.486 crianças (IBGE, 2010). Ainda conforme o IBGE, os serviços e a indústria representam 99,73% do PIB do município, respondendo a agropecuária por 0,27%.

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

No município 03, as crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural são atendidas na zona rural e urbana. Em algumas situações, esse atendimento acontece em salas multisseriadas, restringindo-se as crianças a partir de 03 anos de idade. Existe na Secretaria Municipal de Educação uma Diretoria Regional de educação do meio rural, conforme informações desta Secretaria. As orientações para a Educação Infantil foram formalizadas em Lei Municipal, no Plano Municipal de Educação, em Resolução do Conselho Municipal de Educação.

A oferta de Educação Infantil para crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural acontece em creches, pré-escolas e em salas multisseriadas de Ensino Fundamental públicas.

Extrativistas, agricultores, indígenas e ribeirinhos são as populações do campo identificadas entre as famílias das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural matriculadas na rede municipal.

O município 03 apresentou um déficit de formação dos professores que atendem às crianças de Educação Infantil no meio rural. Conforme informações, alguns professores que atuam no meio rural têm formação fundamental complementada por formação continuada e pelo Programa Federal Pro-Infância.

O município 03 oferece as seguintes ações formativas em serviço: reuniões pedagógicas, cursos de atualização e participação em eventos direcionados à formação docente.

QUADRO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS NO MUNICÍPIO 03

Secretaria de Educação	Coordenadora do Departamento Regional VII do meio rural.
Escolas	Escola de Ensino Fundamental: Diretor
Famílias usuárias	Família 1: menino de 5 anos - mãe (extrativista), pai (extrativista) e dois irmãos: um de 2 anos e o outro de seis meses de idade. Família 2: meninas de 4 e 6 anos - mãe (agricultora/ribeirinha) e pai (agricultor/ribeirinha) e mais dois irmãos com 7 e 8 anos.
Famílias não usuárias	Entrevista não realizada devido às condições climáticas da região.
Organizações sociais	Membro do Conselho da Associação Agrícola

MUNICÍPIO 04

O município 04, segundo dados do IBGE (2010), conta com uma população de 17.032 habitantes, sendo que 8.272 habitantes residem no meio urbano, enquanto que 8.760 habitantes são residentes do meio rural. A população rural de 0 a 3 anos corresponde a 992 crianças, e a população de 4 a 6 totaliza 764 crianças no município (IBGE, 2010). Ainda conforme o IBGE, os serviços representam 85,44% do PIB do município, respondendo a agropecuária por 11,18% e a indústria, por 3,38%.

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As crianças residentes em área rural do município 04 são atendidas somente de 3 a 6 anos de idade em escolas multisseriadas ou em prédios próprios para o atendimento das crianças em idade pré-escolar. Conforme informação dada pela Secretaria Municipal de Educação, existe uma coordenação de Educação infantil que acompanha o trabalho nas escolas do meio rural.

O Município 04 contrata os professores da Educação Infantil da zona rural e urbana através de concurso público e contrato temporário. No município 04, não

existe um programa de formação continuada, mas os professores participam do Plano de Ações Articuladas Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, oferecido pelo governo federal em nível de graduação e das formações oferecidas pelo Programa Escola Ativa.

Extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e agricultores familiares são as populações do campo identificadas entre as famílias das crianças de 3 a 6 anos de idade residentes em área rural matriculadas na rede municipal.

As crianças residentes em área rural do município 04 são atendidas somente de 3 a 6 anos de idade em escolas multisseriadas ou em prédios próprios para o atendimento das crianças em idade pré-escolar. Conforme informação fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, existe uma coordenação de Educação infantil que acompanha o trabalho nas escolas do meio rural. As orientações para a Educação Infantil são oriundas do Sistema Estadual de Educação. No ano de 2010, o número de matrículas de crianças da Educação Infantil era:

	A. 0 a 3 anos	B. 4 a 6 anos
1 Matrículas na zona urbana	92	536
2 Matrículas na zona rural	60	486

QUADRO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS NO MUNICÍPIO 04

Secretaria de Educação	Secretário Municipal de Educação e Cultura
Escolas	Escola Anexa de Ensino Fundamental: Diretora
Famílias usuárias	Família 1: menino de 5 anos - mãe (agricultora/extrativista), pai (agricultor/extrativista) e mais 4 irmãos de: 7, 4, 3 e 2 anos. Família 2: menina de 5 anos - mãe (agricultora) e pai (agricultor) e mais três irmãos de: 6, 4 e 3 anos.
Famílias não usuárias	Família 1: menina de 5 anos – mãe (dona de casa), pai (agricultor) e mais três irmãos de: 4, 2 e seis meses. Devido à dificuldade de deslocamento não foi possível ouvir outras famílias.
Organizações sociais	Membro do Conselho Administrativo da Associação das Mulheres

MUNICÍPIO 05

O município 05, segundo dados do IBGE (2010), conta com uma população de 14.792 habitantes, sendo que 8.935 habitantes residem no meio urbano, enquanto que 5.857 habitantes são residentes do meio rural. A população rural de 0 a 3 anos corresponde a 500 crianças, e a população de 4 a 6 totaliza 402 crianças no município (IBGE, 2010). Conforme o IBGE, os serviços representam 70% do PIB do município, enquanto a agropecuária responde por 19,2% e a indústria, por 10,8%.

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos de idade do Município 05 são atendidas tanto na zona urbana quanto na zona rural. O município informa que as crianças de 4 a 6 anos que residem em área rural também são atendidas em salas multisseriadas do Ensino Fundamental. A Secretaria de Educação informa que existe uma equipe responsável pela Educação Infantil e pela Educação do Campo, mas, no decorrer da pesquisa de campo, observou-se que não acontece tal acompanhamento junto às escolas devido às grandes distâncias entre a cidade e o meio rural.

Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação, não existem orientações para a Educação Infantil, assim como não há um Sistema Municipal de Educação formalizado. Verificou-se que o município segue as orientações do Sistema Estadual de Educação. No ano de 2011, o número de matrículas de crianças da Educação Infantil era:

	A. 0 a 3 anos	B. 4 a 6 anos
1 Matrículas na zona urbana	148	356
2 Matrículas na zona rural	02	216

Em 2012, os números de crianças residentes em área rural que estavam matriculadas na Educação Infantil eram os seguintes:

	0 a 11 meses	1 ano a 1 ano e 11 meses	2 anos a 2 anos e 11 meses	3 anos a 3 anos e 11 meses	4 anos a 4 anos e 11 meses	5 anos a 5 anos e 11 meses	6 anos completos
1. Na zona rural	0	0	0	02	69	67	80
2. Na zona Urbana			60	88	184	172	123

Trabalhadores assalariados, agricultores familiares, indígenas e assentados são as populações do campo identificadas entre as famílias das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural matriculadas na rede municipal.

O município informa que as crianças de 0 a 6 anos residentes nas zonas rural e urbana são atendidas por professores e nutricionistas. Na zona rural, havia 29 professores, 04 auxiliares/assistentes e 11 auxiliares de serviços gerais que atendiam diretamente às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural. Enquanto que na área urbana existem 33 professores, 14 auxiliares/assistentes e 26 auxiliares de serviços gerais que atendem às crianças.

O Município 05 contrata os professores da Educação Infantil da zona rural e urbana através de concurso público e de outra forma não especificada.

Os professores de Educação Infantil do município têm a seguinte formação:

Nível de escolaridade do professor	1. Na área Rural		2. Na área Urbana	
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	0 a 3 anos	4 a 6 anos
1. Magistério Completo	0	06	03	11
2. Ensino Superior em Pedagogia: Completo	0	04	03	07
3. Especialização Completa	01	04	04	05
TOTAL	01	14	10	23

Os professores são indicados pela Secretaria/Diretoria de Educação e por processo seletivo para trabalhar nas zonas rurais e urbanas com as crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural.

O município 05 possui as seguintes ações formativas: Curso de Atualização semestral e reuniões pedagógicas semanais. Essas ações ocorrem na zona urbana envolvendo professores de creche e pré-escola tanto da área urbana quanto do meio rural. Possui também Plano de Cargos, Carreira e Salários para os professores da Educação Infantil. Oferece aos professores que atuam na Educação Infantil do Campo: auxílio deslocamento de transporte; gratificação salarial e jornada de trabalho.

QUADRO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS NO MUNICÍPIO 05

Secretaria de Educação	Secretário Municipal de Educação
Escola	<i>Escola Municipal Anexa de Ensino Fundamental:</i> Professora
Famílias usuárias	<i>Família 1:</i> menina de 5 anos - mãe (agricultora), pai (agricultor) e irmãos com idade entre 03 e 16 anos. <i>Família 2:</i> menina de 5 anos - mãe (agente de saúde) e pai (agricultor) e irmãos com idade entre 02 e 12 anos.
Famílias não usuárias	<i>Família 1:</i> menino de 2 anos - mãe (produtora rural) e pai (agricultor) e irmão de 01 ano e meio de idade. <i>Família 2:</i> menina de 3 anos - mãe (Agricultora), pai (trabalhador assalariado) e mais dois irmãos, um de 15 anos e outro com 8 anos de idade.
Organizações sociais	Entrevista não realizada.

MUNICÍPIO 06

O município 06, segundo dados do IBGE (2010), conta com uma população de 20.179 habitantes, sendo que 12.703 habitantes residem no meio urbano, enquanto que 7.476 habitantes são residentes do meio rural. A população rural 0 a 3 anos corresponde a 600 crianças, e a população de 4 a 6 totaliza 510 crianças no município (IBGE, 2010). A economia do município baseia-se na agropecuária, correspondendo a mais de um terço da composição econômica. Ainda conforme o IBGE, os serviços correspondem a pouco mais da metade (52,66%) do PIB do município, ficando a outra metade dividida ente a agropecuária (24,97%) e a indústria (22,38).

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

No município 06, não há atendimento para as crianças de 0 a 3 anos. Esse município só atende às crianças de 4 a 6 anos de idade residentes em área rural. As mesmas são atendidas na zona rural e urbana. Existe na Secretaria de Educação uma equipe responsável pela Educação Infantil e pela Educação do Campo, mas não há uma equipe responsável pela Educação Infantil do Campo. Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação existem orientações para a Educação Infantil que atendem às especificidades das crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural e que estão formalizadas em documentos, que não

foram apresentados, e nem especificado o de que tipo eram. Informou também que estas orientações são oriundas dos documentos oficiais da Secretaria Estadual de Educação. Com base nestas orientações, as professoras de Educação Infantil do município elaboram seus planejamentos e planos de aulas. No ano de 2011, o número de matrículas de crianças da Educação Infantil era:

	A. 0 a 3 anos	B. 4 a 6 anos
1 Matrículas na zona urbana	146	339
2 Matrículas na zona rural	16	109

A oferta de Educação Infantil para as crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural acontecia em prédios de madeira e alvenaria ou em salas anexas à escola pública de Ensino Fundamental e, com muita freqüência, em salas multisseriadas de Ensino Fundamental. Na zona urbana, há uma única creche pública que atende às crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos. Esses espaços educativos foram construídos para esse atendimento, os quais são denominados de escola modelo. Em 2012, os números de crianças residentes em área rural que estavam matriculadas na Educação Infantil são os seguintes:

	0 a 11 meses	1 ano a 1 ano e 11 meses	2 anos a 2 anos e 11 meses	3 anos a 3 anos e 11 meses	4 anos a 4 anos e 11 meses	5 anos a 5 anos e 11 meses	6 anos completos
1. Na zona rural	0	0	0	08	06	15	0
2. Na zona urbana				16	27	82	0

Agricultores familiares e assentados e trabalhadores assalariados são as populações do campo identificadas entre as famílias das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural matriculadas na rede municipal.

No município, auxiliar de enfermagem, dentistas e outros profissionais da área da educação atendiam às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural nas zonas rural e urbana.

Na zona rural, havia 08 professores e 06 auxiliares de serviços gerais que atendiam diretamente às crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural.

O Município 06 contrata os professores da Educação Infantil da zona rural e urbana através de concurso público e contrato temporário.

Os professores de Educação Infantil do município têm a seguinte formação:

Nível de escolaridade do professor	1. Na área Rural	
	0 a 3 anos	4 a 6 anos
1. Magistério Completo	0	02
3. Ensino Superior: Outro Curso Completo	0	04
TOTAL	0	06

Os professores são indicados pela Secretaria/Diretoria de Educação para trabalhar nas zonas rurais e urbanas com as crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, conforme formação específica e a opção do professor.

O município 06 possui as seguintes ações formativas: curso de atualização mensal e reuniões pedagógicas semanais. Essas ações ocorrem na zona urbana envolvendo professores de creche e pré-escola conjuntamente. Possui também Plano de Cargos, Carreira e Salários para os professores da Educação Infantil.

QUADRO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS NO MUNICÍPIO 06

Secretaria de Educação	Coordenadora de Educação Infantil da área urbana e rural .
Escolas	Creche e pré-escola urbana : Diretora e Vice- diretora Escola de Ensino Fundamental Rural : Diretora
Famílias usuárias	Família 1 : menino de 4 anos - mãe (doméstica), pai (motorista da secretaria) e irmão de 2 anos e seis meses. Família 2 : meninas de 4 e 6 anos - mãe (agricultora/assentada) e pai (agricultor/assentado) e dois irmãos gêmeos de 1 ano e 8 meses.
Famílias não usuárias	Família 1 : menina de 2 anos - mãe (agricultora/assentada). Família 2 : meninos de 1 ano e 8 meses (gêmeos) - mãe (agricultora/assentada) e pai (agricultor/assentado)
Organizações sociais	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

4| ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS COM BASE NOS RELATÓRIOS DE CAMPO DOS ESTUDOS QUALITATIVOS REALIZADOS EM SEIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

1. Oferta e demanda por Educação Infantil para os bebês e crianças residentes em área rural

Oferta e demanda foram questões centrais que nortearam a realização da Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural, junto ao municípios brasileiro participantes desta pesquisa.

Neste relatório, estão contidas as informações referentes a estas temáticas que foram obtidas através das entrevistas realizadas durante a coleta de dados da pesquisa qualitativa. Estão presentes, ainda, as vozes dos sujeitos entrevistados quando questionados sobre a necessidade ou não de creche/pré-escola e ao interesse em matricular ou não as crianças pequenas.

A demanda explícita foi identificada quando exposta pela escola, ou secretaria através da lista de espera e também quando se compara a oferta com o número de crianças de 0 a 6 anos residentes no Município. O atendimento das crianças de 4 e 5 anos a partir da EC 59/2009 é considerado demanda explicita, pois todas as crianças têm direito à matrícula e, até 2016, deverão estar matriculadas. A demanda latente se articula ao reconhecimento da Educação Infantil como um direito dos bebês, das crianças e de suas famílias, mesmo quando este direito não é assegurado e sequer reivindicado.

Estes temas e informações obtidas durante a pesquisa de campo em cada um dos seis municípios da região norte estão aqui abordados e, ao final, são tecidas considerações a partir destas informações, tendo como referência os dispositivos legais da Educação Infantil e da Educação do Campo.

MUNICÍPIO 01

A representante do Município 01 informou que não há atendimento de Educação Infantil aos bebês de 0 a 3 anos residentes em área rural e que a demanda de 4 e 5 anos nesta comunidade rural é muito pequena e, assim, não há problema de vagas para as crianças, bastando que seus familiares a procurem.

Alegou ainda que a não procura ocorre pelo processo migratório que ultimamente esta comunidade vem enfrentando face às condições de trabalho e à dificuldade de acesso da referida comunidade. Muitas famílias migram bastante e é muito problemático, como enfatiza a representante do município 01, “hoje um grupo populacional está em uma ilha, amanhã ou no próximo mês está em outra ilha”.

Em relação ao atendimento das crianças residentes em área rural, o representante da SME informa que este atendimento vem sendo feito conforme a especificidade de cada realidade. Fez referência à existência no município de nove creches advindas do programa Proinfância do governo federal, que foram construídas não no meio rural, mas em bairros periféricos, por serem de difícil acesso.

Segundo o representante da Secretaria de Educação do município, este vem investindo bastante no atendimento às crianças de 0 a 6 anos, por acreditar que “a Educação Infantil é uma importante etapa escolar onde a criança amplia sua formação pessoal e social e começa a compreender a realidade na qual se insere”. Quando perguntado sobre a obrigatoriedade de oferta para todas as crianças de 4 e 5 anos, o representante informou que acha legítimo e que deve ser assegurada a todas as crianças. Informou ainda que, no município, foi criada pela Secretaria de Educação uma proposta curricular para atender às particularidades das crianças. Ao mesmo tempo, disse que o Município já está preparado para o atendimento das crianças da faixa etária de 4 a 6 anos residentes em área rural, mas alega que a maior contrapartida tem de ser do governo federal no que diz respeito à formação dos professores.

Quanto ao atendimento próximo do lugar de moradia das crianças, informou que considera importante, pois, assim, as famílias poderiam levar as crianças para a escola e passarem a ter tempo para trabalhar, em que pese o Município ter problemas com terras legalizadas para construção de creches, devido a sua localização geográfica.

Em relação ao atendimento a crianças deficientes residentes em área rural, afirmou que elas são atendidas e que são tomadas providências conforme o que prescreve a legislação, mas não explicitou que providências são essas.

No Município 01, apenas uma escola localizada na zona rural foi visitada. Esta escola é a única que atende às 70 famílias residentes numa comunidade quilombola. Tem um ano de construção e conta com um bom espaço para o desenvolvimento das atividades. Em relação ao transporte, a representante da escola disse que, pelo fato de a escola está localizada no entorno da comunidade, não há necessidade de transporte escolar. Mas, as famílias entrevistadas reivindicam o transporte escolar para as outras crianças que residem nas proximidades da comunidade.

Foram entrevistadas 3 famílias de crianças matriculadas na escola visitada. Todas afirmaram ser importante ter uma creche na comunidade, mesmo que a população de 0 a 3 anos seja pequena. Essas famílias compreendem a importância que a creche tem para as crianças e suas famílias, tanto porque a creche é um direito delas, como também porque possibilita a socialização entre as crianças desta faixa etária, pois o encontro com outras crianças ampliaria os conhecimentos das mesmas. Duas dessas mães têm filhos na idade de 2 e 3 anos que não frequentavam creche por não ser oferecido o atendimento na comunidade, mas concordaram que a criança de 0 a 3 anos deveria frequentar a creche.

MUNICÍPIO 02

A representante da Secretaria de Educação do Município 02 informou que, por ser este um município com uma área territorial pequena, a demanda da zona rural também é muito pequena, mas o município é um polo de referência para os demais municípios, que costumam trazer as crianças para estudarem em uma das escolas foco desta pesquisa.

As crianças de 4 e 5 anos são atendidas numa sala anexa de uma escola de Ensino Fundamental. Segundo a representante da Secretaria de Educação do município, a creche não é oferecida por falta de infraestrutura que, segundo a entrevistada, é o maior desafio deste município, daí, atender apenas 30% da demanda total. Informou ainda que o município vem se preparando para atender a essas crianças, pois sabe da importância que esse atendimento tem na vida das crianças e de suas famílias, bem como o direito que elas têm.

A entrevistada informou que os espaços existentes no município não oferecem a mínima condição para alojar uma creche ou pré-escola. Disse ainda que há previsão de construção de novas escolas para o meio rural no modelo padrão definido pelo FNDE.

Em relação à oferta de Educação Infantil no Município, a representante afirmou que, em 2013, haverá investimentos maiores para atender às crianças de 0 a 3 anos no meio rural, melhorando a infraestrutura, seu maior desafio. Como aspecto positivo da oferta de Educação Infantil de crianças de 4 e 6 anos, a representante da SME aponta o acesso ao meio rural e ter uma escola nas proximidades dos assentamentos, mas afirmou que falta políticas públicas e acessibilidade que precisam ser fortalecidas e asseguradas às famílias e, principalmente, a garantia do direito das crianças à escola no campo, próximo a sua casa.

A entrevistada reconhece que a garantia desse direito requer também um espaço com qualidade, onde haja uma infraestrutura adequada à faixa etária das crianças, já que todos os profissionais possuem formação superior. Informou que a baixa procura por creche e pré-escola no município advém da

pouca informação que as famílias têm a respeito desta oferta, mas que o município vem se esforçando para informar e incentivar a matrícula destas crianças.

Sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a representante da SME informou que, ao dividir o FUNDEB pelo número de alunos por professor, a remuneração paga aos servidores são recursos insuficientes, pois, além de pagar o piso, o município paga mais de 20% de gratificação para o professor que trabalha no meio rural, garantindo, assim, o auxílio deslocamento do professor.

A representante da escola informou que a maior demanda no meio rural tem sido para as crianças menores de 4 anos e que, para as crianças de 4 a 6 anos, o critério é conforme a demanda das famílias. A representante informou ainda que, as crianças que residem próximo à escola ou na vila do assentamento vão a pé para a escola, mas, para as que residem longe da escola, existe o ônibus escolar. As crianças são acompanhadas pelo monitor, além do motorista e que este monitor passou por um processo seletivo. O ônibus é novo e oferece segurança as crianças, pois o mesmo atende às exigências do transporte escolar e às leis de trânsito.

Também informou que o ônibus possui um banco específico para o deficiente, só não tem cadeirinha para as crianças de Educação Infantil. A representante de escola afirmou ainda que, atualmente, a Educação Infantil não atende à criança com necessidades especiais, mas afirmou que a SME conta com um centro especializado para atender a essas crianças e que este é um suporte para as escolas. Segundo ela, quando há necessidade deste atendimento, as crianças são encaminhadas e suas famílias devem acompanhá-las até a cidade.

Um aspecto positivo apontado pelas famílias entrevistadas foi o fato da escola ficar na comunidade e de que a professora, quando vai para o trabalho, apanhar crianças para levar à escola. No entanto, frisaram que gostariam que esta escola fosse própria para atender às crianças, fosse mais

colorida e que o professor residisse na comunidade. As famílias entrevistadas acreditam que as crianças devem ir cedo para a escola, assim, elas podem ter um convívio com outras crianças, que as ajuda na compreensão do mundo.

MUNICÍPIO 03

O representante da Secretaria Municipal de Educação informou que, no Município 03, existem 85 escolas do campo e todas atendem à Educação Infantil em salas de aulas de escolas multisseriadas, mas essas salas, segundo a entrevistada, são apropriadas para atender às crianças a partir de 3 anos, idade para a qual a procura por vaga é maior. O número por turma geralmente é de 20 crianças e depende da demanda da comunidade.

Quando questionada sobre os desafios no atendimento às crianças residentes em área rural, a representante da SME enfatizou que é necessário construir espaços mais adequados, onde tenha maior concentração de crianças em função da viabilidade do transporte escolar, que é realizado por ônibus ou através de lancha.

Segundo a entrevistada, os pais não sentem segurança em mandar seus filhos irem sozinhos nesse tipo de transportes, pois não há acompanhantes neles, além do motorista. A lancha transporta também as crianças de Educação Infantil em número bem menor, se comparado com o ônibus. Sua opinião é que a solução é a construção de espaços em comunidades pólo, que reuniriam as crianças dessas comunidades num único local.

A representante do município 03 informou, ainda, que a secretaria tem buscado melhorar a metodologia do professor a partir do programa Escola Ativa, adaptando-o à Educação Infantil pelo fato de a oferta desta etapa de ensino ser multisseriada. Sobre a demanda por Educação Infantil, a representante da SME informou que a maior demanda é a partir dos quatro anos de idade. Se não houver demanda suficiente na comunidade, não há implantação de escolas.

Quanto ao critério de agrupamento das crianças, o representante informou ser a idade que define esse agrupamento. Quando entrevistada sobre a obrigatoriedade, a respondente afirmou ser muito importante a garantia da matrícula da criança de 4 anos na escola e justificou dizendo perceber a diferença entre a criança que cursou a Educação Infantil e a que não cursou e, mesmo as mães, alegando que a criança da Educação Infantil só vai brincar, quando, na verdade, esse brincar socializa e ensina.

Ao comentar sobre os aspectos que facilitam ou dificultam a frequência das crianças às escolas, a representante da SME destacou que a rotatividade das famílias tem prejudicado a frequência das crianças. Na escola ribeirinha, por exemplo, as famílias vivem do pescado e do extrativismo, mas quando não há peixe ou quando a plantação não dá resultado, elas migram e quem perde com essas mudanças são as crianças. Manter as crianças na escola tem relação direta com a garantia da renda familiar dos pais das crianças, senão eles vão procurar outras comunidades que ofereçam esse tipo de trabalho, ficando lá até melhorar a situação. Há casos em que algumas crianças passam mais de vinte dias sem aparecer na escola.

Destacou também que considera importante para a escola do campo flexibilizar o calendário escolar, uma vez que, na região, o calendário obedece ao tempo da subida e descida das águas, assim como no inverno, já que, dependendo do tempo chuvoso, as crianças podem ou não comparecer às aulas. Geralmente, o calendário escolar, em muitas comunidades rurais, inicia em janeiro e finaliza em outubro, pois no verão elas se deparam com a seca nos rios, dificultando assim a navegação das lanchas. O representante da SME diz ser na escola do campo, diretor, secretário, pedagogo, entre outras funções.

Uma das representantes de famílias com criança matriculada na Educação Infantil que foi entrevistada afirmou que seria importante ter atendimento somente a partir dos 3 anos. Já outra mãe acha que, por ser muito pequena, a criança deve ficar sob os cuidados da família. Essa opinião muda com a família de crianças não matriculadas na Educação Infantil, que concordam

que os bebês precisam estar numa creche para que suas mães possam trabalhar. Essas famílias sugeriram que o Município ofertasse o atendimento de creche na comunidade onde moram. Essa mesma sugestão foi apresentada pelo representante da Associação Agrícola, que disse existir demanda para essa faixa etária e que o município deve ampliar a oferta de vagas nessas comunidade e não somente para a cidade, pois o meio rural necessita de escolas para as crianças de 0 a 3 anos, para que suas mães possam trabalhar sabendo que seus filhos estão sendo bem cuidados.

MUNICÍPIO 04

O representante da Secretaria Municipal de Educação – SME do Município 04 afirmou que neste não há atendimento de Educação Infantil às crianças de 0 a 3 anos residentes na área rural, sendo a oferta preferencial para as crianças de 4 a 6 anos. Segundo ele, a demanda existe e é grande, mas, por falta de espaço adequado, há um limite na oferta de vagas. As crianças da Educação Infantil do meio rural geralmente são atendidas em salas anexas e salas multisseriadas.

O representante da SME informou que o município 04 vive ainda o processo de transição da municipalização, apontando que a forma como foram repassadas as escolas os deixou numa situação bastante delicada no que diz respeito à estrutura física, principalmente, pois o município não tem receita própria, dependendo dos repasses do Governo Federal e estadual, o que dificulta a ampliação, reformas e construção de escolas na rede municipal.

Segundo ele, o município tem três grandes desafios a serem enfrentados pela Secretaria para atender às crianças de 0 a 3 anos: energia elétrica, pois não tem onde armazenar e conservar a alimentação; transporte escolar adequado, dada a situação geográfica; e as intempéries da natureza (movimento das águas em determinado período do ano), pois o transporte utilizado são as catraias, que não oferecem nenhuma condição para

transportar crianças com total segurança. Tal fato gera medo e insegurança nelas, o que é confirmado tanto pelas famílias entrevistadas quanto pela representante do movimento social deste município.

O representante da SME considera que a infraestrutura das escolas no município não é adequada ao trabalho com crianças e, até mesmo no quadro geral do município, há necessidade de uma grande reforma e estruturação das unidades de ensino. Informou ainda que existe um bom número de crianças de 4 a 6 anos que estão fora da escola por falta de melhores estruturas nas escolas e também da qualidade do transporte escolar adequado à região.

Conforme o representante da SME, o Município não fechou escolas nos últimos anos e vem ampliando a rede de ensino mesmo que, de forma precária e crítica, para atender o cumprimento da obrigatoriedade que deverá ocorrer até 2016. Ao comentar sobre os fatores que ajudam ou dificultam a frequência das crianças residentes em área rural às escolas, o representante da SME apontou o Programa Bolsa Família, que tem ajudado bastante a manter as crianças na escola. Segundo ele, somente no período do inverno há uma baixa escolar, face à realidade amazônica neste período do ano não ser favorável à região, o que coloca em risco a vida das crianças e faz com que muitos pais não mandem seus filhos à escola.

No Município 04 foram visitadas duas escolas localizadas na área rural que atendem à Educação Infantil em salas anexas. As representantes das escolas da área rural confirmaram as informações do representante da SME de que a demanda é grande, mas devido às limitações de espaços a oferta de vagas é insuficiente.

Quanto ao transporte escolar, as representantes de escola informaram que existe o transporte oferecido pelo Município, mas que não há monitor para acompanhar as crianças no transporte. Elas vêm acompanhadas de seus familiares em barcos, cascos (espécie de embarcação muito presente na região e especialmente utilizada por ribeirinhos) ou a pé, pelo caminho que formam na mata.

Uma das representantes apontou a necessidade de qualificar os professores, pois muitos deles vêm de outras localidades e não incorporam a cultura do lugar em sua prática, distanciando as vivências das crianças de seus saberes.

Apontam, ainda, a necessidade de melhoria das estruturas físicas desses espaços que, segundo uma das representantes, não são adequados ao trabalho específico da Educação Infantil. Em algumas comunidades ribeirinhas, ou mesmo em assentamentos, o modelo de escolas construídas é em formato de palafitas, muito comum nas moradias na Amazônia.

Foram entrevistadas três famílias de crianças matriculadas na Educação Infantil, que informaram não ter tido problemas com vagas para seus filhos, mas confirmaram a falta de vagas para outras crianças da comunidade e justificaram apontando a infraestrutura das escolas, que não permite mais que vinte crianças em sala de aula e a precarização dos espaços: são casas adaptadas e que estão muito velhas, necessitando de grandes reformas ou novas construções, confirmando, assim, a fala do representante da SME. Uma das famílias entrevistadas informou que sua filha vem no casco com sua avó e que esta fica esperando na escola até a aula terminar, para poder voltar para casa, pois o rio é perigoso e não tem transporte escolar. As outras famílias informaram que são elas que vêm a pé deixar e apanhar seus filhos na escola. As famílias entrevistadas reivindicam a construção de creche no meio rural, apontando para a necessidade da mãe trabalhadora e também por ser um espaço onde as crianças podem aprender.

A representante da Associação de Mulheres do Município 04 afirmou que a Educação Infantil do Campo na Amazônia precisa ser pensada urgentemente, considerando os vários aspectos da região, especialmente quanto à localização geográfica destas escolas e ao quadro dos profissionais que trabalham com as crianças de 4 a 6 anos. Aponta que houve avanço em termos de oferta de vagas na Educação Infantil a partir do Programa Bolsa Família do Governo Federal. Mas, informou também que ainda precisa ser feita muita mobilização junto às famílias para conscientizá-las da importância da criança frequentar uma creche ou pré-escola. Alertou que a situação das

escolas é precária, pois muitas crianças atravessam pontes para chegar às escolas, que são palafitas, o que oferece riscos para as crianças e que muitas mães deixam de matricular seus por causa dessas condições.

O transporte escolar foi outra situação trazida pela representante da Associação. Segundo esta representante, o modelo de transporte utilizado na Amazônia não corresponde à realidade do seu povo, pois, em muitos casos, as crianças apanham o barco em trapiches e pontes não adequados às crianças de Educação Infantil. A sugestão apontada por esta representante foi que diz respeito à melhoria da infraestrutura e do financiamento da educação no Município 04, aspectos que ela julga cruciais para o bom atendimento das escolas no meio rural.

MUNICÍPIO 05

O Representante da Secretaria Municipal de Educação do Município 05 informou que não há oferta de creche na área rural por considerar a estrutura física péssima e não suprir em nada as necessidades de crianças de 0 a 3 anos. Informou que o município irá em breve inaugurar uma creche pelo Programa Pró- Infância do Governo Federal e que, nos últimos cinco meses, inaugurou uma escola de no meio rural que atende às crianças de 4 a 6 anos. Frisou também que, para melhorar e ampliar a Educação Infantil, é necessário financiamento, pois os recursos repassados pelo governo federal não dão conta da demanda do município. E ainda informou que a parceria com o estado ocorre apenas na cedência de prédios, quando a demanda é maior que os espaços que o município possui.

A respeito da demanda do meio rural, o representante informou que existe demanda de Educação Infantil, mas as famílias possuem uma cultura de não procurar vagas nas escolas. Segundo ele, vagas há, inclusive foi fechada uma escola por falta de alunos, pois esta tinha apenas 03 alunos e é preferível manter o transporte escolar e levar as crianças para outra escola polo, já que não tem como manter essa escola com o professor atendendo apenas duas ou três crianças. Assim, segundo este representante, as

crianças de Educação Infantil do meio rural vêm sendo atendidas em salas anexas ao Ensino Fundamental ou em salas multisseriadas, sem nenhuma infraestrutura para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Quanto à obrigatoriedade da matrícula e frequência das crianças de quatro e cinco anos, o representante da SME informou que o Município não está preparado para isso e que não adianta criar obrigatoriedade, se não se oferece condições de trabalho para os professores e ainda são poucas as crianças na comunidade, a ponto de, por vezes, as matrículas não chegarem a formar uma turma de 15 crianças.

A respeito de ofertar a Educação Infantil próximo ao lugar onde as crianças residem, o representante sugere que cada vila deveria construir uma escola que ficasse próximo das famílias e alegou que a distância no meio rural é um grande desafio, pois há crianças que saem muito cedo de suas casas e percorrem longas distâncias para chegar até a escola e, em muitas situações, não há transporte escolar suficiente. Quanto ao atendimento das crianças de 0 a 3 anos, o entrevistado acha importante, porém, alega que, mesmo havendo vontade de realizar a oferta por parte do município, faltam-lhe condições estruturais e financeiras, pois os recursos são insuficientes.

Quando questionado sobre a frequência das crianças, o representante informou que é razoável e explicou que o acesso às escolas rurais é difícil devido às condições de tráfego e às grandes distâncias. Inclusive aproveitou o momento da ida dos pesquisadores para encaminhar os materiais didáticos que estavam na secretaria desde o início do ano. A mesma dificuldade acontece também para o envio da merenda escolar.

No Município 05, uma representante da escola informou que não há critérios para a matrícula das crianças de 4 a 6 anos, basta que a família queira matricular, pois a demanda é pequena para este segmento, e, por ser pequena, as crianças são reagrupadas em salas multisseriadas. A entrevistada se queixa da falta de participação dos pais junto à escola. Afirmou que já fez várias tentativas de aproximação e, apesar disso, a presença deles ainda é bem pequena. Para essa representante, a falta de

estrutura leva ao desânimo dos pais e também das professoras, já que sempre falta tudo, desde a merenda escolar até os materiais didáticos.

Quanto questionada sobre as possibilidades de ampliação e melhoria do atendimento às crianças residentes em área rural, a entrevistada apontou para a necessidade de uma adequação no espaço, porque, segundo ela, da maneira como este se encontra, é inviável atender às crianças de Educação Infantil. Isso porque, segundo ela, há um número bastante reduzido de crianças na área rural demandando este atendimento naquele município, por este apresentar uma baixa densidade populacional. Mas, destacou que é necessário investir na educação das crianças de 4 a 6 anos para que, no Ensino Fundamental, elas não venham ter comprometimento em sua aprendizagem. Confirmou que no meio rural deste município algumas escolas foram fechadas por falta de matrícula e que as poucas crianças que estavam matriculadas passaram a utilizar o transporte escolar. Informou ainda que este também oferece perigo, uma vez que não há monitor acompanhando as crianças no percurso até a escola e no retorno destas para suas casas.

A preocupação também acontece por esta região apresentar, no período do inverno, péssimas condições de trafegabilidade, colocando em risco constante a vida dessas crianças. Os pesquisadores confirmaram essas informações, quando estiveram realizando a pesquisa de campo. Devido às fortes chuvas que caem na região, não conseguiram chegar até as demais famílias que seriam entrevistadas, pois necessitariam de mais dias e um transporte com tração nas quatro rodas, e mesmo assim, foram aconselhados a não se arrisarem.

Foram entrevistadas duas famílias com crianças matriculadas na Educação Infantil. Ambas as mães acham importante ter uma escola de Educação Infantil em sua comunidade e que, se houvesse demanda de crianças de 0 a 3 anos, deveria ter uma creche. Segundo elas, naquela comunidade, as mulheres não querem mais ter filhos e dão exemplo delas mesmas que fizeram opção por ter apenas três filhos.

Elas acreditam no trabalho que é desenvolvido com as crianças e que frequentar a escola de Educação Infantil ajuda a criança se desenvolver principalmente quando elas forem para o Ensino Fundamental. Uma dessas mães reside próximo à escola e, portanto, não necessita de transporte, mas defende que deve ser oferecido o transporte escolar, pois muitas crianças vem de longe e caminham muitos quilômetros com seus pais para chegar até a escola.

Outra mãe informou que traz seus filhos de moto e que outro dia sofreu um acidente na subida da ladeira que estava escorregadia devido às fortes chuvas que caíram na região. Essas mães confirmaram que há vagas para todas as crianças da Educação Infantil daquela comunidade e só não atendem às crianças de 0 a 3 anos de idade.

MUNICÍPIO 06

A representante da Secretaria Municipal de Educação do Município 06 informou que, no município, não há atendimento de creche na zona urbana e nem na zona rural. Há previsão de construção de duas creches no município: uma na área urbana e outra na área rural, através do Programa do Pró-Infância do Governo Federal. Informou que os espaços educativos não foram construídos para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos e sim, para atender aos alunos do Ensino Fundamental e que, portanto, o atendimento só acontece para as crianças de 4 a 6 anos. Por falta de dados estatísticos, não soube informar o quantitativo de demanda do município.

A representante da SME também informou que, no município, em algumas áreas do meio rural, as crianças de Educação Infantil são atendidas em salas multisseriadas e outras, em salas anexas às escolas do Ensino Fundamental do Estado, visto que neste município existe o regime de colaboração entre estado e município. Segundo ela, mesmo com esta parceria, algumas escolas apresentam um quadro bastante precário em relação à estrutura física das escolas e aponta como desafios do município a infraestrutura, o transporte e os recursos pedagógicos.

A representante da SME avaliou ser muito bom o quadro dos docentes, pois, entre estes, 90% têm nível superior. O transporte escolar é outra situação preocupante, pois em algumas comunidades rurais as crianças de Educação Infantil vêm de ônibus para a escola, sem um monitor para acompanhar e sem nenhuma qualidade, sem contar com a situação das estradas e vicinais por onde trafegam esses transportes. Segundo a representante, esse é um dos graves problemas que o município precisa resolver, especialmente no período das chuvas e subida das águas.

Como todo município amazônico, a densidade populacional é muito pequena nessas comunidades rurais, que são de difícil acesso e bastante distantes uma das outras, exigindo que as crianças percorram longas distâncias para ter acesso à escola, o que causa cansaço e sonolência às crianças. A representante da SME aponta que o recurso repassado pelo FUNDEB é muito pouco o que compromete a qualidade do atendimento, já que o município não gera receita suficiente para contribuir com a política de atendimento nas diversas áreas, como saúde e educação, por exemplo.

No Município 06, os pesquisadores visitaram duas escolas localizadas na zona rural que atendem a crianças residentes em áreas rurais na pré-escola. Entretanto, foi realizada uma única entrevista com a diretora de uma das escolas. Os responsáveis por outra escola encontravam-se na cidade participando de reunião com a nova secretária. Na entrevista, a diretora entrevistada informou que a demanda por Educação infantil aumentou bastante na comunidade, em virtude de, em seu entorno, residirem muitas famílias dos assentamentos que estão se formando neste município. Lamentou não poder atender a mais famílias, pois a área é muito grande e tem bastante crianças de 0 a 6 anos que estão fora da escola, mas disse que já não podia mais ofertar matrícula, pois as salas de aulas estão lotadas de crianças de 4 a 6 anos. Segundo ela, mesmo a escola não sendo apropriada para as crianças de Educação Infantil, ela não deixa de atender aos pedidos desta comunidade, inclusive informando que tem salas com 45 alunos de 4 a 6 anos.

A gestora sabe que não é possível um trabalho de qualidade com turmas superlotadas. Mas, explica que esta é a única escola que atende a aquele assentamento. Quanto ao transporte, informou que não há. Disse já ter solicitado - e até apresentou aos pesquisadores crianças que caminham uma média de doze quilômetros, seis para vir e seis para ir -, mas foi alegado pelo órgão competente que são poucas as crianças para fazer uso do transporte escolar naquela comunidade. Informou também que a escola não oferece a mínima condição para atender às crianças da Educação Infantil: há falta de materiais pedagógicos, mobiliário apropriado e a alimentação é a mesma dos alunos do Ensino Fundamental. A diretora enfatizou que existe uma grande demanda para atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, assim, como também das de 4 a 6, que ainda estão fora da escola. No quesito da obrigatoriedade, ela confirma que aprova, mas acredita que há necessidade de estado e municípios unirem-se para pensarem juntos uma política de atendimento à criança de 0 a 6 anos do meio rural em todo o município.

Foram entrevistadas três famílias com crianças matriculadas na Educação Infantil e estas mesmas famílias vivem duas situações: uma tem seus filhos matriculados e outra não tem atendimento para as crianças de 2 a 3 anos de idade. As famílias confirmaram que o número de vagas ofertadas não atende toda a demanda da comunidade. Observou-se, durante a visita dos pesquisadores à comunidade, que há um grande número de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos que ainda está fora da escola, confirmando, assim, as informações prestadas pela diretora da escola *locus* da pesquisa.

As famílias entrevistadas afirmam a dificuldade que enfrentam para conseguir vaga para matricular seus filhos na Educação Infantil nesta comunidade: só conseguem vagas para os de 4 a 6 anos. Pelo fato de não existir atendimento às crianças de 0 a 3 anos, muitas mães não conseguem trabalhar, pois não têm com quem deixar seus filhos. Elas ainda apresentam uma concepção de creche como lugar de guarda e não de educação e cuidado. Essas mães denunciam que, em tempo de eleições, promete-se tudo, mas, com o passar do tempo, o que foi prometido não é cumprido.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município 06 informou que a situação das escolas do campo no município é preocupante. Faltam escola, professores qualificados e uma política educacional que dê conta de atender à demanda expressa pelas comunidades rurais do município.

Ressaltou ainda que saúde, educação e escoamento da produção, são bandeiras de lutas de todo trabalhador rural. Referenda que o sindicato ainda não se envolveu com as questões relacionadas à Educação Infantil no sentido de promover o debate junto à Secretaria Municipal de Educação. Ao falar do transporte escolar, o representante do sindicato fez severas críticas e comparou a forma como tratam as crianças como se estas fossem um saco de macaxeira, jogadas em cima do caminhão. Para esse sindicalista, o transporte escolar não oferece condições aos alunos que residem no meio rural. Informou ainda que algumas escolas no meio rural estão desativadas e que estas, com uma boa reforma, poderiam atender às crianças nestas comunidades distantes.

A respeito da obrigatoriedade da oferta da Educação Infantil para as crianças de 4 e 5 anos na rede pública, o representante afirmou apoiar, justificando que só quem vive no meio rural sabe o quanto é difícil colocar um filho para estudar. Ele acredita que quanto mais cedo a

criança frequentar a escola, melhor o seu desenvolvimento e que, assim, não sentirá tanta dificuldade no Ensino Fundamental.

1.1. Considerações sobre a Demanda nos seis municípios investigados na Região Norte

Apresenta-se, neste tópico, o quadro obtido em cada município considerando os aspectos comuns e diferenciais acerca da oferta e demanda de Educação Infantil para os bebês e crianças residentes em área rural.

Nos seis municípios pesquisados da região norte, alguns aspectos são comuns no que diz respeito sobre a oferta e a demanda por Educação Infantil no meio rural:

- a invisibilidade do atendimento às crianças de 0 a 3 anos que residem no meio rural na política municipal dos seis municípios pesquisados. Todos os representantes das SME afirmam ser importante atender a esta demanda, mas alegam que precisam de maiores recursos financeiros para construir prédios com infraestrutura adequada, conforme exigência dos padrões mínimos oficiais, e que o FUNDEB não contempla todas as despesas. Municípios mais pobres, como os Municípios 04 e 05, não conseguem manter e garantir esse desafio da política de atendimento às crianças de 0 a 3 anos residentes no meio rural, conforme determina o Ordenamento Legal brasileiro;
- atendimento às crianças de 3 a 6 anos em salas multisseriadas na maioria das pequenas comunidades rurais na Amazônia. Essa realidade atinge todos os Municípios pesquisados. Os representantes das SME apontam que a demanda é pequena. O representante do Município 05, por exemplo, diz ter fechado algumas escolas por falta de alunos. Por outro lado, as famílias entrevistadas e o representante do Sindicato do Município 06 e da Associação do Município 04 afirmaram que as secretarias não ofertam alegando o reduzido número de crianças para formar uma turma. A solução encontrada pelos municípios pesquisados são as salas multisseriadas ou a política de nucleação, o que fere os direitos destas crianças e de suas famílias, pois o Decreto de nº 7.352/ 2010 estabelece em seu artigo terceiro que a Educação Infantil será sempre oferecida nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças; e, no parágrafo segundo desse mesmo artigo, está determinado que, em nenhuma hipótese, serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental;

- transporte escolar é outro aspecto apontado por esses municípios. Lembramos que as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo (CNE/CEB Nº 01, de 03 de abril de 2002,) afirmam que a Educação Infantil deve ser ofertada nas próprias comunidades evitando assim a nucleação das escolas. A situação do transporte escolar em todos os municípios evidencia a importância que deve ser dada a ele pelo poder público, pois se trata da qualidade e da condição em que são transportadas as crianças. Dependendo do tipo de barco, lancha ou ônibus e as condições de trafegabilidade dos rios e estradas, as famílias matriculam ou não seus filhos. Daí a necessidade do estreitamento do regime de colaboração entre os entes federados no que se refere à garantia do direito à educação das crianças e da população do meio rural, conforme informações dos representantes das SME participantes da pesquisa. O município 01 não apresenta este problema por contar com uma escola específica para atender à demanda da comunidade quilombola e por apresentar um número pequeno de crianças de 4 e 6 anos. No entanto, para os bebês há necessidade de transporte escolar para que suas mães os levem à creche mais próxima, visto que esta comunidade fica bem distante do centro da cidade e o acesso pela estrada é bastante precário;
- os representantes das famílias entrevistadas nos Municípios participantes da pesquisa apoiam e reivindicam a construção de creches no meio rural, alegando ser uma necessidade da mãe trabalhadora. Mas, para além desse direito, o que precisa ser discutido e debatido junto a essas famílias é que a creche é um direito de toda criança de 0 a 3 anos de idade. Direito adquirido em ampla mobilização nacional e que não vem sendo respeitado, ferindo, dessa forma, o que prescreve a Constituição Federal de 1988 e é reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990; pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Brasil, 1991); e pela própria LDB (BRASIL, 1996). Silva & Pasuch e Silva (2012) alertam que não é “por que” ofertar Educação Infantil para as

populações do campo, mas “como” garantir o direito à creche/pré-escola para as populações rurais que o desejam...”. Portanto, mais que desejo, é garantir de fato e de direito o acesso dessas crianças às creches e pré-escolas;

- nos registros desta pesquisa, evidencia-se que a designação de creche e pré-escola dos representantes das secretarias municipais de educação contraria o prescrito na LDB, Artigo 30, que estabelece que creche é para atender especificamente às crianças de 0 a 3 anos de idade e a pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade;
- Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) - observou-se no decorrer da pesquisa de campo a adesão a esse programa por parte dos municípios 1, 3, 5 e 6. Entretanto, as construções de creches advindas desse programa acentuam-se principalmente na área urbana em bairros periféricos dessas cidades; e
- a nucleação é apontada como uma das possibilidades de resolver as situações referentes ao atendimento às crianças pequenas que residem no meio rural. Essa medida que até pouco tempo atrás era utilizada para o Ensino Fundamental, hoje na Região Norte, considerando as distâncias percorridas pelas crianças e a pouca densidade populacional dos municípios participantes desta pesquisa, os representantes da educação municipal manifestam-se favorável a aderir ao processo de nucleação também nas escolas que atendem às crianças de 4 a 6 anos de idade. Este posicionamento fere a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, que, em seu Art. 3º, estabelece que a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das

crianças. E ainda, em seu § 2º, determina que, em nenhuma hipótese, serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

2. Dimensão Pedagógica

O agrupamento dos elementos contribui para a visão da dimensão pedagógica referente às políticas municipais da Educação Infantil do campo correspondentes aos seis municípios pesquisados na Região Norte. Entende-se por dimensão pedagógica o caminho principal para articular e interagir as práticas cotidianas com as crianças. A dimensão pedagógica também perpassa por configurações e contribuições das experiências socioeducativas nessa primeira etapa da Educação Básica: creche e pré-escola do campo.

Nesse contexto, estão presentes as práticas cotidianas visualizadas e expressadas oralmente pelos sujeitos entrevistados, que evidenciaram os espaços físicos das escolas, os materiais disponíveis, a permanência das crianças na escola, os professores e as relações entre escola e família. Percebe-se a potencialidade que as práticas cotidianas expressam nos elementos constituintes da dimensão pedagógica, a serem observados e descritos neste relatório.

2.1. Espaço físico e os materiais disponíveis em Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural dos seis municípios da Região Norte

Vale ressaltar que os espaços físicos adequados para o funcionamento da Educação Infantil são constituídos pelos elementos da dimensão pedagógica, presentes em creches e pré-escolas, objetivando focar as experiências infantis nesse ambiente. Nesse sentido, faz-se necessário considerar a dimensão material das condições de oferta que tem relação com a observação da estrutura física nas múltiplas formas de organização desses espaços necessários ao desenvolvimento e acomodação das crianças, para que possam explorar o espaço de forma coletiva. Para tanto, a medida desse

espaço deve permitir a construção de diferentes ambientes que reflitam as concepções e intenções de adultos e crianças que nele convivem. É em um espaço físico concreto onde as crianças experimentam suas sensações:

O espaço é o elemento material pelo qual a criança experimenta o calor, o frio, a luz, a cor o som e, em uma medida, a segurança. (...) é em um espaço físico que a criança estabelece a relação com o mundo e com as pessoas; e, ao fazê-lo, esse espaço material se qualifica.

(LIMA, 1989 apud BARBOSA, 2007, p. 13)

Compreende-se, dessa forma, que as estruturas físicas e a organização dos ambientes onde funcionam as salas de aula da Educação Infantil são importantes no que se refere à qualidade dessa primeira etapa da Educação Básica, tendo como base seus objetivos que se direcionam ao conjunto das experiências das crianças que frequentam o espaço educativo.

É nesse espaço que a criança precisa sentir-se segura para expressar seu sentimento. É necessário que seja um espaço que facilite o desenvolvimento da autonomia das crianças e as interações criança-criança e entre as crianças e os adultos. Assim, precisa-se ter claro que o ambiente é fundamental na constituição dos sujeitos, por ser um mediador cultural tanto da gênese como da formação dos *“primeiros esquemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento significativo do currículo, uma fonte de experiência e aprendizagem”* (FRAGO E ESCOLANO, 1998, p.26).

Com base nos autores supracitados, torna-se possível compreender o que consta no Relatório de campo sobre o espaço físico das escolas, no que se refere às concepções e práticas de utilização dos espaços com as crianças. Em geral, são salas pequenas inseridas em uma escola de Ensino Fundamental, salas anexas a Escolas de Ensino Fundamental e, em sua grande maioria, salas multisseriadas. Quando há a escola de Educação Infantil, esses espaços físicos também são pequenos, se se considerar as atividades coletivas.

Os materiais existentes não permitem a utilização por todas as crianças no mesmo espaço de tempo, os acervos de literatura infantil em quantidade mínima, predominando os livros didáticos, brinquedos inexistente, todo esse

material torna-se necessário ao enriquecimento das experiências das crianças e ainda observou-se que a exploração do ambiente externo praticamente não existe como prática pedagógica.

O espaço físico externo é explorado pelas crianças em algumas escolas da Região Norte, localizadas geograficamente em terra firme. Essa observação foca os assentamentos e áreas quilombolas. Outra parte desse grupo de crianças de Educação Infantil não explora o espaço físico externo porque as escolas construídas em formato de palafitas ficam às margens dos rios. A partir desse contexto, os pesquisadores foram aguçando o seu olhar e exercitando a escuta sensível tão necessária para dar voz aos sujeitos entrevistados.

Ao tentar compreender as condições dessa população infantil de 0 a 6 anos que vive em áreas rurais nos municípios, isto é, como estão sendo educadas e cuidadas em espaços que foram sendo adequados para atender à demanda da comunidade, avaliando os espaços com base nos padrões mínimos do Ministério de Educação – MEC, os mesmos não se caracterizam como espaços para funcionar a Educação Infantil enquanto instituição.

A pesquisa na Região Norte permitiu conhecer os critérios para atender à demanda de crianças, os diferentes espaços físicos, os atores sociais, as políticas públicas educacionais, as concepções de práticas pedagógicas concebidas e implementadas para crianças de 0 a 6 anos de idade. Nesse sentido, serão apresentados e analisados os elementos destes Relatórios de Campo correspondentes aos estudos qualitativos realizados nos seis municípios constantes nos registros referentes aos espaços físicos e materiais disponíveis nas salas de Educação Infantil, inseridas em escolas de Ensino Fundamental, salas anexas e em salas multisseriadas.

MUNICÍPIO 01

No Relatório de Campo referente ao Município 01, a representante da Secretaria Municipal de Educação (SME) se coloca como tendo uma trajetória

histórica no avanço da Educação Infantil. Vivencia a coordenação há oito anos comprovando dimensões administrativas e pedagógicas. A mesma informa sobre as visões relativas aos espaços físicos das escolas de Educação Infantil, salas de Educação Infantil inseridas nas Escolas de Ensino Fundamental e os materiais disponíveis.

Em relação ao espaço físico, as unidades de Educação Infantil são boas e funcionam apenas em creche ou pré-escola. Informa que a escola da comunidade quilombola foi construída recentemente e as salas de aula estão em boas condições, embora sejam salas de aula inseridas em uma escola de Ensino Fundamental. Os prédios superam as necessidades das crianças de 0 a 3 anos e das crianças de 4 a 6 anos.

Constam neste relatório que é propósito da gestão municipal investir na infraestrutura das creches e pré-escolas por meio de um projeto criado para desenvolver ações de cunho pedagógico na infraestrutura, como salas de aula com tamanho adequado, com ventilação, mobiliário, iluminação, piso em boas condições etc. Segundo gestor da escola localizada na Comunidade Quilombola, as condições sobre o espaço físico, manutenção e limpeza podem ser consideradas excelentes. Quanto aos materiais disponíveis para as crianças de 4 e 5 anos, a gestora registrou como ponto negativo que *“faltam muitos materiais didáticos variados e brinquedos para essa faixa etária”*.

Conforme o Relatório de Campo do Município 01, que atende à população Quilombola, a representante da escola afirma que o projeto pedagógico da escola está em processo de construção.

As três famílias de crianças residentes na Comunidade Quilombola, em área rural, usuárias da Educação Infantil do Município 01, informaram, por meio da entrevista, que a escola de Ensino Fundamental na qual funciona uma turma do pré-escolar é boa e bonita e que gostaram do modelo. Disseram ainda que a escola tem água, iluminação e ventilação. A escola oferece, ainda, segundo elas, materiais e os uniformes. Além disso, tem

material de higiene suficiente e possui um pátio razoável, móveis adequados às crianças, banheiro e cozinha.

Com relação ao Projeto Político Pedagógico, duas famílias não conhecem e uma não se manifestou. Uma família observou que a escola não tem uma proposta que trate da cultura dos quilombolas. Inclusive todas ressaltam que o calendário letivo é enviado pela secretaria municipal de educação. No que diz respeito às expectativas que as famílias têm com a escolaridade das crianças, elas afirmam que o estudo é muito importante e precisam terminar para ter êxito na vida, pois a educação é a base de tudo.

Observa-se que as famílias mencionam a importância do estudo para a criança, entretanto a representante da SME demonstra preocupação sobre o que ocorre com a não procura por parte dos pais:

“Demanda. Por incrível que pareça a procura é muito tímida. Nessas duas extremidades a gente tem um problema seriíssimo de demanda. As pessoas não procuram, não procura, a gente vai atrás, e por incrível que pareça não temos muito êxito. É uma questão territorial, dificuldade de núcleo populacional, porque são muito isolados e por mais que a gente coloque a escola com acesso eles não vão. A busca de trabalho provoca o processo migratório que consiste sair de um lado para o outro, é uma problemática muito grande, hoje um grupo populacional “está” em uma ilha, amanhã ou no próximo mês ‘está’ em outra ilha. O fluxo correspondente a uma parte da população de Ananindeua é permanente, entre sair de uma ilha e ir para o continente, nessa andança os pais descaracterizam a criança. É um movimento muito grande porque Ananindeua tem essa particularidade de ser uma cidade que abriga realmente toda essa diversidade de núcleo populacional” (Relatório de campo do Município 01).

No Município 01, realizou-se a entrevista com um representante do Movimento Social que assim se manifestou: “temos a pré-escola, melhor se tivesse também uma creche, mas tenho dúvida sobre a demanda. As famílias querem que a criança vá à escola para estudar. Hoje, eu vejo que é bom porque antes a criança só começava a estudar com 7 anos.”

A representante afirmou que preferiria que “todos os professores residissem na comunidade”. A concepção da representante em relação às atividades e conteúdos para as crianças de 0 a 6 anos expressa uma

preocupação conforme está registrado no Relatório de campo do Município 01:

“Os conteúdos devem tratar do respeito à identidade de nossas origens. A escola deve trabalhar mais a nossa história de quilombolas, pois, é um jeito de aceitar nossa história desde o início até os dias atuais”. “Observo que na escola as crianças têm preconceito de sua origem, discriminado os colegas”. “Venho observando que muitas crianças estão mudando o jeito de falar, de pensa”, por exemplo, “eu sou negro por que minha avó era negra” e “ no meu entendimento nessa questão racial tem que ser conversada desde a Educação Infantil”.

Essa observação aparece no Relatório de Campo tanto a partir do depoimento do representante do Movimento Social, quanto na observação direta dos pesquisadores.

MUNICÍPIO 02

A representante da SME do Município 02 se refere ao espaço físico como um desafio enfrentado pela Secretaria Municipal de Educação: [para atender à demanda das] *“crianças de 0 a 3 anos, ainda não temos infraestrutura, este é grande desafio. Às crianças de 4 e 5 anos, temos tentado atender, mas ainda é um percentual pequeno aproximadamente de 30%”* (Relatório de Campo, Município 02, 2012). Consta neste relatório que, para atender à pré-escola, o município conta com uma *“escola rural construída provisoriamente que estava inadequada e já faz quase doze anos que tentam fazer os banheiros...”*. Os espaços físicos não são adequados, causando problema no desenvolvimento da prática pedagógica, segundo a representante.

No Município 02, foi visitada a única escola localizada em um projeto de Assentamento, de difícil acesso, que atende crianças de 4 a 6 anos, em uma sala multisseriada, anexa de uma escola de Ensino Fundamental. Os pesquisadores não tiveram acesso a outras escolas, por não disponibilizarem de um transporte e pelo fato de os cinco dias dedicados à pesquisa de campo não terem sido suficientes para tal acesso, devido às longas distâncias para se chegar a essas escolas.

Quanto à estrutura física, o Relatório de Campo menciona que o espaço é muito pequeno. O mobiliário resume-se a duas mesas pequenas com oito cadeiras, não permitindo uma boa circulação das crianças e nem dos adultos no espaço. O banheiro está sempre limpo, mais não é lajotado.

O sanitário e o lavabo não são acessíveis às crianças. A escola não possui água encanada e, por esse motivo, o sistema de água funciona de forma improvisada por meio de uma longa mangueira (300m). A mangueira é ligada na escola sede (cerca de 300m de distância da escola anexa) e, dessa forma, fornece a água necessária para a higienização da escola e das crianças. A gestora da escola informa que a estrutura física da instituição *“não está adequada para o atendimento da pré-escola”* e que, para realizar as atividades, a professora utiliza os espaços que tem dentro do prédio e a parte externa do quintal da casa, mas, para as atividades de recreação, não há espaço coberto.

Quanto aos materiais disponíveis, o Relatório de Campo registra que a gestora forneceu as seguintes informações:

“Os materiais pedagógicos nós utilizamos os que temos, são materiais pedagógicos de apoio ao professor. Temos a cartilha que foi doada pela secretaria de educação. É uma cartilha escolhida pelos professores do ensino infantil. Esses professores tiveram a formação de como trabalhar com essa cartilha pela própria autora da cartilha. Os materiais que temos são jogos e brinquedos pedagógicos. Também não tem material específico, por idade”.

Não foi entrevistado representante de organização social neste município e nas entrevistas com as famílias essa questão foi bem pouco mencionada. No Relatório de Campo do Município 02, os pesquisadores registraram que

“(…) o fazer cotidiano nas escolas de educação infantil do campo deve fortalecer espaços de aprendizagens envolventes, cujos projetos pedagógicos garantam o direito à brincadeira, que as crianças possam cantar, contar, declamar, dramatizar, por serem estas as linguagens utilizadas pelas crianças na compreensão do mundo, como expressa esta família usuária. Uma escola bem equipada com brinquedos, televisão, computador, essas coisas que a gente sabe que pode ter numa escola”.

A compreensão dessa família sinaliza o desejo de um espaço envolvente que propicie a aprendizagem e o desenvolvimento, pois o espaço e o ambiente constituem locais de aprendizagem e desenvolvimento, como pontua Forneiro (1998, p. 232). Essa família percebe a importância de se ter uma “escola bem equipada” e aponta o que é necessário para gerar produção de saberes e de conhecimentos. Certamente, esse desejo é uma forma de dizer-nos: “olhem a escola, ela distante do que de fato meus filhos têm direito”. O ambiente de uma escola deve proporcionar um movimentar-se, onde professor e crianças possam manifestar-se, circular e interagir com este espaço e as crianças num movimento de construções de aprendizagens.

MUNICÍPIO 03

O representante da SME do Município 03 afirma que, nos espaços físicos para Educação Infantil, em áreas rurais, as crianças são

“atendidas em salas de Educação Infantil, tentam fazer algumas adaptações, por exemplo, dos sanitários, e pias. Essa adaptação serve também para crianças maiores de 6 a 10 anos. É fundamental. Os mobiliários estão tentando adaptar, as cadeiras pequenas para as crianças, é difícil, pois a demanda maior é do ensino fundamental e em geral nossas escolas tem três salas, quatro salas, então nós adaptamos uma sala menor que fica só para educação infantil porque tudo é diferenciado. As escolas estão em processo de adaptação, onde nós atendemos as crianças menores de educação infantil, inclusive na reforma e ampliação estamos fazendo tudo adaptado para as crianças de educação infantil, até a inclusão de parquinhos, área livre para as crianças”.

(Depoimento do representante da SME, município 03, relatório de campo, 2012)

O diretor da escola pesquisada informa o seguinte: *“Nós não temos materiais didáticos é pouco para trabalhar com as crianças de 4 e 5 anos”. Quanto ao mobiliário, “carteira, mesa para a educação infantil, é precário”. Quanto ao espaço, “o espaço externo é muito utilizado. Eu até peço para os professores se planejarem para trabalhar na área externa partindo da teoria e indo ao campo prático”. (Depoimento do gestor do município 03, relatório de campo, 2012).*

No Município 03, foi visitada 01 escola de Ensino Fundamental com salas de Educação Infantil. De acordo com o relatório de campo, essa escola atende a crianças de 4 a 6 anos – pré-escola. Segue abaixo a descrição feita pelos pesquisadores de campo a respeito de tal escola:

A escola é toda de alvenaria. A pintura encontra-se razoável. Não é forrada, mas é bem conservado não colocando risco às crianças e aos adultos. O piso é de cimento queimado. É uma escola bem arejada, iluminada e ventilada no período da manhã, mas no período da tarde a escola recebe o sol direto no corredor. Há muitas árvores em seu entorno mais ficam afastadas. A água é retirada de poço artesiano, sendo servida através de bebedouros, e esses bebedouros estão em situações precárias, há também instalação na cozinha e nos banheiros.

No Relatório de Campo do Município 03, as famílias entrevistadas apontam que é necessário que a escola seja reformada:

“precisa ser ampliada, ser modificada e adequada para as crianças (...) Tivesse um refeitório para as crianças, uma área maior para se movimentarem, por que é muito apertadinho (...) Que tivesse um parquinho, uma área para as crianças brincarem. Que fosse ampliada. Por que para realizar uma festinha é muita dificuldade por falta de espaço (...) A questão da infraestrutura, a escola deveria ser mais ampla, ter refeitório, salas espaçosas, área coberta para o laser, banheiro adequado, brinquedos para as crianças. (...) A questão da infraestrutura, a escola deveria ser mais ampla, ter refeitório, parquinho, salas espaçosas, área coberta para o laser, banheiro adequado, brinquedos para as crianças, quadra de esporte, por que as crianças não tem espaço para fazer educação física”.

Não constam informações sobre esta temática nas entrevistas com os representantes de Movimentos Sociais e / ou Sindicais.

Percebe-se nesses relatos e na descrição dos pesquisadores que essa escola, assim como as demais da Região Norte, apresenta um quadro bem distante do que é exigido pelos padrões mínimos de qualidade para funcionamento, conforme documentos do Ministério da Educação – MEC.

MUNICÍPIO 04

No Relatório de Campo do Município 04, no que se refere aos espaços e materiais, o representante da SME informa que o atendimento à Educação Infantil do Campo passa por inúmeras dificuldades como:

“na zona rural, nós estamos atendendo meio que “paliativo” em algumas escolas, inclusive em anexo. Mas em algumas localidades, como é o caso de uma escola, que vocês vão ter a oportunidade de ir lá, vocês vão ver que o atendimento lá, em alunos de creche e pré-escola, nós já temos um atendimento mais adequado, dentro de nossas possibilidades. Em outras localidades, não é tão adequado quanto deveria ser. Mas nós temos até 2016 para nos adequarmos. Mesmo porque é uma das prioridades da secretaria que é prioriza a entrada da criança, com mais cedo na escola. Outro agravante é que nossas escolas trabalham com classes multisseriadas”.

O representante do Município 04 ainda destaca situações relacionadas à infraestrutura das escolas de Educação Infantil da área rural:

“Vamos ser bem realistas, as estruturas físicas da maioria das escolas do nosso município, não só da educação infantil, mas de um modo geral, deixa muito a desejar. A maioria das escolas tem uma situação difícil, complicada de atendimento e precisamos de um tempo para nos adequarmos melhor”.

Neste Relatório de Campo, constam registros sobre a caracterização dos prédios que são inadequados, interferindo na utilização do espaço físico necessário para a Educação Infantil. A descrição dos prédios é feita pelo representante da SME:

“Os prédios não são adequados para atender a crianças de Educação Infantil. (...) As maiores dificuldades são exatamente a parte financeira para que nós possamos adequar os nossos espaços às necessidades dessas crianças”.

A partir da entrevista com a gestora escolar, registrou-se que é preciso garantir espaços para desenvolver as atividades pedagógicas com as crianças de Educação Infantil, já que os existentes são espaços cedidos e inadequados. Os espaços internos são inadequados, porém neles as crianças permanecem a maior parte do tempo. No que tange aos espaços

externos, a entrevistada revela: *“às vezes as professoras exploram com algumas atividades”*.

Com relação aos materiais disponíveis para as crianças, informa a gestora: *“A gente recebe sim, nós recebemos o material didático, mas não o suficiente para todas as crianças”*.

No que diz respeito às famílias entrevistadas, estas informam neste Relatório de Campo sobre as condições de infraestrutura da escola, afirmando que a escola não tem ventilação, é construída com madeira, coberta com telha brasilit, tendo apenas um banheiro e três salas de aula.

Com relação ao Movimento Social, neste Relatório de campo não há registros sobre a temática objeto de análise e reflexão.

Os pesquisadores observaram que o atendimento para as crianças de Educação Infantil funciona em uma casa de madeira, cuja fiação elétrica esta toda exposta. Constatou-se que somente as salas de aula são climatizadas. A escola não possui bebedouros acessíveis às crianças e a água para beber é retirada da torneira, mas é filtrada. A sala da diretoria é improvisada, sendo que a mesa utilizada por ela serve também para as crianças lancharem. Não existe área de lazer para brincar e a hora do lanche é acontece em forma de rodízio, primeiro as salas das crianças menores e depois as das maiores.

O espaço é muito pequeno e o mobiliário existente em algumas salas é composto de cadeiras pequenas, que não permitem uma boa circulação das crianças e nem dos adultos nesse espaço. O banheiro está sempre limpo, mas não é adequada, pois o sanitário e o lavabo não são acessíveis às crianças. A escola possui água encanada, sendo que a mesma está em um local improvisado, devido o prédio da escola estar em reforma. A mesma possui os produtos básicos de higiene sendo que estes são de uso coletivo.

Em relação aos materiais didático-pedagógicos, observou-se a inexistência dos mesmos. Os professores, para dinamizarem suas aulas, confeccionam seus materiais de apoio pedagógico para utilizá-los com todas as crianças de 4 a 6 anos de idade.

MUNICÍPIO 05

As informações prestadas pelo representante da SME do município 05 apontam para a infraestrutura das escolas: *“Não atendemos de 0 a 3 no rural, somente de 4 a 6 anos. A estrutura física está péssima, para ser sincero não é boa”*. Continuando sua fala, o representante, ao ser indagado sobre o significado da Educação Infantil de a 0 a 3 anos no meio rural, assim se expressa:

É importante atender à criança da Educação Infantil de 0 a 3 anos, faltam-nos condições estruturais e financeiras. Temos vontade, mas não temos recursos suficientes. Estamos fazendo um grande esforço para atender os de 4 a 6 anos, pois tudo recai neste após essa lei da obrigatoriedade. Porque se você olhar essas de 4 a 6 anos, muitas estudam em escolas que não são apropriadas para elas, muitas estão juntas nas classes multisseriadas. (Relatório de Campo, Município 06, 2012).

Observa-se que neste relato o representante da SME do município 5 evidencia a dificuldade de garantir que os materiais didático-pedagógicos cheguem até as escolas do meio rural porque dependem das condições das estradas e do tempo, bem como das distâncias geográficas. Nesse sentido, consta, no Relatório de Campo sobre o município 5, a seguinte narrativa:

É razoável. Porque nem sempre a merenda chega devido às grandes distâncias e o difícil acesso como você vai comprovar. Essa escola que vocês vão não sei se vai dá para ir, temos que falar com o motorista para saber com está a condição da estrada e vou aproveitar para mandar os materiais que estão desde o início do ano aí, mas pelas condições da estrada não pudemos levar ainda. (Relatório de Campo, Município 06, 2012).

Os pesquisadores destacam que, nesta escola pesquisada, não foi encontrado mobiliário condizente com a idade das crianças, assim como não foram encontrados materiais de apoio didático.

Com relação aos espaços externos, os pesquisadores relatam a inexistência de parques infantis ou brinquedos, mas constataram uma grande área verde que a professora utiliza para realizar atividades de recreação que exigem um espaço mais amplo, uma vez que a sala de aula é muito pequena para tais atividades.

Uma professora responsável pela turma de Educação Infantil, que fica em uma sala anexa e distante da escola sede, expressa sua opinião sobre a infraestrutura com a qual trabalha:

O negativo é o espaço, ou seja, o local de trabalho. Nossa estrutura não ajuda muito. Não temos professor assistente para levar as crianças ao banheiro, tudo tem que ser o professor. Além de ser muito quente e não tem ar, não tem um parquinho, até os materiais não são de boa qualidade.
(Relatório de Campo, Município 06, 2012)

Em relação aos materiais disponíveis para o trabalho pedagógico com as crianças de 4 a 6 anos, a gestora da escola pesquisada do Município 06 evidencia: “De verdade, não existe materiais para atender às especificidades dessas crianças. O que temos não é suficiente. Veja, agora que trouxeram esses materiais aqui: papel, lápis, cartolina... mas não é sempre assim”.

O Relatório de Campo do Município 05 apresenta relatos de uma das famílias usuárias da Educação Infantil no meio rural que enfatiza aspectos que estão relacionados ao material pedagógico. Conforme narrativa:

“A escola é boazinha, as professora ensinam bem. Fica perto de casa, mas para outras crianças que não moram por aqui é bem distante. Tem aquela colina ali, vem criança de lá a pé, chegam cansados. Queria que melhorassem esta escola. Colocasse computador, televisão, DVD, esses materiais que precisa para ensinar. Não dá ficar só no quadro. As crianças não gostam”
(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

“[Gostaria] que a escola, mesmo de madeira, mas fosse bem organizada com as salas próprias para atender às crianças. Não faltassem materiais, brinquedos e até mesmo um lugar para atar redes. Criança gosta de rede e assim não perderia o hábito”.
(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

No que se refere à participação de um representante do Movimento Social, não foi possível porque não manifestaram interesse no momento da realização da Pesquisa de Campo.

MUNICÍPIO 06

Neste Relatório de Campo, a representante da SME, coordenadora de Educação Infantil da área urbana e rural do município, avalia a estrutura física

das escolas que atendem às crianças de 4 a 6 anos de idade residentes na área rural. Nesse sentido, a representante afirma:

“Há escolas que estão bem estruturadas em nível de modelo padrão, mas também temos escola que infelizmente estão em péssimas condições... a questão é de recursos financeiros mesmo (...). Nossos prédios não estão adaptados para o trabalho com crianças de 4 a 6 anos”.
(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

“... precisa suprir as necessidades da população da zona rural. Temos escola do estado cedida para as crianças do município estudarem na pré-escola e temos também crianças da Educação Infantil juntas com classes multisseriadas e outras com escolas seriadas, mas não temos prédios especificamente para as crianças de 4 a 6 anos do campo”.
(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

“Desafios dessa secretaria é resolver o problema de infraestrutura da escola, transporte escolar, e recursos pedagógicos para com as turmas de Educação Infantil”.
(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

Os pesquisadores registram no Relatório de Campo que esse município não constrói prédios no meio rural para a Educação. As crianças são atendidas em escolas anexas tanto da rede municipal, quanto da rede estadual, assim como em escolas multisseriadas da região, mesmo com a existência de um modelo padrão que vem sendo elaborado para construção de escolas infantis nessa região. Não atende em creches no meio urbano e no meio rural.

No Relatório de Campo do Município 06, no que se refere à infraestrutura, a gestora escolar entrevistada comenta sobre a precariedade da escola, conforme descrição abaixo:

A escola é isso que vocês estão vendo. Adequada não é, falta muita coisa para que de fato atenda às necessidades das crianças. Nós fazemos alguns eventos para comprar algumas coisas, e cumprir alguns compromissos, segundo eles nós não sabemos administrar, eu não sei administrar coisa muito pouca, coisa pouca eu sei mais muito pouca não sei não, mas, a gente cobre o básico, agente trabalha com o real, nós gostaríamos de ter o ideal, não escondemos de ninguém sempre nos reunimos para prestar conta.
(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

A falta de materiais didáticos e pedagógicos, o desenvolvimento das atividades com as crianças fica comprometido. Aponta ainda

que o ambiente não é estruturado e apropriado para atender as crianças de educação infantil. Por conta de toda essa situação, as crianças não têm jogos, brinquedos, lápis de cor. Disponibilizam somente papéis A4 para pequenas atividades e os outros materiais disponíveis são em quantidades mínimas, tendo o professor que trabalhar sempre regrado ou tirando de seu bolso para investir em materiais necessários a prática pedagógica com as crianças pequenas. Percebe-se que não existe um plano orçamentário para a educação infantil do campo. (Relatório de Campo, Município 06, 2012).

Em relação ao espaço físico interno, afirma que é pequeno para a realização de atividades coletivas, porém a informação da gestora é de que todos os dias as crianças fazem atividades variadas fora da sala de aula.

Os materiais pedagógicos para trabalhar com as crianças de 4 a 6 anos são adquiridos por meio de recursos do FNDE:.

“Brinquedo não, mas tem jogos que conseguimos comprar com o recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para a Educação Infantil, pois não vem nada para eles”. (Relatório de Campo, Município 06, 2012).

No Relatório de Campo constam registros de três famílias entrevistadas que expressam opiniões sobre a infraestrutura e os materiais pedagógicos, como podemos constatar a seguir:

Não acho muito bonito não. Têm umas salas com computador, mas por falta de energia os alunos não têm acesso ao computador. A água é de poço e quando dá problema na bomba tem de ficar esperando ajeitar e as crianças ficam sem merenda, os banheiros ficam sujos. A escola não é para atender as crianças de 4 anos. É tudo misturado. Falta melhorar bastante. A área do quintal é pequena e as carteiras são pesadas para as crianças carregarem. (Relatório de Campo, Município 06, 2012).

Acho que a escola deveria ser adaptada à região, mesmo que seja de madeira. Tem luz, água, mas não tem esgoto, a fossa é “perdida”, não é assim que falam? A escola é isso que a senhora esta vendo, não tem quase nada de criança. A diretora se esforça, mas não pode fazer muita coisa, depende do prefeito. Na escola as crianças recebem a merenda, o uniforme e alguns cadernos, mas lápis de cor, massinha essas coisas, não. Não acho bonita não. Precisa pintar arrumar e ser para criança. Banheiro só é um o mesmo que o adulto usa as crianças utilizam, a gente já tem aquele cuidado de estar limpando direto, direto... (Relatório de Campo, Município 06, 2012).

A escola precisa melhorar bastante. Arrumar os banheiros, ter esgoto, materiais para as crianças, brinquedo, computador. Antes

na escola rural o computador não vinha, mas agora passa na televisão que vem, mas onde colocar se a escola não esta preparada? Quem sofre são as crianças, os outros alunos. Como a senhora diz como é uma escola de educação infantil, esta aqui não tem muita coisa pra criança. As cadeiras são grandes, não tem lugar pra brincar, só ai no quintal, mas quando tem educação física é difícil pra elas.

(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

Ainda sobre a temática infraestrutura, a partir das narrativas das famílias, vale ressaltar suas sugestões:

Que a escola pudesse ter assim uma sala só para as crianças de Educação Infantil do campo e uma pessoa de responsabilidade pra cuidar. Para os de 0 a 3 anos minha sugestão é tivesse a rede para quando as crianças sentirem vontade de dormir, eles vão lá, alguém balança até que ela dorme como faço em casa. Também em dias quentes as salas ficam quente que se pensasse numa escola como nossas casas que é bem ventilada, mas que tivesse bastante brinquedos.

(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

A escola dos sonhos. Posso sonhar? Primeiro que fosse bonita, pintada, com jeito de criança e não este que tem aqui e que fosse só para crianças, não misturasse com os grandes. Que viessem muitos materiais para as crianças pintarem, escreverem, aprenderem mesmo. Tivesse computador, porque tudo agora é na internet. Tem vezes que assisto a uns programas e vejo que é bem diferente do que aqui e me dá vontade de dizer: “prefeito faça uma escola bonita para as crianças do assentamento Benfica”.

(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

É importante uma escola que seja só de criança não dá para misturar com adultos. Os meninos maiores batem nas crianças e isso não é bom. Ter bons espaços para fazer os trabalhos, mesas e cadeiras do tamanho das crianças. A merenda tinha que ser aquilo que eles gostem da região, porque vem merenda que é diferente e eles não estão acostumados a comer. Não é porque moramos no assentamento que a escola tem de ser mal feita.

(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

No Relatório de Campo, o representante do Movimento Sindical entrevistado informa que a situação da Educação do campo é difícil, por falta de infraestrutura, profissionais qualificados, transporte adequado, manutenção das estradas e maior participação do Movimento Social junto aos órgãos públicos municipais para efetivação do que é exigido legalmente em todas as esferas públicas. Segundo esse representante sindical, três escolas foram fechadas em comunidades rurais do Município 06:

Algumas escolas que eu vejo no município, na área rural que esta desativada, e entregue as baratas , na forma que foi construída ela pode muito bem atender , o problema é que o estado e os municípios articularam-se na questão dá preguiça do professor de dá aula lá.

(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

Algumas professoras são casadas, aí se preocupa de como a família que fica na cidade. Aí, trouxe todo esse problema para população, mas tem escola do estado e do município fechada no meio rural com condições de atender bem a criança da Educação Infantil. Nesta situação, tem várias comunidades como a de Limeira (02 escolas fechadas, uma no Km 12 e outra perto da BR em área de assentamento) e a de Peixoto.

(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

Outra questão apontada por esse sindicalista se refere ao transporte escolar, conforme registros no Relatório de Campo do município 06:

O transporte é o ponto fraco do atendimento para quem mora no meio rural. Quando tem, são ônibus velhos sem a mínima condição. Como colocar criança de educação infantil numa condução como essa? Questiono muito, mas as autoridades não houve aos apelos da população do meio rural. No inverno é quando mais padece. Quando o ônibus fica atolado na estrada as crianças do campo têm aula. Precisa melhorar bastante.

(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

2.1.1. Considerações sobre os espaços físicos e materiais disponíveis nos seis municípios pesquisados na Região Norte

Nos Relatórios de Campo dos municípios pesquisados na região Norte, constata-se que os representantes das SMEs apontam para a infraestrutura como um grande entrave no atendimento à Educação Infantil do Campo, no que diz respeito à adequação das estruturas físicas necessárias ao desenvolvimento das práticas pedagógicas. Outra situação que interfere na dimensão pedagógica, apontada por esses representantes e confirmada por todos os sujeitos participantes desta pesquisa, tem relação com o que se refere à precarização dos espaços educativos para as crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural. A Região Norte apresenta uma característica heterogênea em vários aspectos: ambiental, cultural, social, econômico, político, geográfica, com uma extensão territorial que interfere na ocupação dos espaços, causando densidade populacional pouco expressiva, o que dificulta a dinamização do processo educacional na região, como aponta a representante da Associação de Mulheres do Município 04.

Outro dado apontado neste Relatório de Campo pelos três representantes das SMEs dos Municípios 04, 05 e 06 diz respeito à falta de energia elétrica de baixa tensão, e o mais agravante é que o Município 05 depende da energia que vem da Venezuela. Esta situação vivida pelas populações destes municípios inviabiliza a conservação dos alimentos que compõem o cardápio da merenda escolar, assim como a utilização de computadores e outros equipamentos eletrônicos necessários nas práticas educativas com as crianças de 0 a 6 anos de idade residentes no meio rural.

Em relação aos materiais para utilizar com as crianças de Educação Infantil do campo, os seis municípios participantes desta pesquisa informam que têm dificuldade que o poder público faça aquisição em quantidade e qualidade para atender a todas as crianças desta primeira etapa da Educação Básica do campo. A representante da Associação das Mulheres do Município 04 aponta para a regionalização dos brinquedos, uma vez que esta região apresenta uma riqueza da biodiversidade com a qual se pode produzir materiais didáticos e brinquedos. Todos os entrevistados nesta pesquisa confirmam a importância desses materiais quando utilizados com as crianças residentes no meio rural.

Observa-se, nos registros constantes nos Relatórios de Campo, a incorporação da metodologia de ensino da escola de Ensino Fundamental principalmente no que se refere à utilização de cadernos, lápis, cartilhas, materiais mimeografados no trabalho com as crianças da Educação Infantil do Campo, sem falar na presença expressiva do atendimento dessas crianças em salas multisseriadas do Ensino Fundamental. Nesse contexto, observa-se claramente que os entrevistados desta pesquisa têm dificuldade de perceber que a Educação Infantil do campo é direito de todas as crianças de 0 a 6 anos de idade, assim como não conseguem perceber a dimensão que os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição, são aspectos importantes ao desenvolvimento da criança sinalizados nas DCNEIs/2009. Nesse sentido, os registros dos Relatórios de Campo indicam que a Educação Infantil do Campo necessita de políticas públicas em âmbito nacional, estadual e municipal, pois se constatou que a oferta de vagas pelo

poder público municipal é ínfima, considerando a demanda existente, como afirmam três representantes das SMEs, as famílias entrevistadas, gestores escolares e representantes de Movimentos Sociais e Sindicais.

No quesito mobiliário, três representantes das SMEs dos Municípios 02, 04 e 05 afirmaram haver falta de recursos financeiros para equipar as escolas com mobiliário adequado à faixa etária das crianças da Educação Infantil.

2.2. Professores das Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 62 define que:

[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior (...) admitida como formação mínima para exercício do magistério na educação infantil (...) a oferecida em nível médio na modalidade Normal.

Assim, não é permitida a presença de monitor, crecheira ou pajem, no lugar do professor, com a formação exigida para trabalhar com a Educação Infantil em âmbito nacional, tendo como base a especificidade da formação do docente para atuar na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, objetivando a inserção das crianças na cultura e a produção de conhecimentos. Outros documentos como Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002) e as Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento para a Educação Básica do campo (BRASIL, 2008) garantem a formação inicial e continuada constituindo-se como direito de todos os professores.

A formação dos professores é um tema chave do processo na produção de boas práticas educativas que valorizam os traços identitários da população do campo, afirmando e garantindo seu pertencimento às tradições históricas

culturais. Assim, os Relatórios de Campo dos seis Municípios da Região Norte foram analisados considerando também tal tema.

2.2.1. Os professores da Educação Infantil: visões dos entrevistados e dos pesquisadores nos seis municípios pesquisados na Região Norte

MUNICÍPIO 01

De acordo com o Relatório de Campo do Município 01, a representante da Secretaria Municipal de Educação informou que todos os professores da Rede Municipal de Ensino têm nível superior e um percentual considerável tem pós-graduação. Informou, ainda, que na atual gestão o município realizou dois concursos públicos e exigiu que os candidatos fossem graduados em Pedagogia preferencialmente para trabalhar com a Educação Infantil. Segundo representante do Município 01, por meio da Secretaria Municipal de Educação, é oferecida formação continuada específica em consonância com a proposta pedagógica da Educação Infantil, totalizando uma carga horária de 100 horas anuais.

Neste relatório de Campo, constam as informações prestadas pela gestora da escola que se refere à formação continuada dos professores de Educação Infantil que, segundo ela, acontece sempre, de dois em dois meses. Os temas são variados, e neste ano a secretaria de educação utilizou outra estratégia: não só os professores participam da formação, mas também outros profissionais que atuam junto às escolas. Conforme os relatos das famílias, os professores participam das formações e estas contribuem para que haja boa interação com a comunidade e com as crianças.

Neste Relatório de Campo, não constam informações, fornecidas pela representante da Associação da Comunidade Quilombola entrevistada, sobre a formação inicial e continuada dos professores de Educação Infantil do Campo nesta comunidade.

MUNICÍPIO 02

Neste Relatório de Campo do Município 02, a representante da SME informa que o quadro de professores que trabalham com as crianças de Educação Infantil no município é bastante positivo. No entanto, o Município 02 não oferece um programa de formação continuada para estes professores, mas aproveita os investimentos da formação que é realizada em parceria com o Programa Escola Ativa. (Relatório de Campo, Município 02, 2012).

A representante da SME do Município 02, informou, ainda, que, no município, tem professor que ganha mais de R\$ 3.000.00 reais por mês; e também que aquele que trabalha na área rural ganha mais 20% de gratificação para o deslocamento. O município paga o piso nacional e possui Plano de Cargo e Carreira do servidor da rede municipal de ensino. Na avaliação dessa representante, esses ganhos representam um avanço para os profissionais da educação de seu município, mas reconhece que os recursos ainda são insuficientes, face às dificuldades financeiras de seu município, por este depender do repasse dos recursos financeiros estaduais e federais.

No Município 02, foi entrevistada a gestora da escola localizada no assentamento que informou que a formação continuada para toda rede de ensino acontece todo início de ano letivo. Conforme informou a gestora, uma vez por semestre é realizada uma formação para as merendeiras e funcionários de serviços gerais e, para professores de Educação Infantil, a formação acontece uma vez por mês através de um projeto da SEMED. Ela não explicitou qual seria este projeto, só referendou que o mesmo é uma articulação da secretaria com a escola e que este estende-se aos supervisores escolares.

O Relatório de campo do Município 02 contém informações de entrevista realizadas com duas famílias residentes no Assentamento. De acordo com este relatório, as famílias confirmaram que as professoras participam das formações promovidas pela SEMED, assim como também informa que os professoras conversam com as famílias na hora em que elas

vêm apanhar as crianças em suas casas para irem à escola e que, o fato de residirem no assentamento facilita a comunicação, bem como aproxima mais a criança, criando laços afetivos entre a professora e seus familiares. Informaram ainda que algumas dessas professoras orientam essas famílias quanto ao processo educacional não só no que diz respeito à escola, mas também ao cuidado com as crianças que estas devem ter. Essa atitude por parte das professoras é aprovada pelas famílias.

MUNICÍPIO 03

O Relatório de Campo do Município 03 contém informações de entrevistas realizadas com a representante da SME, que avalia o quadro de professores da Educação Infantil do Campo da seguinte forma:

Nós temos déficit, não temos professores suficientes e graduados para atuar na Educação Infantil do meio rural. Geralmente, a professora de Educação Infantil, tem formação fundamental ou tem uma capacitação que ajuda para que ela possa está na Educação Infantil.
(Relatório de Campo, Município 03, 2012).

Continuando, informou que o município oferece formação continuada para os professores, porém, na sua avaliação, esta é ainda insuficiente. Além disso, segundo ela, muitos professores se recusam a ir para áreas distantes, porque é necessário ficar o mês todo nesses lugares, o que não desejam pois têm suas famílias para cuidar. De acordo com a entrevistada no Município 03, existem professores sem formação adequada para atuar nas turmas de Educação Infantil no meio rural. Ainda registrou-se a participação desses professores em Programas do governo federal, como o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil - Proinfantil, e o Plano de Ações Articuladas - Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, que foi criado com o objetivo de assegurar, até 2014, a formação inicial a todos os professores das redes públicas de ensino no exercício da docência, mas que estão sem a formação superior.

No Município 03, foi entrevistado um gestor de uma escola ribeirinha que informou sobre a existência da formação continuada oferecida pela secretaria municipal de educação, que acontece periodicamente, sendo que neste ano já ocorreram mais de três formações. Ressalta-se que o mesmo não informou sobre quais temas foram abordados. As famílias entrevistadas no Município 03 acham importante que os professores tenham formação necessária ao exercício da docência. Não constam, no Relatório de Campo, elementos pertinentes ao tema, por parte do representante da Associação Agrícola do Município 03.

MUNICÍPIO 04

O Relatório de Campo do Município 04 destaca situações observadas pela representante da SME, sobre a formação do professor de Educação Infantil do Campo, conforme a narrativa abaixo:

Nós estamos num processo de evolução. Nós fizemos concurso público, e agora estamos na fase de adequação das escolas, principalmente da parte física, e também da formação continuada dos professores. Os professores entram por concursos públicos, mas muitas vezes, ainda precisam de uma formação para cuidar das crianças nessa idade. Então nós estamos nesse processo de adequação, tanto da formação continuada, quanto da rede física. (Relatório de Campo, Município 04, 2012).

O representante da SME destaca um dos pontos nevrálgicos do Município 04 dizendo que:

A municipalização da educação. Onde o estado nos deixou uma herança, e essa herança não foi muito bem digerida pela secretaria municipal. É como posso dizer, o nosso maior ponto fraco que a rede municipal de ensino está tentando resolver. A única coisa que o Estado ainda nos oferece é a cedência dos docentes. Pois os professores ainda estão sob a responsabilidade do estado, enquanto o município se estrutura dando continuidade na vida profissional dos mesmos. (Relatório de Campo, Município 04, 2012).

Neste Relatório de Campo, percebe-se a preocupação sobre a valorização em relação aos professores: mais uma vez o representante da SME evidencia:

Também falta formação para os professores nessa área, porque além de não ter prédios adequados, ainda precisamos que os professores tenham mais uma especialização na área de Educação Infantil para melhor atender essas crianças. Também deveria caber ao MEC, disponibilizar capacitações para os nossos professores terem uma melhor formação na área da Educação Infantil. Aqui a gente tem o PARFOR, mas tudo em nível de graduação, mas deveriam também disponibilizar a pós-graduação na área de Educação Infantil.

(Relatório de Campo, Município 04, 2012).

Com relação à entrevista com a gestora da escola, ela informou que a formação continuada está acontecendo com os professores graduados e aqueles que ainda estão cursando a graduação inicial. Diz ainda que esta formação está voltada para o planejamento da escola de Educação Infantil.

Neste Relatório de Campo do Município 04, foram entrevistadas três famílias, sendo que duas relatam suas observações acerca do trabalho desenvolvido pelas professoras de Educação Infantil do campo:

Com certeza a professora é muito legal. Ela apresenta uma boa conduta com todos na comunidade apesar ser recém-chegada.

(Relatório de Campo, Município 04, 2012).

E outra família assim manifestou-se: “essa eu não sei dizer se é novata, ela veio substituir a outra professora, que está doente, mas até o momento ela é boa.” (Relatório de Campo, Município 04, 2012).

Em relação ao Movimento Social, o Relatório de Campo indica a informação obtida através da entrevista com a representante da Associação das Mulheres. No que diz respeito aos professores, ela fez a seguinte narrativa:

Isso ai é algo particular, porque a atuação do professor depende da formação e do currículo. Eu acho que vai muito do espírito de cada pessoa. Trabalhar na zona rural onde a energia não chegou, a internet é um sonho e onde mal pega o telefone não é nada fácil, o professor deveria ter uma especialização voltada para o trabalho com as crianças. Acho que o professor deveria fazer aquele curso que é feito no exercito de Manaus para ele ir para a zona rural. Nessa faixa etária na minha opinião é um momento crucial que a criança está formando seu caráter, tinha que ser repensado o professor que vai trabalhar n meio rural. Às vezes a única referencia que a criança tem de família

ou de comunidade é na escola. Tinha que ser bem pensado, mas não é isso que acontece porque tem o concurso e lá está a formação dele ali, mas outros aspectos não são discutidos.

(Relatório de Campo, Município 04, 2012).

A Educação do Campo na Amazônia apresenta um déficit muito grande no que diz respeito à formação do professor que atua na escola do campo. Muitos desses professores não possuem formação adequada para atuar na Educação Infantil. A preocupação apontada por essa representante faz sentido. Um professor que desconhece a geografia do lugar dessas crianças, onde não há internet, energia elétrica, e que não conhece os saberes das experiências de seus pais e mesmo das crianças dificilmente se adaptará a uma realidade na qual só pode contar com a boa vontade da comunidade e com o desejo das crianças de aprender.

Nesse município pesquisado, a seleção do professor que vai atuar no meio rural acontece por via do concurso e indicação de políticos. Não há uma preocupação por parte da Secretaria de Educação de preparar ou selecionar o professor que se afine com a realidade do campo. Eles vão sendo lotados conforme a necessidade da escola e da comunidade. A preocupação dessa representante é procedente, uma vez que, a quem vai trabalhar com crianças, é necessária uma sólida formação que exige uma reflexão profunda, principalmente por ser uma área de atuação profissional que historicamente tem sido relegada no panorama educacional brasileiro.

MUNICÍPIO 05

O relato da entrevista com o representante da SME do Município 05 constante do Relatório de Campo avalia o quadro de professores que atuam junto às crianças de Educação Infantil no meio rural no que diz respeito à formação e à experiência. O representante da SME não soube informar, em números, o quantitativo de professores que possuem formação superior, mas informou que:

Uma boa parte dos professores já possuem nível superior, e outra ainda está cursando e os que trabalham com a educação infantil já vivenciaram algum vez a sala de aula com crianças de 0 ou 5 anos.

(Relatório de Campo, Município 05 2012).

Observou-se ainda que o Município 05 não oferece um programa de formação continuada aos professores de Educação Infantil do Campo, conforme aponta o representante da SME:” Para falar a verdade, as formações que os professores participam, são as oferecidas pelo MEC: Escola Ativa. Não temos nenhum programa de formação, agora que estamos nos organizando.” (Relatório de Campo, Município 05, 2012).

O representante da SME apontou que um dos desafios a ser enfrentado pelo Município 05 em relação ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos, moradoras de zona rural, é: “Primeiramente, mudar a mentalidade do professor, porque, em minha opinião, o professor, ainda não se deu conta que ele existe por causa da criança que existe. A criança que ele tem que atender. (Relatório de Campo, Município 05, 2012).

No Município 05, foi entrevistada uma professora que trabalha com as crianças de Educação Infantil de 0 a 5 anos de idade, em uma sala multisseriada, anexa de uma escola de Ensino Fundamental, distante aproximadamente 30 km da escola sede. Esta professora informa que:

Todos os professores são pedagogos e alguns até têm especialização e nós fazemos formação aqui mesmo na escola ou quando proposto pela secretaria na sede do município. Mas não é constate, só de vez em quando. Os cursos que estão oferecendo agora vêm debatendo acerca das diretrizes. São cursos oferecidos pelo Estado.

(Relatório de Campo, Município 05, 2012).

Neste Relatório de Campo, a professora entrevistada do Município 05 deixa como sugestão para se pensar a política de Educação Infantil para o meio rural:

Deveria haver mais investimento na qualificação do professor. Que existisse uma política educacional de educação infantil tanto para o campo como para a cidade. Construíssem prédios próprios para o trabalho com crianças, por aqui ficamos isolados do mundo, sem comunicação, sem materiais pedagógicos adequados.

(Relatório de Campo, Município 05, 2012).

Que o professor de turmas infantis não fosse vistos como alguém que não domina nada. Assim como ele precisa ter preparo para o

ensino fundamental. O professor de educação infantil precisa ser melhor preparado também. Precisamos de verba para trabalhar, recursos para serem investido na educação infantil da mesma forma que o do fundamental e talvez até mais, pois, estamos lidando com crianças pequenas e você tem que ter o dobro de atenção. Os professores tem que ser bem mais reforçados na educação infantil.

(Relatório de Campo, Município 05, 2012).

O Relatório de Campo do Município 05 registrou a avaliação das duas famílias entrevistadas. Elas avaliam que o trabalho das professoras é bom e que estas ensinam bem. Além do mais, destacam que uma das professoras mora próxima da escola facilitando o trabalho pedagógico com as crianças de Educação Infantil do Campo e estreitando as relações e interações com a comunidade. Outro aspecto apontado pelas famílias se relaciona com o fato destas professoras residirem na mesma comunidade, evitando rotatividade de professores e atraso no início das aulas, considerando que algumas destas residem em outras cidades.

MUNICÍPIO 06

A representante da SME do município 06 enfatizou que um dos pontos fortes do município tem sido o empenho dos professores da Educação Infantil, que têm se dedicado a estudar as metodologias e a didática necessária ao bom andamento das práticas educativas com crianças da Educação Infantil do meio rural. Esta representante avalia como positiva a formação da qual as professoras e a coordenação pedagógica vêm participando junto à Secretaria Estadual de Educação. Essa formação contribui para que o professor possa argumentar com as famílias enfatizando que objetivo da Educação Infantil não é alfabetizar, pois, para isso, tem a alfabetização aos 6 anos, quando será desenvolvida de forma efetiva. Mas, o professor deve fazer um trabalho considerando o componente lúdico. (Relatório de Campo, Município 06, 2012).

O Relatório de Campo do Município 06 revela que uma gestora de escola, localizada num assentamento que atende a crianças de 4 a 6 anos residentes no meio rural, informou que a formação continuada dos professores vem

ocorrendo por iniciativa dos profissionais, conforme necessidades apresentadas pelo corpo docente da referida escola e, geralmente, acontece durante a jornada pedagógica no início do ano letivo.

O Relatório de Campo do Município 06 contém informações referentes aos professores a partir do olhar de três famílias usuárias que foram entrevistadas durante a pesquisa de campo. Estas disseram ser importante o professor residir na comunidade. Duas delas afirmaram que não têm preferência de gênero em relação aos docentes e que o importante é que o professor tenha respeito e saiba tratar bem as crianças. Outra família tem preferência por mulheres, alegando que o homem não tem jeito com a criança: “Mulher é mais jeitosa, carinhosa e sabe cuidar das crianças”. As famílias entrevistadas informaram que os professores são concursados, portanto, não ocorre rotatividade de professores no meio rural.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais informou que o fato de as professoras serem casadas e residentes em outra cidade tem sido um complicador para o trabalho docente nas comunidades rurais. Tal fato tem desencadeado o fechamento de algumas escolas do meio rural, pois a SME, para atender às solicitações dos professores, termina nucleando escolas na perspectiva de garantir a permanência do professor no meio rural, o que contraria a reivindicação da comunidade e do representante do sindicato, pois estes preferem professores que residem na própria comunidade. O representante informou ainda que todos os professores possuem formação em nível superior, porém falta a eles assumirem de fato o trabalho com as crianças.

2.2.2. Considerações sobre os professores nos seis municípios pesquisados na Região Norte

No conjunto dos dados coletados nos Relatórios de Campo dos seis municípios participantes da pesquisa, observou-se que boa parte dos professores que estão atuando com crianças de Educação Infantil do campo possui formação em nível superior, outros com pós-graduação e uma minoria com o médio normal.

Este dado consolida o que prescreve a LDB 9394/96. Apesar de ser um dado positivo, a Região Norte apresenta um déficit acentuado no que diz respeito à formação superior do professor, tanto a formação inicial quanto a formação continuada. No que se refere à problemática da formação inicial dos professores, três municípios apontam o PARFOR, que é uma política pública em âmbito nacional, como responsável pela formação que vem sendo ofertada nesses para atender o déficit de professores que não possuem formação de nível superior. A Região Norte concentra o maior número de turmas deste programa. Outro município mencionou que o processo de municipalização está sobrecarregando a estrutura de recursos humanos na sua SME. Dois municípios ainda não estão municipalizados, portanto, seguem as normas do Sistema de Ensino Estadual.

Todos os representantes de SME apontam para a importância conferida aos professores e a sua formação na melhoria da qualidade do ensino. Esses aspectos foram mencionados pelas famílias usuárias e não usuárias, gestores, professora e movimentos sindicais. Entre os informantes, percebe-se concepções de formação continuada distorcidas do que realmente deveria ser a formação continuada, vista como direito do professor, conforme os aspectos legais educacionais. Especificamente nenhum dos seis municípios discutiu questões inerentes à Educação Infantil no contexto do campo, em suas formações. Os municípios em geral informaram que a periodicidade dessas formações ocorrem no início do ano letivo ou seguem a programação formativa da proposta da Escola Ativa para o Ensino Fundamental. Percebeu-se a ausência nessas formações de temáticas voltadas para a Educação Infantil do Campo, mesmo que estas estejam presentes nas classes multisseriadas.

Observa-se, nos Relatórios de Campo dos seis municípios pesquisados, informações sobre a residência predominante dos professores fora da comunidade rural em que trabalham os mesmos. Vale ressaltar situações vivenciadas por dois municípios em relação ao fluxo referente ao horário de trabalho, porque ocorrem atrasos no que se refere à chegada do professor no horário de iniciar a aula.

Na análise dos relatórios de campo de dois municípios, famílias participantes desta pesquisa manifestaram opinião favorável à presença masculina na docência de Educação Infantil do campo. Encontrou-se, nos Relatórios de Campo, manifestações por parte das famílias entrevistadas e opiniões acerca do perfil do professor para atuar na Educação Infantil do campo, com preferência ainda por mulheres, considerando seu instinto materno.

Constam nos registros de campo desta pesquisa a informação de um município que tratou sobre a valorização da categoria docente fazendo a diferença entre o meio urbano e o meio rural, pagando, ao professor que atua em escolas rurais, 20% de gratificação como auxílio deslocamento. Esse mesmo município registrou que paga o piso nacional e que possui o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração (PCCR). Os demais municípios não evidenciaram qualquer informação inerente à valorização do professor. Com relação ainda à valorização, outro município informou que, para trabalhar com turmas de educação Infantil, exige que os professores tenham formação em nível superior em Pedagogia, critério adotado para o concurso público.

2.3. Relações entre escola e família nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal,

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por sua vez, no seu artigo 4º discorre que cabe ao:

Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Em consonância com esses instrumentos legais, que são a base da garantia dos direitos das crianças e adolescentes como absoluta prioridade, as famílias exigem dos órgãos públicos o atendimento nos serviços públicos e a formulação de políticas sociais públicas que garantam o direito de seus filhos à educação de qualidade.

A pertinência de um processo de mediação significativa entre família e escola é de fundamental importância para o desempenho escolar e social das crianças. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação traz em seu artigo 1º:

A educação abrange os processo formativos que se desenvolvem na vida familiar , na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
(BRASIL, 1996)

Este amparo legal aponta para a necessidade de se estabelecer uma boa relação entre a família e a escola, especialmente no trabalho educativo com as crianças da Educação Infantil, conforme legislação vigente. De posse desses aspectos legais, foram evidenciados registros constantes neste Relatório de Campo dos seis municípios que participaram da pesquisa, que apresentam percepções dos representantes da SME, das escolas, das famílias usuárias e das não usuárias da Educação Infantil do Campo e dos representantes dos Movimentos Sociais e/ou Sindicais do Campo, no que se refere às relações entre escolas e famílias residentes em áreas rurais.

2.3.1. As relações entre escola e família na visão dos entrevistados e dos pesquisadores nos seis municípios pesquisados na Região Norte

MUNICÍPIO 01

No Relatório de Campo do Município 01, não há registro do representante da SME. Já em relação à escola visitada, encontram-se registros em que a gestora escolar considera a participação da família nos eventos da escola como uma forma de relação entre a instituição e a família. Outro fator apontado pela gestora com respeito à relação comunidade e famílias consiste nas reuniões em que são marcadas as datas da entrega dos resultados de avaliações e outros informes necessários ao conhecimento da família, principalmente relacionados aos eventos. Com relação à visão das famílias no que diz respeito à interação entre a escola e a famílias residentes em área rural, os representantes de famílias limitam-se em expressar que a escola é boa, que é bom o professor residir na comunidade e que, no geral, acham os professores bons. Portanto, no Relatório de Campo, não constam relatos de situações de conflitos entre escola e famílias.

MUNICÍPIO 02

No Relatório de Campo do Município 02, a representante da SME informa que a relação da família com a escola não é uma cultura. Segundo ela, as famílias não costumam procurar a escola para conhecer o trabalho que é desenvolvido com as crianças de Educação Infantil do campo. Mesmo no período das matrículas, a presença das famílias na escola é muito rápida. Nesse sentido, constam nos registros a seguinte narrativa: *Para as crianças de 4 e 5 anos, estamos fazendo um trabalho de sensibilização com as famílias para formar uma turma na escola do assentamento.* (Relatório de Campo, Município 02, 2012).

No Relatório de Campo do Município 02, a gestora escolar entrevistada nesta pesquisa aponta que não há uma relação de

proximidade entre escola e famílias. Isso provavelmente acontece devido ao processo migratório dessas famílias no assentamento, mas:

(...) se for solicitada sua presença na escola ela está sempre presente. Ela corresponde... ela comparece. Só que tem que ser solicitado... difícil para a família que mora distante da escola... geralmente elas não vão à escola só quando solicitada.
(Relatório de Campo, Município 02, 2012).

A gestora reafirmou essa relação quando se questionou acerca da participação das famílias no cotidiano da escola, reuniões ou ações desenvolvidas: *as famílias participam de todas as atividades da escola, tudo que fazemos na escola, seja reunião de pais, encontro com as famílias, ou qualquer outro evento que é proporcionado pela escola, a família está sempre presente.* (Relatório de Campo, Município 02, 2012).

As pesquisadoras do município 02 observaram que “(...) o encontro entre as famílias e a professora, ocorre desde a entrega das crianças na porta de suas casas. Estes conversam sobre o comportamento das crianças e querem saber como anda aprendizagem de seus filhos.” (Relatório de Campo, Município 02, 2012).

Com relação à visão da família no que concerne ao relacionamento entre escola e família, não consta informação no Relatório de Campo.

MUNICÍPIO 03

No Relatório de Campo do Município 03, não há informação do representante da SME sobre as relações entre escolas e famílias. Já a gestora entrevistada, no que se refere à participação da comunidade e das famílias na escola, apresenta a seguinte narrativa:

“As reuniões que a escola convoca sempre os pais e responsáveis são bastante frequentes, eles participam mesmo, em termo de reunião, mas quando a escola necessita de algum apoio, de alguma parceria é meio difícil, existem dificuldades. Também a gente entende pelo lado familiar que existem várias dificuldades de trabalho, que a subsistência deles aqui é mais o extrativismo; então é uma situação precária mesmo”
(Relatório de Campo, Município 03, 2012).

Com relação à visão da família no que se refere ao relacionamento escola e famílias não constam informações no Relatório de Campo.

MUNICÍPIO 04

No Relatório de Campo do Município 04, o representante da SME avalia que a frequência das crianças na escola é boa. A respeito disso, afirma:

A questão do Programa Bolsa Família, tem nos ajudado muito com a frequência. Agora devido à inadequação do nosso transporte escolar, principalmente quando chove muito, muitas crianças deixam de vir às escolas, mas no geral, a frequência é muito boa.

(Relatório de Campo, Município 04, 2012).

Esse depoimento indica que há um estreitamento nas relações entre famílias e escola pela necessidade socioeconômica. A escola torna-se referência para essas famílias no que diz respeito aos programas de políticas públicas, em âmbito nacional principalmente.

No Relatório de Campo do Município 4, constam informações sobre a temática das relações entre escola e famílias apontadas pela gestora escolar:

A família geralmente a gente cobra muito a participação, porque entendemos que é a base e trabalhamos muito com a família, como eu costumo dizer nas reuniões que eu não trabalho sozinha e a gente precisa muito da família. A escola recebe de vez em quando os pais, falo que venham não só nos momentos que é chamado, mas também em outras horas.

(Relatório de Campo, Município 04, 2012).

No registro do Relatório de Campo do Município 4, os pesquisadores evidenciam que a direção da escola tem

(...) uma boa interação com os pais principalmente com aqueles que ficam na escola durante o período de aula das crianças. Esses responsáveis das crianças moram em locais ribeirinhos distantes, pois alguns demoram até 2h 30min para voltarem às suas casas dependendo da maré. Por falta de transporte escolar.

(Relatório de Campo, Município 04, 2012).

Com relação à visão da família sobre o relacionamento entre escola e famílias, não constam informações no Relatório de Campo do município 04.

MUNICÍPIO 05

No Relatório de Campo do Município 05, o representante da SME apontou que um dos principais desafios a serem enfrentados por essa secretaria, no que se refere ao atendimento das crianças da Educação Infantil do campo, diz respeito às relações com as famílias das comunidades rurais, conforme expressou o representante, quando informou que *“Uns pensam que as crianças pequenas não precisam de escola, outros não se preocupam muito com os filhos, tiram as responsabilidades deles e jogam para o município e para o estado.”* (Relatório de Campo, Município 05, 2012).

Percebe-se a, partir deste relato, que esse município precisa articular uma grande mobilização para que as famílias conheçam os direitos das crianças de serem matriculadas na Educação Infantil do campo.

No Município, a representante entrevistada foi uma professora que trabalha na Educação Infantil de uma sala multisseriada do Ensino Fundamental. Ao ser indagada sobre a participação das famílias na escola, respondeu: *“As famílias para lhe dizer e ser sincera, não participam da escola. Só quando tem algum benefício para ela, quando não tem, não vem.”* (Relatório de Campo, Município 05, 2012).

E, quando questionada novamente sobre o não interesse das famílias, assim posicionou-se:

Porque eles têm a visão de que a responsabilidade só é do prefeito, do governador, do vereador, do professor e que eles não tem a responsabilidade deles. E ainda, as famílias deixam muito a desejar. Não participam. Nós convidamos, fazemos programações aos sábados para socializar os projetos desenvolvidos, mas é muito difícil.
(Relatório de Campo, Município 05, 2012).

Com relação à visão da família no que concerne ao relacionamento escola e famílias não constam informações no Relatório de Campo.

MUNICÍPIO 06

No Relatório de Campo do Município 06, o representante da SME não apresenta informações sobre a temática que é objeto de investigação. Conforme o Relatório de Campo, a gestora da escola entrevistada mencionou que as famílias não participam de forma efetiva na escola.

São vários os fatores que interferem nesse relacionamento. Muitas famílias trabalham em cidades próximas ao Município 06 e, por causa dessa situação, elas não participam do processo educativo da Educação Infantil do campo. A gestora, no momento da entrevista, ressaltou que, mesmo não havendo participação efetiva dessas famílias, ela vem tentando envolver todos os segmentos da escola como forma de estimular essas famílias a participarem do processo de gestão, mostrando, à comunidade, que a escola só passou a existir por causa do projeto deste assentamento e, por essa razão, eles precisam ter maior participação. Assim, esta gestora promove reuniões bimestrais para apresentar os projetos que são desenvolvidos na escola, como a feira cultural folclórica que acontece durante o dia, na qual são desenvolvidas várias atividades.

Com relação à visão da família sobre o relacionamento entre escola e famílias, não constam informações no Relatório de Campo.

2.3.2. Considerações sobre as Relações entre escola e família nos seis municípios pesquisados na Região Norte

Nos relatórios de campo elaborados pelos pesquisadores, estão registradas as informações levantadas junto aos representantes das SMEs, gestores escolares, professoras e as famílias usuárias e não usuárias sobre as relações entre as instituições de Educação Infantil e as famílias das crianças residentes no meio rural. Observou-se que junto às SME foram abordados aspectos gerais da política, dando ao tema em questão pouca visibilidade. Percebeu-se também que, nos relatórios de campo, as famílias não fazem referências às relações com as escolas pesquisadas.

No aspecto mais geral das entrevistas, observou-se que somente por meio de um trabalho educativo comprometido com a realidade das crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural e da efetiva compreensão de seus pais sobre a importância da participação no cotidiano escolar de seus filhos, é possível garantir melhorias na qualidade do atendimento e no comprometimento das políticas públicas por parte dos administradores públicos de modo efetivo.

Em uma visão geral, percebe-se que os entrevistados apontam as problemáticas das relações citadas no referido documento. Entretanto, o que se observou é que a Educação Infantil do Campo não vem sendo discutida e debatida com as famílias e com a sociedade na perspectiva do direito que toda criança tem, conforme as normas legais em âmbito nacional, estadual e municipal.

O destaque desta temática foi feito apenas por uma SME, que vem incentivando a participação das famílias no processo de gestão democrática em uma escola do meio rural, com o objetivo de resgatar o fato de que a existência dessa escola é o resultado da mobilização da comunidade do assentamento.

Os representantes das SMEs dos Municípios 04 e 05 sugerem que os resultados desta pesquisa possam surtir efeitos no desenvolvimento de políticas públicas de Educação Infantil do campo, considerando todas as informações contidas nos Relatórios de Pesquisa de Campo da Região Amazônica.

2.4. Proposta pedagógica (sistematizada ou não), jornada das crianças e Práticas cotidianas nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural

Neste Relatório de Campo, foram reunidas informações sobre a existência ou não de propostas pedagógicas, jornadas das crianças e práticas cotidianas nas

instituições da Educação Infantil do campo, nos seis municípios participantes da pesquisa.

Conforme o Artigo 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil orienta que os Sistemas de Ensino elaborem propostas pedagógicas, considerando que as crianças são o centro do trabalho educativo e que exige diferentes olhares dos sujeitos que com ela convive:

As propostas pedagógicas para a Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (art. 4.).
(BRASIL, 2009)

Nesse sentido, este Relatório de Campo focalizará as percepções dos representantes das SMEs, gestores escolares, famílias e as observações dos pesquisadores sobre o cotidiano das escolas pesquisadas.

Em relação ao tempo planejado para a realização da pesquisa de campo, cabe se observar que, de certa forma, este não contribuiu para que os pesquisadores pudessem efetivar as pesquisas, sem comprometer o tempo destinado às entrevistas e observações do cotidiano das crianças da Educação Infantil do campo.

2.4.1. Proposta pedagógica e Práticas cotidianas nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural na visão dos entrevistados e dos pesquisadores nos seis municípios pesquisados na Região Norte

MUNICÍPIO 01

No Relatório de Campo do Município 01, a representante da SME informa que atende crianças filhos de famílias quilombolas, pois,

(...) desenvolvem projetos interdisciplinares visando resgatar ou valorizar a sua cultura, de acordo com uma proposta curricular que é trabalhada no decorrer de todo ano letivo junto às crianças e de outros sujeitos que compõe a escola. Atualmente estamos desenvolvendo uma temática geradora sobre a “diversidade”, será trabalhado de acordo com os interesses, necessidades e realidades das crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino.

(Relatório de Campo, Município 01, 2012).

Em relação às crianças que têm necessidades educativas especiais, a representante informou que “*São tomadas providências conforme a legislação.*” (Relatório de Campo, Município 01, 2012). A representante da SME mencionou que o principal desafio “*enfrentado é o de assegurar às crianças uma proposta dentro dessa peculiaridade que é a zona rural, seguindo um currículo específico a ser cumprido.*” (Relatório de Campo, Município 01, 2012).

O Relatório de Campo informa que a frequência das crianças na escola tem alcançado resultados positivos e a representante da Coordenação de Educação Infantil do município 01 observa:

O que facilita a presença das crianças na escola deve-se a garantia de atendimento de qualidade, no qual as crianças recebem uniformes, tem merenda de boa qualidade (café e almoço), e são atendidas por profissionais devidamente capacitados. O que às vezes atrapalha é o fato de alguns pais não assumirem compromisso de levar os filhos com frequência à escola. Esse problema merece atenção, pois, a aprendizagem na infância ocorre de forma contínua e, por isso é necessário contar com o apoio dos pais, visando não comprometer o processo educativo das crianças na pré-escola.

(Relatório de Campo, Município 01, 2012).

A gestora escolar informou que o calendário da escola segue as orientações da SME, que são seguidas por todas as escolas da rede de ensino público. Em relação ao projeto político pedagógico, a gestora relata que “*(...) Existe, mas está defasado. Precisa ser trabalhado novamente.*”

Ao ser indagada sobre a utilização do PPP, a mesma não respondeu. Quanto ao agrupamento das crianças, informou que utiliza como critério a idade. Acerca das experiências das crianças, enfatizou que diariamente a

professora faz a organização de um planejamento e depois desenvolve com as crianças.

No Relatório de Campo no Município 01, as famílias entrevistadas compreendem a importância da escola na vida das crianças desta comunidade e assinalam que o acesso das crianças “(...) *desde a creche até terminarem o nível superior, faz diferença na vida dessas crianças já que seus pais não tiveram essa oportunidade.*”

A respeito das brincadeiras, as famílias reconhecem que as crianças gostam de brincar e que na comunidade elas têm espaço, assim como na escola. Uma das famílias informou que as crianças não produzem seus brinquedos, mas “(...) *Elas brincam no parquinho. A brincadeira que elas mais gostam e de jogar queimada. Na escola elas têm 15 minutos para brincar e, por vezes, elas brincam na sala, pois tem alguns brinquedos.*” (Relatório de Campo, Município 01, 2012).

As famílias avaliam que a merenda das crianças na escola é de qualidade porque:

O meu filho gosta tanto que repete sempre. Ela é feita na escola, e o meu filho gosta. A merenda normalmente é arroz com galinha, charque, carne moída. E não há aproveitamento das frutas da minha comunidade, são de outros lugares. Não tenho conhecimento sobre a existência de algum conselho, o conselho de pais e mestre fiscaliza a merenda.
(Relatório de Campo, Município 01, 2012).

Duas famílias que não possuem filhos matriculados na escola assim se expressaram, ao serem questionadas sobre as expectativas que têm com a escolaridade das crianças: :

A educação começa na família, educa como se comportar, ter boas maneiras, na escola ela pega o necessário para ter um futuro melhor, se ela quiser ser uma doutora ela sonha, então é com esse aprendizado ela vai poder ser o que sonha, vai desenvolver mais ainda a capacidade dela de aprender. Não fica esperando pela mãe O ensino é fraco o ensino eles não ensinam a nossa **descendência, a nossa raça**, mas ela pode melhorar ainda; acho importante sim, que as crianças pequenas e as bem pequeninhas frequentem a escola, porque vai desenvolver mais rápido a capacidade de aprender e se for uma escola que ensine a nossa cultura, a nossa descendência.

(Relatório de Campo, Município 01, 2012).

Porque as crianças daqui são poucas as que se identificam quilombola (meu filho maior, a professora perguntou para ele qual a sua raça, e ele disse eu não sei, ai ela perguntou qual a sua cor e ele disse eu acho que eu sou pardo, pois em casa eu falo que nós somos negro, mas na escola ele escuta só disser em pardo, ai ele não se identifica como negro, pois se estivesse em casa e na escola essa conversa, ele se identificaria como negro).

(Relatório de Campo, Município 01, 2012).

Neste registro dos pesquisadores, a evidência das informações corresponde às situações do ambiente externo e escolar. Os pesquisadores observaram que o ambiente escolar não versa sobre a cultura quilombola.

MUNICÍPIO 02

No Relatório de Campo do Município 02, a representante da SME menciona que vem realizando adequações no currículo e nas práticas pedagógicas das escolas do meio rural, na perspectiva de valorizar a cultura local, a etnia das populações, conforme o que prevê as Diretrizes Operacionais da Escola Básica do Campo e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Em seu relato, avalia que a Educação Infantil é um direito tanto da criança do meio urbano como da criança residentes em área rural e lembra que esta última é cidadã com todos os seus direitos constitucionais e que deve ser atendida conforme suas necessidades.

No relato da gestora escolar, esta informa que o calendário da escola do campo segue as mesmas orientações do calendário municipal para as escolas urbanas e que o projeto político pedagógico está em construção.

Informa, ainda, que a organização das atividades diárias com as crianças inicia-se a partir da chegada das crianças na escola, no horário das onze horas, e encerra-se as dezoito horas. Neste período, *há um trabalho direcionado e planejado com os horários adequados das atividades,*

intercalando com atividade em sala de aula, atividades fora da sala e atividades recreativas. O professor precisa dinamizar suas aulas para que as crianças não fiquem cansadas nesse período. Como não há atendimento em creche e a sala multisseriada não oferece condições para que se organize horário do sono, banho e alimentação, o trabalho resume-se na atividade da escola mesmo.

No Relatório de Campo, a pesquisadora fez o seguinte registro:

A escola não possui biblioteca e nem cantinho de leitura. As leituras de histórias são realizadas na sala de referência. A professora utiliza um único livro didático que possui pequenos recortes de histórias e mais exercícios de leitura e escrita. Todas as crianças recebem o mesmo livro distribuído pela secretaria de educação. Pela precariedade do espaço, não encontramos nenhum espelho ou qualquer outro material que expressasse o fazer na educação infantil. Os materiais de higiene não são individualizados, mas são armazenados em boas condições e em lugares estratégicos fora do alcance das crianças. Observamos que os únicos materiais de higiene que a escola possui para as crianças é o papel higiênico e o sabonete.
(Relatório de Campo, Município 02, 2012).

Ainda continuando seu registro, a pesquisadora apresenta a seguinte descrição relativa às experiências cotidianas das crianças:

As atividades organizadas nem sempre consideram o cotidiano das crianças. O brincar é sempre limitado pelas recomendações do proprietário do terreno ao lado. As atividades são sempre músicas infantis de ciranda, contação de histórias sobre animais, floresta, pais e filhos, estas ocorrem dentro da sala referência. A escrita está presente, mas o foco é na alfabetização, a rabiscação acontece para desenharem o entendimento e uma história, mas o trabalho com as sílabas estão também presentes. A experiência aproximada às artes foram as danças circulares que a professora brincou com as crianças. A professora informou que utiliza as lendas da região para desenvolver atividades, mas o currículo está centrado nas datas comemorativas para ensinar sobre a cultura brasileira. A escola não possui televisão e nem rádio ou outro instrumento advindo da tecnologia.
(Relatório de Campo, Município 02, 2012).

As duas famílias entrevistadas informaram que a rotina das crianças se resume ao brincar e ao estudar. Além disso, interagem com as outras crianças que são filhos de vizinhos:

F1: Eles ficam brincando o dia todo. Ela se prepara para ir para aula, aí chega da aula fica brincando de novo. É a rotina do

interior. É até bom quando estão juntos, porque ficam brincando e uma brincadeira tem vantagem sendo brincadeira sadia... brincando eles ficam mais a vontade.
(Relatório de Campo, Município 02, 2012).

F2: Ela brinca muito com os filhos do vizinho, com irmãozinho dela. Brincam de muitas coisas. Casinha, boneca, comidinha...
(Relatório de Campo, Município 02, 2012).

A respeito da merenda, uma das famílias tece o seguinte comentário:

Na hora da merenda as crianças vão para a outra escola e lá distribuem, banana, mamão, laranja. Eles pegam umas frutas e dá para a escolinha para ajudar na merenda das crianças. Acho que não tem conselho. Nunca ouvi falar.
(Relatório de Campo, Município 02, 2012).

A escola a qual a família refere-se é a escola pólo, que fica a aproximadamente 300 metros de distância da sala anexa onde estudam as crianças. Percebe-se que essa escola e as famílias não encontram sintonia na comunicação entre elas, uma vez que, ao se perguntar se a escola tem conselho, a respondente expressa-se “*acho que não tem conselho*”. A ausência de comunicação entre a escola e as famílias faz com que se tenha pouca participação no movimento da escola e da comunidade.

MUNICÍPIO 03

Este município atende a uma população constituída por ribeirinhos, agricultores, extrativistas e indígenas. No Relatório de Campo do Município 03, a representante da SME informou que o município desenvolve práticas pedagógicas que respeitam os traços identitários de seu povo e são repassadas em sala de aula *atividades relacionadas a cada grupo cultural, através de brincadeiras, histórias*. Informou ainda que na secretaria não há registro de crianças que têm necessidades educativas especiais.

A entrevista com o gestor escolar revelou que o calendário escolar obedece normalmente à subida e à descida das águas, por isso iniciam o período letivo em janeiro com encerramento em outubro, quando a seca se intensifica dificultando o acesso das crianças à escola. A respeito do

projeto político pedagógico, informou que ele existe, mas limitou-se a comentá-lo. Quanto à organização das experiências com as crianças, mencionou existir na escola uma prioridade nos projetos encaminhados pela SME, programas como a Matemática Viva, Viajando na leitura, Alfabetizando na Hora Certa, Agenda Ambiental e o mais recente, o Pesque. Devido à tipologia da escola, não há uma organização do sono, banho e alimentação.

Em suas anotações do Relatório de Campo, os pesquisadores assim registraram:

Nas atividades pedagógicas não reconhecem e nem valorizam a história e cultura (crença, linguagem, práticas e saberes) das crianças e da comunidade, percebe-se a imposição de conteúdos de cartilhas para educação infantil, apostilados e outros materiais, ditos educativos, mas descontextualizados. Portanto fica comprovado o que o gestor afirma sobre conhecimentos inerentes a essa etapa “não conheço total, mas conheço algumas coisas, tanto das diretrizes de educação infantil quanto das diretrizes da educação do campo. Da educação do campo também é recente, e que com o passar do tempo vamos nos apropriando.
(Relatório de Campo, Município 03, 2012).

Segundo o Relatório de Campo, “(...) *Observou-se que a interação entre as crianças ocorrem nas brincadeiras de pequenos grupos. As crianças bem tímidas ficam apenas observando e não se aventuram a participar por mais que outra criança a convide*”. O período de realização da pesquisa de campo no Município 03 não foi considerado bom pelos pesquisadores, devido às condições climáticas e terem apenas cinco dias para as viagens, entrevistas com o representante da SME, gestor, famílias usuárias e não usuárias e representante do movimento social ou sindical. Portanto, o tempo exíguo não foi favorável para os pesquisadores.

No Relatório de Campo do Município 03, encontram-se informações que dizem respeito a duas famílias entrevistadas. Ao indagar as famílias sobre a escola frequentada, estas assim expressaram-se: “(...) *Acho que o ensino é lento. A escola precisa ser reformada. A principal dificuldade é a questão da infraestrutura*.” Ou ainda, gostariam “(...) *Que tivesse um parquinho, uma área para as crianças brincarem. Que fosse ampliada. Por*

que para realizar uma festinha é muita dificuldade por falta de espaço.”
(Relatório de Campo, Município 03, 2012).

MUNICÍPIO 04

O Relatório de Campo relativo ao Município 04 traz informações da entrevista com representante da SME indicando que, na rede de ensino, durante a jornada pedagógica os professores são orientados *a adequar o currículo escolar à realidade das crianças*, pois este município atende a ribeirinhos, agricultores familiares e assentados, fazendo, assim, na prática, a contextualização acerca do lugar onde a criança reside, respeitando a sua cultura.

Quanto ao calendário escolar, o representante da SME posiciona-se da seguinte forma:

Hoje os próprios pais tentam manter as crianças na escola, durante todo o período escolar. Por exemplo, aqui nós temos uma comunidade que vive basicamente da extração da castanha. Quando está na época da colheita, os pais extrativistas tentam com afinco deixar os filhos o maior tempo possível na escola e, para facilitar isso, eles deixam os filhos com outras pessoas que não vão fazer a colheita. Então, a gente tem que seguir o calendário escolar estipulado pela sede. A gente gostaria de atender a cada situação como deve ser, mas devido ao tempo, nós não temos essa oportunidade, já que durante o período de férias, os professores também estudam, fazendo a formação continuada deles.

(Relatório de Campo, Município 04, 2012)

A representante de uma escola deste Município 04 informou que a escola ainda não tem um projeto político pedagógico que contemple a Educação Infantil do Campo e que o critério utilizado para matricular as crianças é a faixa etária. Informou ainda que a organização das atividades diárias com as crianças segue um planejamento de forma flexível e que o desenvolvimento do trabalho pedagógico é viabilizado pelos projetos didáticos, que contam com temas como família e higiene, entre outros.

Com relação ao material disponível para as crianças da Educação Infantil do Campo, o representante expõe:

A gente recebe sim, nós recebemos o material didático, mas não é suficiente para todas as crianças. As vezes temos que comprar com nosso próprio dinheiro. É nossa reclamação. Alguns pais também compram os materiais. Eu tenho essa preocupação de que temos que dar o melhor. Só porque estamos no interior não deixaremos de fazer um trabalho bom. (Relatório de Campo, Município 04, 2012).

A gestora escolar também evidenciou, em sua entrevista, que a alimentação escolar é planejada a partir de orientações da nutricionista do município, contendo produtos que vêm do campo e da agricultura familiar e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, da Secretária de Segurança Alimentar e Nutricional.

Com relação aos aspectos positivos e negativos do atendimento das crianças de Educação Infantil residentes em área rural, a gestora escolar fez a seguinte narrativa:

Eu digo que sim, [os pontos positivos] são as crianças. Vejo essas crianças daqui com muito carinho, procuro o máximo ajudar, melhorar no que eu faço para ver se eu consigo trabalhar essas habilidades e competências de cada uma delas para que elas venham conseguir se desenvolver. Porque sabemos que é complicado, pois muitas não têm esse estímulo, não possuem esse apoio em casa. E eu sempre vejo assim o ponto positivo são as crianças, o local que não é ruim de trabalhar. O problema é que tem essas dificuldades que já citamos. Que faz às vezes com que não possamos desenvolver aquilo que devia ser desenvolvido. (Relatório de Campo, Município 04, 2012).

Os negativos tem a estrutura física, que falta melhorar. No caso de se construir uma nova escola de alvenaria. A energia que nós não temos aqui. Se tivesse um gerador ou uma placa solar. Com a estrutura e os profissionais para trabalhar, eu acho que tudo ficaria melhor. Até porque construindo uma nova escola vai se abrir vagas para outras crianças e com isso poderemos atender a demanda. E acho que só tem a contribuir com a comunidade. Outro ponto negativo são as faltas dessas crianças. Infelizmente a gente fala que as autoridades não dão a devida importância para educação no campo, mas vemos também que essas famílias não tiveram uma educação onde não conheceram, nem aprenderam a forma que ensinamos as crianças. Não possuem esses valores que tentamos repassar para as crianças. Então com isso, da forma como elas foram criadas, elas também criarão os seus filhos. E elas não dão essa devida importância. (Relatório de Campo, Município 04, 2012).

As famílias entrevistadas no Município 04 sugeriram que fosse melhorado o transporte escolar, a estrutura do prédio e que houvesse material suficiente para as crianças e para as professoras. Sobre a obrigatoriedade, nenhuma das famílias apresentou um posicionamento consciente, por falta de conhecimento sobre este assunto que tem referência legal.

MUNICÍPIO 05

O Relatório de Campo do Município 05 apresenta depoimentos do representante da SME acerca de questões relacionadas ao trabalho pedagógico relacionado ao grupo cultural ao qual as crianças do meio rural pertencem. O representante da secretaria evidencia que a população infantil é constituída por filhos de assentados que não estão organizados, enquanto Movimento Social.

Com relação ao registro das entrevistas da professora de Educação Infantil do Campo, ao ser indagada sobre a existência do projeto político-pedagógico, assim ela se manifestou:

A gente segue uma grade, que é fornecida pelo município, se baseando nela a gente faz o planejamento, é por bimestre, e daí a gente faz o plano diário, porque aqui não adianta você fazer um plano fechado porque depende da realidade, depende da chuva, depende do transporte, situações que a gente tem que se adequar a elas.

(Relatório de Campo, Município 05, 2012)

Esclarece ainda que organização das atividades diárias com as crianças consiste na existência de rotinas planejadas, conforme a orientação da secretaria, ressaltando que esses planejamentos têm como base o conteúdo de cartilhas, adaptado de acordo com a idade das crianças da Educação Infantil do Campo.

Nos registros dos pesquisadores no Relatório de Campo do município 5, ressaltou-se que a condição estrutural da escola é precária, dificultando o desenvolvimento de boas práticas pedagógicas com as crianças de Educação

Infantil do meio rural. Nesse sentido, procede socializar os seguintes registros:

A escola é toda de madeira, possui três salas de aulas que são separadas PR meia parede também de madeira e o banheiro sem madeira. A escola está pintada com cal branco e aparenta ser bem recente. Não há uma identificação clara com o nome da escola. Diferente da escola sede que é de alvenaria e toda arrumada, porém muito pequena e fica bem distante, numa localidade de difícil acesso. O telhado é de brasillit e não há forro, seu piso é feito de cimento, mas não é lajotado. Não é arejada, iluminada e ventilada. No período da tarde a escola recebe o sol direto sendo necessário fechar a janela o que esquenta bastante o ambiente dificultando o desenvolvimentos das atividades. Não há arborização em seu entorno. A água é retirada de poço artesiano, sendo servida através de garrafas plásticas que são armazenadas no freezer que fica instalado na cozinha onde as crianças são servidas por um adulto quando necessitam beber água. (Relatório de Campo, Município 05, 2012).

Em nada se compara com uma escola para atender a Educação Infantil. A única janela que possui é bastante alta e não permite uma visão da área externa para as crianças. O espaço escolar por ser muito pequeno não oferece uma boa circulação para os alunos e nem aos adultos que convivem no ambiente da escola. Os espaços para diretoria, secretaria, biblioteca (se é que se pode chamar) ficam na escola sede, e, portanto, não conta com estes espaços. (Relatório de Campo, Município 05, 2012).

Quanto ao banheiro, percebemos que é mantido bem limpo, mas não adequado ao tamanho das crianças e também não há sabonete ou outro tipo de sabão/detergente de limpeza para lavar as mãos das crianças. (Relatório de Campo, Município 05, 2012).

Com relação à organização das experiências cotidianas das crianças de Educação Infantil do campo os pesquisadores deixam o seguinte registro:

Um dia é muito pouco para acompanhar o cotidiano das crianças e não foi possível perceber se as crianças cantam, dançam ou se a professora ler histórias para as crianças. As atividades focalizam mais aos aspectos cognitivos e estão desfocadas do universo infantil, da realidade onde insere-se a escola. Não há televisão, computador, DVD ou qualquer aparato tecnológico. A professora informou que os pais cobram atividades de leitura, escrita e o domínio dos numerais, dever para casa e que não gostam quando as crianças brincam na escola. (Relatório de Campo, Município 05, 2012).

No Relatório de Campo do município, constam os registros das

entrevistas realizadas com as duas famílias usuárias com filhos matriculados na Educação Infantil do Campo no Município 05, que relatam o dia a dia da criança no meio rural, indicando também o cotidiano da escola:

Eles acordam bem cedo. Ela vai para a escola e o pequeno fica aqui comigo. Passam o dia brincando da hora que levantam até a hora de ir dormir. Como trabalho, acordo cedo e ela vai para a escola o pequeno fica minha mãe, depois é só brincadeira, porque não faz nada.

(Relatório de Campo, Município 05, 2012).

Se tivesse creche eu deixava meu filho menor, mas como não tem fica com minha mãe e os irmãos maiores até eu chegar do trabalho.

(Relatório de Campo, Município 05, 2012).

Aqui todas as crianças se conhecem e brincam o dia todo. Vão para debaixo da mangueira. Brincam de roda, de casinha... tudo é bem perto, não precisa se preocupar.

(Relatório de Campo, Município 05, 2012).

Meus filhos têm os primos. Eles brincam, brigam e depois já estão juntos de novo e eu não ligo para essas briguinhas. Todos se conhecem, não precisa ficar vigiando.

(Relatório de Campo, Município 05, 2012).

Os relatos acima demonstram como no meio rural as crianças brincam entre si e como as relações vão sendo tecidas. A preocupação da mãe é sempre a de procurar que seus filhos aprendam, mesmo que para isso exija certo sacrifício, ter de “*acordar mais cedo*”. Outro detalhe importante desses relatos é o lugar do brincar na vida destas crianças. O encontro embaixo da mangueira, as brincadeiras de roda e até mesmo as *briguinhas* que surgem vão sendo resolvidas por eles mesmos. O relato sobre o brincar nos apresenta o brincar com expressão da vida e no meio rural não é diferente: surge como uma atividade espontânea e muito prazerosa, levando-nos a refletir com Huizinga (1980), quando diz: “as crianças e os animais brincam porque gostam de brincar, e é precisamente em tal fato que reside a sua liberdade.”

Outro aspecto a ser refletido é o que diz respeito à ausência do atendimento às creches no meio rural. Sem ter essa opção, a mãe se vê obrigada a não ter que trabalhar, ou se decidir trabalhar fora, a criança fica aos cuidados de outras crianças ou ainda, vai para a casa da avó. Garantir esse direito é uma exigência urgente aos povos do campo. A existência da creche no meio rural está

para além de ser um lugar de guarda da criança, mas deve ser um lugar onde a criança possa crescer e desenvolver-se plenamente.

MUNICÍPIO 06

O Relatório de Campo do Município 05 apresenta depoimentos do representante da SME, sobre o atendimento das crianças residentes na área de assentamento e sua relação com a prática pedagógica da Educação Infantil do campo: “(...) *Confesso que não temos tido essa preocupação em discutir essa temática. Aqui a discussão da educação do campo não é bem conhecida, não dominamos as discussões.*” Em relação aos desafios ressalta dificuldades com a “(...) *infraestrutura da escola, transporte escolar e recursos pedagógicos*”. Finaliza sua fala desejando, “(...) *poder qualificar a metodologia e programas de estudos rurais.*”

Constam, nos registros do Relatório de Campo do Município 05, que as especificidades do calendário da escola e o projeto político pedagógico, conforme informação da gestora escolar, seguem as mesmas orientações da Secretaria Estadual de Educação, considerando que o município está vinculado ao Sistema de Ensino Estadual. A gestora informa também sobre a participação dos professores no Programa de Formação para Educadores – PROFE, que objetiva qualificar os docentes com a formação superior.

Três famílias foram entrevistadas nesta pesquisa e uma delas, ao comentar sobre cuidado de crianças pequenas no campo, assim se manifestou:

Quando a criança nasce já vou colocando do meu jeito. Dou de mamar, dou banho e faço o acompanhamento no posto de saúde lá no centro do município, porque aqui não tem posto de saúde, aí precisa de vacinação é só no posto e o mais próximo fica no centro. Depois vai crescendo e aprendendo com as outras crianças. Brincar eles brincam bastante, não tem preocupação... A comida é a mesma de todos nós. Quando começa a nascer os dentinhos já vou dando alimento para mastigar. Tudo que acontece na comunidade eles também participam. Você disse de estudar desde pequenino? Ah! Não deixo não! Fico com pena de deixar meu filho num lugar longe de casa. O pai diz que deixava, mas eu não.

(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

Quando as famílias foram questionadas acerca das expectativas que têm sobre a escolaridade das crianças, elas posicionaram-se:

A escola é importante, porque imagina filho sem estudo? Vai fazer o quê? Agora colocar os pequeninos, me dói deixar eles na escola. São tolinhos precisa ficar mais com a mãe. Já os maiores, não. Eles têm que vim aprender. Ter um estudo melhor.
(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

A escola é importante. Imagina se eu tivesse oportunidade de estudar? Acho que tinha que ter escola desde os menores. Criança precisa aprender, não pode ficar aí zanzando sem fazer nada. Eu quero que eles aprendam.
(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

Para ser alguém no futuro. A escola ensina muito, criança que fica na rua mexe com as coisas do outro, mexe com drogas, e a escola não, a professora ensina menino não mexer com nada do outro só o que é seu.
(Relatório de Campo, Município 06, 2012).

Com relação ao convívio entre as crianças pequenas no que se refere às brincadeiras, as famílias entrevistadas assim se manifestaram:

Só brincam com as crianças da redondeza e com eles mesmos. Você está vendo somos uma família aqui, mas tem vizinho que não gosta de se ajuntar. Eles brincam de tudo. Correm, brinca de manja, brinca de pular a cordinha, bandeirinha, corre um atrás do outro. Brinquedo nem sempre, mas eles inventam. Nos finais de semana nós vamos ao culto aqui na comunidade e demais... eles ajudam aqui, ali. Dão comida para os animais, mas nada forçado, às vezes até atrapalha. Quanto à televisão, eles assistem os desenhos, pelo menos não dão trabalho.
(Relatório de Campo, Município 06, 2012)

Sim, sim. Eles convivem com outras crianças. Na escola, nos cultos dominicais. Quando a gente se reúne em casa. Brincar é o que eles sabem bem fazer. As vezes dá briga e aí tenho que me meter para não deixar maltratar os menores. Todo o dia de tardezinha eles ficam brincando aqui com os filhos dos vizinhos. Televisão eles gostam de assistir os desenhos, o pica pau..., mas de violência não deixo. Sempre que tem culto na comunidade que vem outras pessoas, eles vão conosco, tem de aprender sobre Deus.
(Relatório de Campo, Município 06, 2012)

Aqui fica um pouco distante e não dá para sair, aí eles brincam sozinhos. Vejo que eles imitam alguns desenhos que passam na

televisão. Eu deixo assistirem só o Cris. Quando vejo um desenho de violência troco de canal. A escola não fica tão perto tem que ir andando, não tem ônibus. Em termos do brincar, os brinquedos são pouco, mas eles inventam.

(Relatório de Campo, Município 06, 2012)

No que diz respeito ao conhecimento da Proposta Pedagógica da escola, as famílias relatam:

Não conheço, eles falam do trabalho. Aqui o calendário não tem diferença é o mesmo da cidade. Não discordo do trabalho deles, mas prefiro que meu filho tenha só um horário de aula, que no outro fique em casa comigo, já pensou passar o dia inteiro na escola?

(Relatório de Campo, Município 06, 2012)

A diretora disse que tem um documento onde eles ensinam as crianças, será que é isso? Da forma como está organizada a escola, não tenho o que reclamar. Como fico em casa acho bom o horário. Se for pra ensinar melhor concordo que as crianças fiquem o dia todo, porque em casa nem sempre tem comida suficiente, assim, eles já almoçam por lá e vem pra casa para tomar banho, brincar e dormi.

(Relatório de Campo, Município 06, 2012)

Não conheço o documento. Aqui quem está na roça é o pai, então acho que do jeito que está é bom para as crianças e para mim. Quero que meus filhos estudem só um horário, para quê forçar tanto a cabeça dele? Eu quero que ele estude e aprenda, mas não forçando o dia inteiro. Não tenho reclamação não.

(Relatório de Campo, Município 06, 2012)

A relação entre mãe e filhos, no meio rural, ocorre por meio de processos bem naturais e desenvolvimento das crianças bem pequenas é acompanhados junto ao posto de saúde mais próximo e mais especificamente no que diz respeito à vacinação. À medida que vão crescendo, a interação social favorece o processo de mediação entre as crianças e entre os adultos também. Por não ter uma compreensão do trabalho que é desenvolvido na creche, essas mães tendem a não deixar que seus filhos pequeninos também vivenciem a experiência educativa da creche. A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano e isso exige cuidar valorizando e ajudando o outro a desenvolver suas capacidades. Talvez por desconhecer esse princípio muitas mães do meio rural apresentem certa resistência em colocar seu filho na creche.

Em relação à expectativa acerca da escola, as mães entrevistadas acreditam que indo à escola seus filhos terão outro caminho a seguir. A instituição escola para essas famílias do meio rural tem um significado muito importante. Em certas situações, elas geram expectativas acerca do filho e a escola passa a ser a referência daquela comunidade. Estas famílias acreditam na potencialidade da escola de fazer a diferença na vida de uma pessoa, por isso querem que seus filhos, desde bem pequenos, participem do convívio escolar. Estando as crianças na escola, para elas, ficam livres das drogas, da violência e estão aprendendo alguma coisa.

Outros aspectos destacado pelas famílias dizem respeito ao fazer cotidiano das crianças. Estas participam de todas as manifestações que ocorrem na comunidade, indo aos cultos, às festividades religiosas e até às festas que acontecem em sua comunidade. Fica explícito que o cuidar e o educar significam compreender que o espaço e o tempo em que as crianças vivem exigem esforços de mães, pais e de todo o parentesco da família que circula em seu entorno, pois a mediação dos adultos deve proporcionar e estimular a curiosidade das crianças em seus ambientes comunitários e familiares, com responsabilidades.

No que diz respeito ao brincar, percebe-se que, diferente da cidade, onde as crianças vêm perdendo espaços para a brincadeira, no meio rural as crianças têm espaços suficientes para desenvolver as mais divertidas brincadeiras. Ao brincar, a criança está se apropriando dos elementos da cultura, tendo a oportunidade de reelaborá-los, uma vez que a socialização é uma apropriação da cultura partilhada pela sociedade. Nesse processo, as crianças também vão reinventando seus modos de brincar, mesmo que não tenham brinquedos industrializados, elas criam seus próprios brinquedos e certamente é muito mais divertido. No entanto, não só brincar marca o cotidiano da criança do meio rural. A televisão surge e passa a ter influência na vida das crianças que, em certos momentos, deixam a brincadeira para assistir programas voltados ao público infantil e com o consentimento de seus pais, apesar destes afirmarem que só autorizam seus filhos a assistirem a alguns problemas.

Em relação à proposta pedagógica, como nos demais municípios pesquisados, observou-se que não há uma proposta pedagógica formalizada pela instituição. AS orientação que seguem sempre são advindas das Secretarias

Estaduais de Educação de seus estados e, por isso, não há conhecimento por parte das famílias acerca de tais documentos.

Em verdade, na gestão democrática tão apregoada nos últimos anos e vivenciada por muitas escolas deste país, na escola do meio rural, ainda perdura a política da indicação de cargos, o que enfraquece as relações na escola e logo atinge a comunidade escolar e de seu entorno. Sabe-se que as famílias e as equipes gestoras das escolas de Educação Infantil precisam conviver muito próximas e construtivamente, a fim de proporcionar uma progressiva e prazerosa articulação das atividades de comunicação e ludicidade com o ambiente escolarizado das crianças. O desconhecimento de uma proposta pedagógica por parte das famílias entrevistadas é um indicativo da falta de diálogo e construções coletivas que não devem ocorrer nesses espaços educativos, ficando a família conformada com as poucas informações oferecidas pelas escolas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil orientam que a elaboração de propostas pedagógicas devem definir as metas que cada instituição de Educação Infantil pretende atingir no que diz respeito a: “aprendizagens e o desenvolvimentos das crianças, e que esta deve ser elaborada num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar”. As vozes ouvidas não ressoam nesta direção. Falta uma ação mais efetiva das coordenações de Educação Infantil das Secretarias de Educação de cada município, para que façam valer o eixo orientador da DCNEI no que diz respeito à proposta pedagógica.

2.4.2 Considerações sobre a Proposta Pedagógica e Práticas cotidianas nas Instituições de Educação Infantil que atendem a crianças residentes em área rural nos municípios pesquisados na Região Norte

Os Relatórios da Pesquisa de Campo possibilitaram fazer uma análise da Educação Infantil em áreas rurais, percebendo-se a diversidade Amazônica neste contexto da Região Norte. A pesquisa evidenciou que a educação na Amazônia é um dos grandes desafios da política pública da Educação Infantil do Campo, pois a complexidade ambiental, sociocultural e econômica desta região desafia-nos a compreender os diferentes territórios educacionais que se estendem por toda a

Amazônia. O povo amazônida tem um jeito peculiar de ser, construído nas redes de relações sociais de tantos outros povos que passaram por aqui e que deixaram suas marcas, seus costumes, seus saberes e suas experiências. Reconhece-se que esse contexto educacional infantil que se apresenta nos seis municípios participantes da pesquisa não são realidade apenas dos mesmos, mas estende-se por todos os demais municípios da Região Norte.

Neste contexto, verifica-se que a Educação Infantil do campo está longe de vivenciar práticas pedagógicas normatizadas pelas DCNEI e DOEPEC, onde apontam para a necessidade de *valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural*.

Faz-se necessário um amplo debate junto as Secretarias Municipais de Educação acerca da concepção de criança como sujeito histórico e de direitos, em conformidade com o que prescreve as DCNEI; e ainda intensificar o protagonismo dos movimentos sociais frente aos desafios da Educação Infantil do Campo nos municípios, na assertiva de garantir efetivamente creches e pré-escolas em áreas rurais, atendendo aos anseios das famílias da região. Assim, poderão dizer a sua palavra e ser respeitados, conforme a Constituição Federal de 1988 e reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que a criança é *sujeito de direitos, produtor de cultura, cidadão*.

Os relatos descritos nos Relatórios de Campo dos seis municípios participantes desta pesquisa dão ênfase à precariedade do espaço físico das escolas e ao não atendimento da Educação Infantil do Campo em áreas rurais. Tais informações remetem às reflexões tecidas por Coelho (2012, p.32), quando esta enfatiza que o não oferecimento da Educação Infantil em creches e pré-escolas implica a responsabilidade da autoridade pública competente, conforme determina a Constituição Federal e foi ratificado pelo Supremo Tribunal Federal em decisão do ministro Celso de Melo, publicada no Diário da Justiça de 17/11/2005:

[...] a ineficiência administrativa, o descaso governamental com direitos básicos do cidadão, a incapacidade de gerir os recursos

públicos, a incompetência na adequada implementação da programação orçamentária em tema de educação pública, a falta de visão política na justapercepção, pelo administrador, do enorme significado social de que se reveste a educação infantil, a inoperância funcional dos gestores públicos na concretização das imposições constitucionais estabelecidas em favor das pessoas carentes **não podem nem devem representar obstáculos à execução, pelo poder público, notadamente pelo Município** (CF, art. 211, § 2.º), da norma inscrita no art. 208, inciso IV, da Constituição da República, que traduz e impõe, ao Estado, um dever inafastável, sob pena de a ilegitimidade dessa inaceitável omissão governamental importar em grave vulneração a um direito fundamental da cidadania e que é, no contexto que ora se examina, o direito à educação, cuja amplitude conceitual abrange, na globalidade de seu alcance, **o fornecimento de creches públicas e de ensino pré-primário “às crianças de 0 a 6 anos de idade”**.
(grifos nossos)

Nessa direção, observou-se que os sujeitos entrevistados nos seis municípios pesquisados expressam concepções de criança e de Educação Infantil dissociadas do que está prescrito na legislação do nosso país. Essa ausência de conhecimentos repercute nas políticas públicas dos municípios da região Norte e, conseqüentemente, nas práticas pedagógicas com as crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em áreas rurais.

Nos Relatórios de Campo, duas questões referentes a creches e pré-escolas são apontadas como cruciais: infraestrutura e financiamento, que não respondem ao que prescrevem os documentos oficiais, como Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil e Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação.

Outro elemento presente na análise dos Relatórios de Campo de cinco municípios pesquisados da Região Norte foi a oferta da Educação Infantil nas salas multisseriadas do Ensino Fundamental, símbolo da materialidade, do sentido e do significado que a Educação Rural marcou na história da educação brasileira.

A utilização do caderno pelas crianças de Educação Infantil para o exercício da escrita de textos retirados da lousa é uma constante informação

nos relatórios. Percebe-se, claramente a concepção de Educação Infantil e de criança em que as professoras e a própria Secretaria Municipal de Educação acreditam. Ao focar a prática pedagógica no ensino da leitura e escrita, estão afirmando uma concepção preparatória para a entrada da criança no Ensino Fundamental. Como lembra Campos (2009, p. 14),

(...) a mudança legal deveria ser considerada, do ponto de vista de uma política educacional democratizadora, apenas como um primeiro e talvez o mais fácil dos passos. Para ser uma medida responsável, ela deveria ser acompanhada de mudanças concretas e urgentes na organização e na gestão das redes educacionais em todo o País.

A Educação Infantil do Campo que vem sendo ofertada às crianças de 0 a 6 anos não respeita a temporalidade das crianças. É uma educação descarnada da vida das crianças e de suas histórias porque não ajuda a constituírem-se como seres humanos, para que tenham consciência, libertem-se e se emancipem, para que apreendam toda a herança cultural, política e libertadora. É essa educação que interessa aos povos do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - REFERÊNCIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

Na atualidade, as populações do campo, através de movimentos e organizações sociais, têm pautado, junto ao poder público e à sociedade em geral, a necessidade e a urgência de que seja assegurado o direito à educação pública e de qualidade, conforme estabelecem o conjunto de legislações educacionais vigente em nosso país.

Entretanto, é preciso considerar a negação do direito à educação aos segmentos populares e empobrecidos desse país, o que resulta no déficit de atendimento em quase todos os níveis e modalidades de ensino e o pouco aproveitamento nos estudos resultantes das condições adversas em que o ensino tem sido ofertado às populações do campo, ao longo da história de nosso país.

Em se tratando da Educação Infantil, ainda que a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) tenham reconhecido essa etapa da educação básica como um direito fundamental de todas as crianças de 0 a 6 anos de idade, a realidade demonstra que o acesso dos sujeitos do campo, das águas e da floresta à creche é irrisório, à medida que atende somente a 6,8% dos sujeitos na faixa de zero a três anos; e na pré-escola é muito pouco expressivo, já que atende somente a 66,80% do contingente de sujeitos do campo que possuem quatro e cinco anos de idade.

A solução para essa problemática é muito complexa, pois envolve o aumento substancial do financiamento à educação pública, a fim de que sejam implementadas políticas educacionais de caráter permanente (de Estado), que sejam capazes de superar as precárias condições de existência que envolvem as escolas do campo em nosso país.

Constatou-se, ainda, junto aos seis estudos realizados nesta Região, que a educação para criança pequena não pode ser pensada de forma fragmentada, como a que encontramos, pois a educação das crianças pequenas, como apontam os estudos da área de Educação Infantil, enfatiza a possibilidade da ampliação de suas experiências, de seus saberes, para, assim, contribuir para a construção de suas habilidades, sua identidade, bem como seu envolvimento em atividades

significativas de seu cotidiano em relação ao seu contexto histórico-cultural, contemplando as formas mais elaboradas da cultura na Amazônia.

A seguir, apresentam-se os aspectos mais significativos que envolvem a realidade da Educação Infantil do Campo identificados durante a pesquisa realizada e que devem ser considerados como referências no processo de elaboração de políticas educacionais para essa etapa da educação básica:

- a precariedade de infraestrutura, uma vez que as poucas escolas existentes no campo funcionam em prédios muito pequenos, construídos de forma inadequada quanto à ventilação, iluminação, cobertura, piso e que encontram-se em péssimo estado de conservação, com goteiras, remendos e improvisações de toda ordem, causando risco aos seus estudantes e professores;
- necessidade de maior articulação dos diversos setores e o firmamento da colaboração entre os entes federados no que diz respeito ao transporte escolar das crianças de Educação Infantil do Campo. Nos seis estudos, o transporte é apontado, seja pela sua existência, ou não, as condições dos veículos e barcos, a trafegabilidade nas estradas/vicinas, rios e mares, a segurança quanto aos coletes salva vidas na quantidade suficiente para casos de urgência, assim, como a existência de monitor junto às crianças. Na Região Norte, o transporte é de extrema relevância para a garantia do atendimento da Educação Infantil do Campo, uma vez que a oferta e a demanda são garantidas quando há a existência do transporte;
- o financiamento é outro destaque apontado pelos seis municípios do estudo, pois este viabiliza ou não as ações de ampliação de matrícula e o atendimento às crianças da Educação Infantil do campo. Alegam que o valor repassado pelo FUNDEB é irrisório frente às dificuldades e longas distâncias enfrentadas pelos municípios, sem contar com as demandas existentes na própria sede do referido município. Todos os gestores mostraram-se preocupados com o cumprimento da Emenda Constitucional Nº 59/2009, que trata da obrigatoriedade de matrícula em instituições de Educação Infantil de todas as crianças de 4 e 5 anos de idade até 2016;

- falta de esclarecimentos junto às famílias no que diz respeito à demanda de crianças de 0 a 3 anos por creche, à qualidade do trabalho oferecido aos bebês e à própria cultura da região, o que tem despertado o interesse destas famílias pelo atendimento às creches. Muitas preferem ficar com seus filhos por acharem que são muito pequenos para estarem na creche. Elas não compreendem ou desconhecem que a entrada da criança na creche lhe possibilitará ampliar e enriquecer suas experiências, assim como complementar a ação familiar de educar e cuidar;
- condições de ensino e aprendizagem favorecedoras do fracasso escolar, pois os estudantes e professores enfrentam muitas situações adversas, envolvendo longas distâncias percorridas para chegar à escola e a oferta irregular da merenda, que, quando não está disponível, desestimula bastante os estudantes a permanecer na escola;
- falta de acompanhamento pedagógico das Secretarias de Educação, uma vez que as escolas localizadas nas pequenas comunidades rurais encontram-se muito afastadas das sedes dos municípios e os gestores afirmam possuir equipes muito reduzidas e poucos recursos que os permitam deslocar-se até às escolas para realizar o acompanhamento;
- implementação da nucleação vinculada ao transporte escolar, justificada pelos gestores públicos em face da existência do número reduzido de crianças nas pequenas comunidades rurais e do fato de que são muitas comunidades a serem atendidas. Essa situação tem levado ao aumento da utilização do transporte escolar, na tentativa de reunir as crianças em escolas núcleos, também chamadas de escolas reunidas, localizadas nas comunidades rurais mais populosas ou nas sedes dos municípios. No primeiro caso, quando o transporte dos estudantes se dá de uma pequena comunidade rural para outra comunidade rural com maior densidade populacional, denominamos o deslocamento no *sentido campo-campo* e, quando o transporte dos estudantes se dá de uma comunidade rural para a sede do município, denominamos o deslocamento no *sentido campo-cidade*. Outra estratégia, menos frequente e pouco apoiada pelos órgãos de gestão e financiamento educacional é o *sistema de polarização das escolas*,

materializado pela vinculação de um pequeno grupo de unidades educacionais, denominadas de *escolas anexas*, a uma escola ou unidade educacional de maior porte e melhor estruturada física e pedagogicamente, denominada *escola pólo*. Essa vinculação se efetiva para que as unidades educacionais localizadas nas pequenas comunidades rurais sejam assistidas pela escola pólo, que passa a responsabilizar-se pelo acompanhamento pedagógico aos educadores e estudantes e pelo suporte técnico e administrativo, em que se incluem todos os expedientes de secretaria e de gestão educacional das escolas anexas;

- propostas pedagógicas e curriculares que não focam a realidade local, de seus municípios, e mesmo a realidade regional, da Amazônia, por apresentarem-se deslocadas das necessidades, dos interesses e das peculiaridades das populações do campo. Como implicações, as situações pedagógicas oferecidas às crianças do campo deixam de reconhecer a diversidade das infâncias existentes em nosso país e na Amazônia; não valorizam os saberes que as populações produzem com o seu trabalho, em suas experiências de vida e de organização; e não afirmam as identidades culturais próprias das populações do campo da Amazônia;
- no tocante às situações que envolvem a dinâmica organizacional cotidiana da escola, a pesquisa revelou que os professores realizam seu trabalho sobre grande pressão, gestando o trabalho pedagógico com muitas angústias e desafios, sobrecarga de atividades e, muitas vezes, enfrentando a instabilidade e rotatividade no emprego. Num contexto em que políticas e propostas de formação continuada aos docentes é inexistente, a sobrecarga de trabalho, o isolamento e a sensação de impotência diante das mazelas e dificuldades a serem superadas são marcas que configuram as condições do trabalho docente e incidem sobre a construção da identidade dos educadores do campo, impondo muitas restrições aos professores, principalmente quando estes não são efetivos das redes de ensino;
- intensificar o protagonismo dos movimentos sociais frente aos desafios da Educação Infantil do campo no município para garantir creches e pré-

escolas em áreas rurais atendendo aos anseios destas famílias e, assim, dizer a sua palavra e ser respeitada;

- no quesito legislação, informar o que prescreve o ordenamento legal brasileiro às famílias, aos gestores e a sociedade em geral, acerca desses direitos que estão garantidos traz a tona o protagonismo de todos os atores no que diz respeito ao controle social tão necessário na garantia de direitos tão fundamentais quanto este da Educação Infantil do campo;
- a formação dos professores é outra peça chave do processo na produção de boas práticas educativas que valorizem os traços identitários do povo do campo; e
- por fim, com a realização da pesquisa, identificamos de forma recorrente a situação em que as crianças pequenas, em idade de acessar à Educação Infantil, são atendidas em grande medida pelo poder público nas escolas multisseriadas, juntamente com os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, quando elas deveriam estar estudando em creches e pré-escolas, o que evidencia o descumprimento da legislação vigente, no que concerne às referências e parâmetros de qualidade que deveriam ser alcançados na educação básica nas escolas do campo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. As especificidades da ação pedagógica com os bebês. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte. *I Seminário Nacional Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais*, 2010.

ARROYO, Miguel. Gonzáles. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. IN: ARROYO. M. G. & FERNANDES, B. M. *A Educação Básica e o Movimento Social do Campo*. Coleção Por uma educação do campo, n 2, Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

ARROYO, Miguel G. As séries não estão centradas nem nos sujeitos educandos, nem em seu desenvolvimento. In: *Solução para as não-aprendizagens: séries ou ciclos?* Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2001.

ARROYO, Miguel Gonzáles; Caldart, Roseli Salette; Molina, Mônica Castagna. *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARROYO. Miguel Gonzáles. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA. Mônica Castagna. *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2006.

BARBOSA, M. C. S. As especificidades da ação pedagógica com os bebês. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte. *I Seminário Nacional Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais*, 2010.

BARROS, Oscar Ferreira. *Educação e Trabalho Ribeirinho: um estudo da relação entre os saberes das práticas produtivas e a escola do campo*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB. 2007.

BARROS, Oscar F., HAGE, Salomão M. MORAES, Edel. CORREA, Sérgio R.M. Retratos de realidade das escolas do campo: multissérie, precarização, diversidade e perspectivas. IN. HAGE, Salomão. ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (Org's). *Escola de Direito: reinventando a Escola Multisseriada*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sônia. *Infância, educação e direito humanos*. 3 ed., São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 1990.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo*. Resolução Complementar CNE/CEB Nº 2, de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 abr. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil. Brasília : MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/CP. Resolução n. 1 de 15 de maio de 2006. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia*. Brasília, 2006.

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. IN: CALDAT. R. S. & BENJAMIM. César. *Projeto Popular e Escolas do Campo*. Coleção Por uma educação do campo, n 3, Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

CALDART, Roseli Salete Orgs. *A Educação do Campo Identidade e Políticas Públicas*. Brasília: Movimento Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

CAMPOS, M. M.. Educação Infantil: reescrevendo a educação. São Paulo, 27 jun. 2006. Disponível em: <http://www.reescrevendoaesducacao.com.br/2006/pages.php?recid-35>

CASTRO, Maria da Conceição Araújo, *Gestão de Projetos Sociais e de Preservação Ambiental na Amazônia*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC de São Paulo, 2002.

CRAIDY, Carmem Maria. A política de Educação Infantil no contexto da política da infância no Brasil. Em: BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI,1994, p.18-21.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Infantil como direito. Em: BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil*. Volume II. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI,1998. p.9-15.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. IN: KOLLING, E. J. et. Al. (Orgs.). *Educação do Campo: Identidades e Políticas Públicas*. Coleção Por uma educação do campo, n 4, Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

FLORES, Maria Marta. *Escolas Rurais Nucleadas*. Texto apresentado na 25ª Reunião anual da ANPED – GT 03: Movimento Sociais e Educação, Caxambu-MG, 2002

FREITAS. Maria Natalina Mendes. *O Ensino de Ciências em escolas multisseriadas na Amazônia ribeirinha: um estudo de caso no Estado do Pará*. Dissertação de Mestrado de fendida no Programa de Educação em ciências e Matemática do NPADC/ UFPA. 2005.

GARCIA, Regina Leite; LEITE Filho, Aristeo (Orgs.). *Em defesa da educação infantil*, Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GEPERUAZ. *Relatório conclusivo da pesquisa “Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/ Região Amazônica”*, apresentado ao CNPq. Belém – PA. 2004.

_____. *Relatório conclusivo da pesquisa “Currículo e Inovação: transgredindo o paradigma multisseriado nas escolas do campo na Amazônia”*, apresentado ao CNPq. Belém – PA. 2007.

_____. *Relatório conclusivo da pesquisa “Políticas de Nucleação e Transporte Escolar: construindo indicadores de qualidade da educação básica nas escolas do campo da Amazônia”*, apresentado ao CNPq. Belém-PA. 2010.

GEPERUAZ. *Dados referentes à realidade das escolas multisseriadas no Estado do Pará*. Disponível: <http://www.ufpa.br/ce/geperuaz/>. (capturado em 23 de setembro de 2004).

_____. *Classes Multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará/ Região Amazônia*. Relatório Técnico de Pesquisa apresentado ao CNPq. (anos: 2002, 2003 e 2004).

GRANEMANN, Sérgio R. et al. *Metodologia para Roteirização do Transporte Escolar Rural*. In. MOLINA, Mônica. III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. Caderno de Resumos. Brasília: UNB, 2010.

HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). *Educação do Campo na Amazônia: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará*. 1ª Ed. Belém 2005.

HAGE, Salomão & ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (Org's). *Escola de Direito: reinventando a Escola Multisseriada*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

HAGE, Salomão M. Currículo e Política Cultural: movimentos de construção da hegemonia de um projeto de sociedade. IN: ARAUJO, Ronaldo M. de L. (Org.). *Pesquisa em Educação no Pará*. Belém: EDUFPA.2003.

_____. *Diálogos Curriculares: Refletindo sobre a educação, currículo e formação de professores na Amazônia*. Texto apresentado no evento “Diálogos Curriculares” organizado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Currículo – NEPEC, do Mestrado em Educação do Centro de Educação da UFPA. 2004. (digitado)

_____. Por uma Educação do Campo na Amazônia: currículo e diversidade cultural em debate. IN: CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida (ORG.). *A Educação, o Currículo e a Formação dos Professores*. Belém, EDUFPA, 2006.

_____. Movimentos sociais do campo e a afirmação do direito à educação: pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na Amazônia paraense. In. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – REBEP*. INEP. Brasília. 2007.

INEP/ MEC/. *Sinopse Estatística da Educação Básica: Censo Escolar 2006, 2007, 2008, 2009*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/ MEC. Brasília.

INEP, *Sinopse Estatística da Educação Básica: censo escolar 2002*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/ MEC. Brasília, 2002.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Básica: censo escolar 2003*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/ MEC. Brasília, 2003.

INEP. *Sinopses Estatísticas: Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PNERA*. 2005.

INSUMOS PARA O DEBATE 2. *Emenda Constitucional nº 59/2009 e a educação infantil: impactos e perspectivas*. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2010.

II CNEC. *Por uma Política Pública de Educação do Campo*. Texto Base – da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo. Luziânia – GO. 2004.

LUZ, I. R. Educação Infantil: direito reconhecido ou esquecido? *Linhas Críticas*, v.12, p.41-58, 2006.

KOLLING, Edgar Jorge; et al (Orgs.). *Por Uma Educação Básica no Campo*. n 1 Coleção Por uma educação do campo, n 4, Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

KUHLMANN Jr, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 4 ed., Porto Alegre: Mediação, 1998.

OLIVEIRA, R. P. O direito à educação na constituição federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de justiça. *Revista Brasileira de Educação*, nº 11, Mai/Jun/Jul/Ago, p. 61-74, 1999.

OLIVEIRA, Ana Maria Vergne de Moraes. A Nucleação de Escolas do Campo como estratégias de melhoria de ensino: esboços de compreensão. In. MOLINA, et al. *III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. I Encontro Internacional de Pesquisa em Educação do Campo*. Brasília: UNB, 2010.

PEREIRA, Ana Claudia da Silva. *Condições de funcionamento de escolas do campo: em busca de indicadores de custo-aluno-qualidade*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPA. 2008.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. *Currículo e seus significados para os sujeitos de uma escola ribeirinha, multisseriada no município de Cametá – Pará*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPA. 2009.

POST, J.; HOHMANN, M. *Educação de bebês em infantários: cuidados e primeiras aprendizagens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

ROCHA, E. N., GONÇALVES, J. W. S., SANTOS, T. M.D. (orgs.). *Educação Infantil do campo: semeando direitos, colhendo cidadania*. Brasília, DF: CONTAG, 2011.

SILVA, A. P. S.; PASUCH, J. Orientações Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do Campo. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte. *I Seminário Nacional Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais*, 2010.

SILVA, A. P. S.; PASUCH, J.; SILVA, J. B. *Educação Infantil do campo*. São Paulo: Cortez, 2012.

UFPA. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município 1 da Região Norte**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Bragança: junho, 2012. Não publicado.

UFPA. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município 2 da Região Norte**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Bragança: junho, 2012. Não publicado.

UFPA. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município 3 da Região Norte**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Bragança: junho, 2012. Não publicado.

UFPA. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município 4 da Região Norte**. Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Bragança: junho, 2012. Não publicado.

UFPA. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município 5 da Região Norte.** Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Bragança: junho, 2012. Não publicado.

UFPA. **Relatório Pesquisa de Campo realizada no município 6 da Região Norte.** Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural”. Bragança: junho, 2012. Não publicado.

APÊNDICES

APÊNDICE I: MANUAL DE ORIENTAÇÕES DA PESQUISA QUALITATIVA

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PESQUISA NACIONAL: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS
COM CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE RESIDENTES EM ÁREA RURAL**

MANUAL DE ORIENTAÇÕES DA PESQUISA QUALITATIVA

Brasília, 03 de maio de 2012.

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste Manual é orientar as atividades de campo da **Pesquisa Nacional: Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural**. O objetivo da pesquisa é coletar informações e opiniões sobre a EI no Campo e seu contexto, com o objetivo de conhecer a sua situação no Brasil e propor sugestões para formulação de uma política nacional de EI no Campo, melhorar o que está sendo feito e qualificar as escolas e profissionais que atuam na educação de crianças de 0 a 6 anos que vivem no campo ou meio rural.

A pesquisa foi constituída a partir de um projeto de cooperação técnica estabelecido entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e conta com a participação de pesquisadores e assistentes de pesquisa das seguintes universidades: UNEMAT-Sinop, UFMG, UFPA – Bragança, UFCG, UFPR, UFSC, UNIJUÍ, UERJ, UFF, UFG, UFES, UFBA, UFC, UFRN, UFS, UFAL, UFPE, UFPI, UFMA, UNB, UFMS-Corumbá, UFMT, UFPel. A pesquisa também estabelece interlocução com movimentos sociais e sindicais do campo e da Educação Infantil.

Sua realização decorreu de solicitação ao Ministério da Educação, de pesquisadores, gestores municipais, professores e membros de movimentos sociais e sindicais do campo durante o **I Seminário Nacional de Educação Infantil do Campo**, ocorrido em Brasília, em dezembro de 2010. Todos esses atores sociais reconhecem a necessidade de conhecermos melhor a realidade educacional das crianças de 0 a 6 anos de idade residentes na área rural, objetivando subsidiar a elaboração de subsídios e implementação de políticas públicas de Educação Infantil, para as crianças que moram em áreas rurais.

A pesquisa produzirá um diagnóstico nacional da oferta de Educação Infantil para as crianças residentes em área rural. Portanto, sua participação como pesquisador(a), nesse momento histórico, é fundamental para que o diagnóstico seja o mais fiel possível à realidade. A postura ética e comprometida dos pesquisadores com a qualidade dos dados e informações e, portanto, para boas políticas públicas, é premissa básica.

O presente **Manual de Orientações** é composto pelos seguintes itens:

1. ética na pesquisa: definindo as lealdades;
2. a pesquisa qualitativa
3. operacionalização da pesquisa qualitativa; e
4. anexos.

Desejamos um ótimo trabalho a todos!

Equipe de Coordenação da Pesquisa

1. ÉTICA NA PESQUISA: DEFININDO AS LEALDADES

O Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) referente à pesquisa nacional **Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural** estabelece que a UFRGS é a instituição responsável pela sua execução. A Comissão de Pesquisa da FAGED/UFRGS dessa Universidade considerou o projeto de pesquisa adequado do ponto de vista ético e delegou aos pesquisadores responsáveis pela condução do projeto, a definição de procedimentos éticos ao longo do estudo.

Entende-se como atividades da pesquisa todas as ações desenvolvidas, desde a concepção, campo, análises dos dados e informações até a divulgação dos resultados. Os princípios e os procedimentos éticos referem-se a essas diferentes etapas.

Nesse processo, temos compromisso com o avanço do conhecimento, com a sociedade, mais especificamente com a qualidade de vida das crianças de 0 a 6 anos do campo e com a formulação de políticas públicas baseadas no direito de todas as crianças brasileiras à Educação Infantil de qualidade.

A pesquisa foi concebida com a finalidade de construir conhecimentos sobre as condições da oferta e sobre as demandas por Educação Infantil para as crianças residentes em área rural brasileira. A pesquisa focaliza a oferta e a demanda por Educação Infantil do/no campo. Pauta-se, portanto, nas definições a respeito da educação formal das crianças de 0 até 6 anos, conforme definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução 05/2009 do Conselho Nacional de Educação - CNE) e pelas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 e Resolução Complementar nº 2, de 28 de abril de 2008).

Por se tratar de uma pesquisa coletiva, além dos termos foram elaboradas regras referentes à disponibilidade dos dados, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Disponibilização dos dados produzidos no âmbito da pesquisa

1. Dados não disponíveis após as análises realizadas no âmbito desta pesquisa
1.1 <u>Questionários respondidos pelos municípios</u> : NÃO serão tornados públicos. Os questionários serão arquivados na UFRGS, sob responsabilidade da Coordenação Nacional da Pesquisa.
1.2 <u>Dados da pesquisa qualitativa</u> : NÃO serão tornados públicos, nem reutilizados após as análises realizadas no âmbito desta pesquisa. Sua publicação restringir-se-á aos relatórios desta pesquisa. O grupo de pesquisadores e assistentes de pesquisa assinará um TERMO DE COMPROMISSO comprometendo-se a não reutilizar os dados individualizados em outras análises.
2. Dados disponíveis para pesquisadores internos e externos à equipe deste projeto de pesquisa
2.1 <u>Base de dados construída a partir de dados oficiais</u> – será tornada pública.
2.2 <u>Base de dados de revisão bibliográfica</u> – será tornada pública.
2.3 <u>Base de dados construída a partir da análise dos questionários</u> – será tornada pública de forma agregada.

2 – A PESQUISA QUALITATIVA

realidades investigadas nas cinco regiões do país - do Projeto “Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de Idade Residentes em Área Rural”. Tem como finalidade estabelecer uma aproximação das condições da oferta e da demanda de educação infantil para crianças residentes em áreas rurais. Com este estudo, espera-se obter e registrar informações de diversos atores, tais como secretários/as municipais de educação, professores, coordenadores pedagógicos, diretores/as de escolas, famílias das crianças e movimentos sociais e sindicais que representem as populações do Campo e que tenham assento na Comissão Nacional de Educação do Campo – CONEC (**ANEXO I**).

A realização do estudo qualitativo ocorrerá no limite de tempo de cinco dias, devendo o pesquisador seguir o plano de ida a campo, previamente planejado pela Equipe Regional (ver item 3 deste manual). A coleta de dados da pesquisa será feita por meio de diferentes instrumentos:

1. roteiro de entrevista com as secretarias municipais de educação;
2. roteiro de observação das escolas;
3. roteiro de entrevista nas escolas;
4. roteiro de entrevista com famílias; e
5. roteiro de entrevista com informantes e organizações locais (**ANEXO II – Instrumentos da pesquisa qualitativa**).

Os roteiros de entrevistas e observações serão acompanhados de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (**ANEXO III**).

No item a seguir, são apresentadas as orientações para a operacionalização dos estudos qualitativos.

3 – OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa de campo qualitativa será realizada em 30 municípios, sendo seis em cada região. Será coordenada pelos Núcleos regionais da pesquisa, tendo seus pesquisadores selecionados e treinados para este estudo. (ANEXO IV – Agenda da pesquisa de campo)

Detalhamento das atividades

1. A seleção dos municípios onde serão realizados os estudos qualitativos observou os seguintes critérios:
 - a) os municípios devem fazer parte da amostra sorteada para a Região;
 - b) a tipologia de escolas que atendem a crianças de zero a três anos e de quatro e cinco anos, residentes em área rural;
 - c) a presença de populações do campo definidas pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001): acampados da reforma agrária; assentados da reforma agrária; agricultores familiares; caiçaras; extrativistas; indígenas; pescadores artesanais; povos da floresta; quilombolas; ribeirinhos; trabalhadores assalariados, dentre outros.
2. Os municípios selecionados para o estudo qualitativo deverão ter respondido os questionários e os TCLEs enviados durante a etapa quantitativa da pesquisa.
3. Cada equipe deverá elaborar um plano de ida a campo contemplando informações sobre os municípios selecionados para os estudos qualitativos, como localização, meios de transporte, contatos dos/as responsáveis pela experiência a ser objeto do estudo qualitativo, da Secretaria Municipal de Educação, escolas, movimentos sociais e sindicais do campo.
4. No primeiro contato com os movimentos sociais e sindicais do campo, com famílias e escolas é importante explicar os objetivos da pesquisa e a importância da participação desses atores, ressaltando que os resultados da pesquisa serão fundamentais na elaboração da política pública de Educação Infantil do Campo.
5. Serão entrevistadas, no mínimo, seis famílias por estudo. Na seleção das famílias devem ser considerados os seguintes critérios:
 - a) que tenham filhos de zero a seis anos atendidos em escolas urbanas (uma) ou rurais (duas). Tais famílias serão sugeridas pela escola;
 - b) que não tenham filhos de zero a seis anos atendidos em escolas urbanas ou rurais. Tais famílias serão indicadas pelas famílias sugeridas pela escola e deverão ser em número de três.
6. Para a entrevista com os/as representantes dos movimentos sociais e sindicais do campo, cada equipe deverá observar os seguintes critérios:
 - a) serão entrevistados nos municípios somente pessoas (lideranças, dirigentes ou assessorias) dos movimentos sociais e sindicais do campo que estão representados na Comissão Nacional de Educação do Campo– CONEC;
 - b) antes da realização da entrevista, entrar em contato com o/a representante indicado/a pelos movimentos sociais e sindicais do campo confirmando, data, local e horário da entrevista (preencher formulário – **Anexo IV**)
 - c) Durante a entrevista, seguir o roteiro previamente elaborado.

7. As escolas a serem observadas e entrevistadas nos municípios selecionados deverão pertencer ao quadro de amostra da pesquisa quantitativa. Os pesquisadores deverão definir junto com a escola horário e local para as entrevistas e entrar em contato com os entrevistados para confirmar as entrevistas.
8. Os pesquisadores deverão elaborar e enviar o plano de visitas para a coordenação regional, garantindo o acompanhamento de todas as etapas da ida a campo.
9. Durante a observação da escola, só será permitido o registro fotográfico de sua fachada.
10. Os municípios participantes da pesquisa de campo receberão, como devolutivas da pesquisa, um kit do MEC.
11. Está prevista a realização de um evento nacional para apresentação dos resultados finais da pesquisa, com possível participação dos trinta municípios que foram objetos dos estudos qualitativos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**PESQUISA NACIONAL: CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS
COM CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE RESIDENTES EM ÁREA RURAL**

MANUAL(*) DE ORIENTAÇÕES POSTURAS DA PESQUISA QUALITATIVA

PORTO ALEGRE, MAIO DE 2012

(*) Adaptado do Manual de Pesquisa da População de Rua de Porto Alegre, pela FASC, 2011 (autores: Patrice Schuck e Ivaldo Gehlen)

POSTURA DO ENTREVISTADOR E APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Este manual foca, principalmente, a relação do entrevistador com o entrevistado, realçando questões éticas e culturais.

A abordagem junto aos entrevistados constitui-se num “evento”: um momento privilegiado de relação entre pessoas que, provavelmente, não se conhecem e que pertencem a realidades sociais, econômicas e culturais diferentes. Dessa maneira, é necessário criar um clima de respeito, escuta e abertura ao outro, de modo a percebê-lo em sua singularidade e complexidade.

Propõe-se uma abordagem que, para além das respostas que interessam a esta pesquisa, evite reproduzir formas de relação preconceituosas, desrespeitosas e autoritárias às quais estas populações estão, muitas vezes, sujeitas.

O jeito de habitar / ocupar o espaço é diversificado e expressa hábitos culturais ou identitários que precisam ser reconhecidos e respeitados, embora possam ser impactantes para o entrevistador num primeiro contato. Os sujeitos da pesquisa estarão em “seu” espaço íntimo, e o entrevistador precisa ser autorizado por eles a adentrá-lo. Por isso, o tratamento respeitoso, a postura atenta e comprometida, a busca de uma “distância justa” (nem, invasiva, nem recuada), devem ser levados em conta no estabelecimento desta relação com o entrevistado.

Deixar claro para os entrevistados “quem somos” (dizer o nome completo e com clareza) e a “que viemos”, explicando a natureza, os objetivos e a finalidade da pesquisa. Enfatizar a utilidade das informações obtidas, tanto para os dirigentes públicos tomarem decisões que influem sobre suas vidas, quanto para os movimentos sociais conhecerem melhor quem são eles e o que pensam, salientando ainda que os resultados da pesquisa objetivam possibilitar a formulação de políticas inteligentes e adequadas.

O tom de voz, as palavras e a aparência do entrevistador devem demonstrar credibilidade, com ênfase sobre a importância do entrevistado para o desenvolvimento do trabalho.

Deixar claro também que as informações individuais serão sigilosas perante os demais entrevistados. O interesse pelas pessoas e o aprofundado conhecimento das instruções recebidas durante o treinamento, tornarão esta tarefa fácil na maioria das vezes, mas o entrevistador precisa usar de toda a sua intuição, sensibilidade e inteligência para interagir com o entrevistado.

O “estado de espírito” do entrevistador reflete-se, com frequência, na reação do entrevistado diante do pedido para participar de uma entrevista. Se estiver inseguro ou pouco à vontade, não será capaz de estabelecer uma boa relação com o entrevistado; se pouco convicto ao apresentar a importância e os objetivos do seu trabalho, estes sentimentos serão percebidos e prejudicarão a comunicação.

Em muitos casos, o entrevistador será bem recebido porque representa uma quebra na rotina do dia-a-dia. A maioria das pessoas gosta de ser entrevistada e muitas delas demonstram interesse e discernimento ao responder sobre temas sobre os quais nunca haviam pensado antes ou considerado daquela maneira.

Algumas pessoas terão preocupações e perguntas para os entrevistadores. É preciso estar preparado para dar respostas corretas e sinceras, sempre com cortesia. Se os entrevistados manifestarem receios acerca da legitimidade da pesquisa, o entrevistador, além de se identificar, indicará os contatos da coordenação por meio dos quais podem se certificar e obter esclarecimentos ou informações sobre a pesquisa (nome coord. Regional e contato de telefone profissional e e-mail).

DOMINANDO O INSTRUMENTO DE PESQUISA

Os instrumentos (roteiros) têm como objetivo coletar dados e informações seguras, que dependem, em grande parte, do bom desempenho do entrevistador / pesquisador. Para ter sucesso nesse objetivo, é fundamental conhecer seu conteúdo, sua sequência, formular as questões de modo tranquilo e dominar bem o fluxo e fluência da entrevista, além de motivar os entrevistados. As respostas podem ser fortemente influenciadas pela maneira como a conversa (entrevista) é conduzida. Para tanto, é fundamental estudar cuidadosamente os instrumentos e demais documentos da pesquisa e seguir rigorosamente as orientações neles contidas e/ou transmitidas nas capacitações.

Lembrar-se de que a entrevista não é um teste nem um exame, por isso o entrevistador deve ter o máximo cuidado para que seu tom de voz, palavras ou atitudes não expressem surpresa, julgamentos, aprovação ou desaprovação em relação às respostas dadas pelo entrevistado, mesmo que pareçam inusitadas ou insensatas.

As perguntas precisam ser formuladas com ritmo adequado, na maioria das situações, com vagar, dando tempo para os entrevistados acompanharem corretamente seu objetivo e seu conteúdo. Com isso, tem-se garantia de respostas completas e dentro do objetivo. Se o entrevistador manifestar pressa ou ansiedade, transfere essas sensações aos entrevistados, e o atropelo, ao invés de agilizar, pode tornar a entrevista mais demorada pela necessidade de repetições. Ao contrário dos entrevistados, o entrevistador adquiriu familiaridade com o instrumento, por isso é importante proporcionar-lhes o tempo para assimilá-las e o claro entendimento das questões.

É importante conduzir a entrevista respeitando a ordem sequencial das questões, conforme estão dispostas no roteiro, pois tal ordem atende a uma sequência lógica. Quando o entrevistado responder antecipadamente questões futuras, o entrevistador poderá anotar a resposta, discretamente, no roteiro. Na sequência, ao chegar à respectiva pergunta, esta poderá ser formulada novamente, se não ficou completamente esclarecida, mostrando ao entrevistado que já falou do assunto: "já falamos deste assunto, mas permita-me perguntar novamente para esclarecer...".

Sempre que os entrevistados solicitarem mais informações sobre o significado de alguma pergunta, é importante valorizar e esclarecer a demanda com

objetividade. Explicar genericamente; porém, se perceber que ainda persiste a dúvida, reformule a pergunta, sem mudar a sua essência.

Os entrevistados, em geral têm curiosidades diversas e fazem perguntas. Responder discretamente e se podem influir no conteúdo da entrevista, dar uma evasiva e propor falar sobre o assunto ao final da entrevista. Não esquecer de, no final, fazer referência ao questionamento anterior, dando algum retorno, mesmo que seja dizendo que não conhece ou não tem opinião sobre o assunto.

Não se manifestar sobre temas políticos partidários ou ideológicos polêmicos extra pesquisa.

Evitar a interrupção do trabalho antes da conclusão das entrevistas, mostrando que não será possível retomá-la outra hora ou outro dia.

CONCLUINDO A ENTREVISTA

No final da entrevista, antes da despedida, de forma objetiva e amistosa, agradecer a oportunidade da conversa e comentar que foi muito importante a colaboração e a franqueza da pessoa para o sucesso da entrevista, lembrando que será respeitado o sigilo das informações, a serem usadas em seu conjunto e apenas em benefício da educação infantil.

Anotar no Diário de Campo eventuais situações particulares ou interferências externas (como chegada de alguém, discussão entre pessoas), que eventualmente possam ter prejudicado a entrevista. Anotar, também, situações como: interferências negativas na realização da entrevista ou se houve preocupação em esconder informações importantes. Detalhar tanto quanto possível.

ANEXOS

ANEXO I - MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS DO CAMPO MEMBROS DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - CONEC

► Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAS

Titular: Luiz Peixoto da Silva

E.mail: luiz@unefab.org.br

Telefones: 67-92163340 / 64 34742074

Suplente: Luis Pedro Hillesheim

E.mail: unefab@unefab.org.br

Telefones: (55)9644-6803

► Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Titular: José Wilson Gonçalves

E.mail: zewilson@contag.org.br

Telefones: (61) 2102.2288

Suplente: Eliene Novaes Rocha

E.mail: eliene@contag.org.br

Telefones: (61) 2102.2288

► Comissão Pastoral da Terra - CPT

Titular: Isabel Cristina Diniz

E.mail: isabel@cptnacional.org.br

Telefones: 43-9943-7279

Suplente: Juvenal José Rocha

E.mail: juvenalrocha50@gmail.com

Telefones: (62)40086400/6466

► **Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Familiar – FETRAF**

Titular: Maria Josana de Lima

E.mail: josanastr@hotmail.com.br / secgeral@fetraf.org.br

Telefones: 84 9941 7903 / 61 - 3041-5646

Suplente: Marcos Rochinski

E.mail: secgeral@fetraf.org.br

Telefones: 61-3041-5646

► **Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB**

Titular: Ana Rita de Lima Ferreira

E.mail: anaritalima@uol.com.br

Telefones: 61-91639993

Suplente: Liciane Andrioli

E.mail: articula@mabnacional.org.br

Telefones: 61-33861938

► **Movimento das Mulheres Camponesas – MMC**

Titular: Catiane Cinelli

E.mail: secretaria@mmcbrasil.com.br; katimmc@gmail.com;
informa@mmcbrasil.com.br

Telefones: 61-40636520

Suplente: Elisiane de Fátima Jahn

E.mail: j.elismmc@gmail.com ; secretaria@mmcbrasil.com.br

Telefones: 51-9621-5565 / 3045-1066

► **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**

Titular: Antônia Vanderlúcia de Oliveira Simplício

E.mail: vanderluciabsb@gmail.com

Telefones: 61-9611-3403 E 61-81996631

Suplente: **Claudia Praxedes**

E.mail: claupraxedes@yahoo.com

Telefones: 19-8141-2347

► **Rede Educacional do Semi-Árido - RESAB**

Titular: Adelaide Pereira da Silva

E.mail: ade_cpt@yahoo.com.br / adelaide.cpt@gmail.com

Telefones: 83-3255-6196 / 9903-2859

Suplente: **Lucineide Martins Araujo**

E.mail: lucineide@irpaa.org / sec.exec-resab@oi.com.br

Telefones: 74 - 3611-6481 / 8805-8388 / 8103-7063

ANEXO II – INSTRUMENTOS DA PESQUISA QUALITATIVA

1. ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AS ESCOLAS

Pesquisador responsável pelo

preenchimento: _____

Telefones para contato:

Coordenação Regional:

Período de ida ao campo:

<p>OBSERVAÇÕES: Explicar os objetivos e foco do estudo, porque a escola foi selecionada para ser pesquisada; assegurar o sigilo das informações; informar que a participação é voluntária; pedir licença para gravar a entrevista.</p>

Quem entrevistar: preferencialmente pessoas vinculadas à direção da escola: diretor(a), vice-diretor(a), coordenador(a) pedagógico(a). Se não houver, entrevistar professor(a) que trabalhe com as crianças da educação infantil residentes em área rural.

I – IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Da Escola: nome da escola, município, endereço, telefone, e mail	
1.2 Do Entrevistado: nome, idade, formação, função na escola	
II – ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS RESIDENTES EM ÁREA RURAL	
2.1 Critérios de matrícula /Demanda de vagas pela comunidade.	
2.2 Gestão da escola/ Participação da comunidade e famílias.	
2.3 Especificidades do calendário da escola.	
2.4 Condições da Estrutura Física/Manutenção/Limpeza...	
2.5 Projeto político-pedagógico (existência de documento escrito).	
2.6 Critérios de agrupamento das crianças/n. de turmas e de crianças por turma	
2.7 Organização das experiências com as crianças:	
a) Organização das atividades diárias (existência de rotina planejada) com as crianças.	
b) Materiais disponíveis para as crianças (de 0 a 3 e de 4 a 6 conforme tipologia da escola)	
b) Uso dos espaços internos e externos da escola.	
c) Organização do sono, banho e alimentação das crianças (de 0 a 3 e de 4 a 6 conforme tipologia da escola) .	
2.8 Transporte das crianças moradoras da zona rural para a escola/Responsabilidade/Condições/Trajetos.	
2.9 Inclusão de crianças com deficiência (se existe e como ocorre o atendimento).	
2.10 Formação continuada dos professores e demais profissionais: periodicidade/tema/organização.	
2.11 Participação das famílias no cotidiano da escola/Reuniões/Ações.	
2.12 Conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.	
III – OPINIÕES / SUGESTÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO	
3.1 Pontos positivos e negativos do atendimento das crianças residentes em área rural.	
3.2 O que pensa sobre a obrigatoriedade da frequência de crianças 4 a 6	

anos à Escola (se não está bem informado explicar sinteticamente a lei).	
3.3 Como o município poderia ampliar / melhorar a educação dessas crianças.	
3.4 Sugestões para melhoria ou para uma política de EDU Infantil do Campo?	
3.5 Deseja expressar mais alguma idéia, sugestão ou tem alguma pergunta?	
visível	Agradecer e desligar o gravador de forma visível

2. ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DA ESCOLA

Pesquisador responsável pelo preenchimento: _____

Telefones para contato:

Coordenação Regional:

Período de ida ao campo:

1. ESTRUTURA FÍSICA

1.1. Quantos ambientes existem na instituição? (Escreva no parêntesis o nº de

- | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Diretoria
<input type="checkbox"/> Secretaria
<input type="checkbox"/> Recepção
<input type="checkbox"/> Sala de professores
<input type="checkbox"/> Laboratório de informática
<input type="checkbox"/> Sala de recursos multifuncionais
<input type="checkbox"/> Cozinha
<input type="checkbox"/> Quadra de esportes coberta
<input type="checkbox"/> Quadra de esportes descoberta
<input type="checkbox"/> Biblioteca
<input type="checkbox"/> Sala de leitura
<input type="checkbox"/> Parque Infantil
<input type="checkbox"/> Berçário
<input type="checkbox"/> Tanque de areia
<input type="checkbox"/> Jardim
<input type="checkbox"/> Campo de futebol
<input type="checkbox"/> Refeitório | <input type="checkbox"/> Salas para as diferentes turmas de crianças (onde passam a maior parte do dia)
<input type="checkbox"/> Dispensa para guardar alimentos
<input type="checkbox"/> Almojarifado
<input type="checkbox"/> Sanitário exclusivo para homens: dentro do prédio () fora do prédio ()
<input type="checkbox"/> Sanitário exclusivo para mulheres: dentro do prédio () fora do prédio ()
<input type="checkbox"/> Sanitário exclusivo para crianças: dentro do prédio () fora do prédio ()
<input type="checkbox"/> Sanitário adequado às crianças com mobilidade reduzida.
<input type="checkbox"/> Dependências adequadas aos adultos e crianças com mobilidade reduzida.
Outro: _____
_____ |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

- 1.4. Existem paredes? Em quais condições? (pintura, umidade, buracos, pregos, tomadas, fios soltos? De qual material a parede é feita?)
- 1.5. Quais as condições dos telhados, das portas, dos portões, do piso, etc.
- 1.6. Os ambientes são iluminados e ventilados?
- 1.7. Existem pontos de água potável (bebedouros) acessíveis às crianças de diferentes idades?
- 1.8. As janelas ficam numa altura que permite a visão da área externa, pela criança?
- 1.9. A disposição do mobiliário permite uma boa circulação das pessoas? Explique.
- 1.10. O banheiro é limpo? Adequado ao tamanho da criança? Tem água e sabonete? A descarga funciona? Oferece algum risco? (privada quebrada e azulejos quebrados, degraus com quinas que oferecem riscos em caso de queda).
- 1.11. Os ambientes são limpos? Explique.
- 1.12. Nas salas de referência das turmas existem as tradicionais “carteiras individuais” utilizadas no ensino fundamental? Ou existem mesas? (quatro cadeiras, mesas longas, etc.). Descreva o que encontrou, para as diferentes idades (0-1, 2-3/4-5/6)

2. ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS E USO DOS AMBIENTES EXTERNOS

- 2.1. Existe uma área externa? É cimentada? Possui área verde? Descreva como é organizada.
- 2.2. Caso tenha área verde: é bem cuidada? Limpa? Possui canteiros? Hortas? Descreva.
- 2.3. Existem animais? Quais? Onde ficam? Descreva esses ambientes.

3. CHEGADA E SAÍDA

- 3.1. Como as crianças chegam à instituição? A pé, de bicicleta, de carro, de ônibus coletivo regular do município, de ônibus ou Van específico/a para transporte das crianças, outra forma?
- 3.2. Procure observar a chegada de crianças que utilizam transporte coletivo escolar público ou privado: existe monitor que as auxilia na saída do ônibus/van? Quais são as condições do transporte? Qual a faixa etária das crianças que o utilizam?

- 3.3. Exceto aquelas que chegam com transporte, quem acompanha as crianças até a instituição? (observe os diferentes tipos de responsáveis: família, amigos, vizinhos, etc.). As crianças de 0-3 anos são deixadas na porta? Ou são levadas à sala de referência da turma? E as crianças de 4-6 anos?
- 3.4. No caso das famílias (ou outro adulto responsável) que levam suas crianças à instituição, você observou alguma troca/interação com os professores? Que tipo de conversa?
- 3.5. Quando chegam, as crianças são engajadas em brincadeiras ou ficam esperando todas as outras crianças chegarem, sem realizar nenhuma atividade planejada? Que tipo de atividade elas realizam? (Verifique se, na acolhida das crianças, na organização dos espaços e proposição de atividades/ leva-se em consideração o tempo em que ficaram sentadas durante o transporte da casa até a instituição).
- 3.6. O professor acompanha as crianças até o transporte escolar, caso exista? Se sim, com quem ficam as demais crianças? Como se dá o caminho da criança até o ônibus? Descreva, separadamente crianças de 0-3 e 4-6 anos.

3.ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DA INSTITUIÇÃO – QUESTÕES COMPLEMENTARES

Este roteiro destina-se ao registro de informações complementares que o pesquisador presencie no tempo de permanência na Instituição. Sempre que possível, o pesquisador deverá estar atento às ocorrências abaixo mencionadas e a outras que julgar relevantes de serem registradas. Esse registro deve ser em forma de DESCRIÇÃO.

Pesquisador responsável pelo preenchimento: _____

Telefones para contato:

Coordenação Regional:

Período de ida ao campo:

- 3.7. Quais espaços são, efetivamente, utilizados pelas crianças de 0-3 e 4-5/6 anos? Cite-os separadamente.
- 3.8. O armazenamento do lixo é feito em local seguro, longe das crianças?
- 3.9. Existe rede de esgoto?
- 3.10. Há espaço para acolhimento da família? Onde? Como é organizado?
- 3.11. Espaços e equipamentos são organizados de forma a acolher crianças com deficiência, de acordo com o Decreto-Lei nº 5.296/2004? **(ANEXO)**
- 3.12. Há um espaço e mobiliário para a troca de fraldas para menores de 3 anos? Se sim, está na altura do adulto? É seguro para a criança?
- 3.13. Crianças de 0-3 anos tomam banho? Se sim, onde? Existe cuba? É higienizada durante o dia? Ou a cada banho?
- 3.14. Botijão de gás está localizado no ambiente externo e atende normas de segurança?
- 3.15. Produtos de limpeza e outras substâncias tóxicas são armazenadas longe das crianças?

4. ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS E USO DOS AMBIENTES INTERNOS

- 4.1. Brinquedos, materiais disponíveis, móveis e equipamentos encontram-se em bom estado de conservação? Explique.
- 4.2. Existem brinquedos acessíveis às crianças? Quais? Ou o uso dos materiais fica a critério do adulto? Explique.
- 4.3. Os brinquedos são em quantidade suficiente? Descreva a relação de quantidade brinquedo/criança.
- 4.4. Os brinquedos parecem responder aos interesses das crianças? (faz de conta, materiais não estruturados, jogos, materiais para abrir e fechar, empurrar).
- 4.5. Existem instrumentos musicais? Quando e como são utilizados?
- 4.6. Existem materiais para pintar, desenhar, recortar, modelar, construir objetos ou fazer experimentações diversas? Quando e como são utilizados? Descreva-os.
- 4.7. As crianças podem desenhar por iniciativa própria?
- 4.8. Há espaço organizado para leitura? (cantinho de leitura com livros, revistas, gibis). São acessíveis às crianças, e em quantidade suficiente, a maior parte do dia?

- 4.9. Os livros estão em bom estado de conservação? Explique.
- 4.10. As salas possuem espelhos instalados de forma segura, na altura das crianças, para que possam observar a própria imagem em diferentes momentos da jornada?
- 4.11. São disponibilizados móveis ou equipamentos seguros, para que os bebês se apoiem quando começam a andar?
- 4.12. Os materiais para higiene são individualizados e armazenados em boas condições? (ex. escovas de dente estão separadas e identificadas com os nomes das crianças ou são colocadas no mesmo recipiente, de forma que todas se toquem).
- 4.13. Existem fraldas disponíveis? Sabonetes? Buchas? Como são armazenadas?
- 4.14. Há brinquedos, livros ou outros materiais que incentivam o respeito às diferenças entre negros, brancos, indígenas e pessoas com deficiência?
- 4.15. Com relação às crianças de 0-3 anos, quais materiais estão disponíveis? Possibilitam a exploração de: texturas, pesos, formas? Permitem abrir e fechar, empurrar, empilhar, etc?
- 4.16. Existe mobiliário para o descanso do adulto? Quais e em quais locais? São confortáveis? (uso nos momentos de almoço, reuniões, estudo, formação, planejamento).
- 4.17. No espaço voltado aos bebês, verifique se os adultos passam o dia sentados no chão, em cadeiras pequenas, ou se possuem algum mobiliário grande?
- 4.18. Onde são realizadas as refeições? Como é o mobiliário? As crianças lavam as mãos? E os adultos? Quais as condições de higiene? Explique.
- 4.19. Os materiais/ ambientação (artesanato, fotos, instrumentos, etc.) do espaço possuem elementos produzidos pelas próprias crianças e pela comunidade? Sim ou não, explique o que observou.
- 4.20. A organização do espaço interno e do tempo privilegia o contato com a natureza? De que maneira?
- 4.21. Existem materiais pedagógicos com materiais naturais? Descreva-os.
- 4.22. Os ambientes são organizados de forma a promover atividades coletivas e individuais? (ex. Canto com almofadas para ouvir música ou históricas, cantos mais recolhidos para poder ficar só, quando a criança deseja).

5. ORGANIZAÇÃO DOS MATERIAIS E USO DOS AMBIENTES EXTERNOS

- 5.1. As crianças podem brincar ao sol, com água, terra, pedras, gravetos e outros elementos da natureza?
- 5.2. Bebês frequentam as áreas externas? Onde ficam? Que tipo de experiência é organizada? Existe solário?
- 5.3. A organização do espaço e tempo permite a realização de movimentos amplos? Os adultos permitem que isso aconteça?

6. USO DO TEMPO - TRANSIÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES E TEMPO DE ESPERA

- 6.1. A transição das atividades é tranqüila? Ou há uma ruptura entre elas? (exemplo: professor interrompe uma brincadeira ou outra atividade para oferecer o lanche?).
- 6.2. Existe espera para atividades como banho e almoço? Quanto tempo? (ex. Crianças aguardam enquanto brincam ou lêem? Ou ficam sem atividades, obrigadas a estarem quietas – paradas, observando o que está ocorrendo, sentadas nos cantos, em corredores, tem o comportamento controlado sistematicamente pelo adulto, pedindo para que fiquem quietas).
- 6.3. Existem outros momentos de fila e/ou espera? Em quais situações?
- 6.4. Por volta de quanto tempo as crianças ficam nos ambientes internos? Quanto tempo nos ambientes externos? Desenvolvem qual tipo de atividade?
- 6.5. Crianças de até 3 anos realizam atividades “acadêmicas” (em papel ou apostilas) e por essa razão são obrigadas a permanecerem muito tempo sentadas? Quanto tempo você observou?
- 6.6. Crianças de 4 a 5-6 anos realizam atividades “acadêmicas” (em papel ou apostilas) e por essa razão são obrigadas a permanecerem muito tempo sentadas? Quanto tempo você observou?
- 6.7. O tempo do banho é suficiente para que possa, efetivamente, contemplar a dimensão cuidar/educar?
- 6.8. Há horário de sono previsto na rotina? () sim; () não. Qual? _____ . As crianças que não tem sono podem brincar ou realizar outras atividades ou são obrigadas a ficarem imóveis nesse período? As crianças podem dormir quando estão com sono, mesmo que não seja no horário previsto na rotina? Há espaço adequadamente organizado para isso?

DESCREVA.

6.9. Existe horário de banho previsto na rotina? () sim; () não Qual horário?

As crianças tomam banho quando há necessidade⁵, mesmo que não seja em horário previsto na rotina?

6.10. Os horários de alimentação consideram o horário que as crianças acordam e a dieta da família? (ex. crianças que acordam muito cedo, por causa da distância e do horário do transporte, crianças que chegam à instituição sem tomar café da manhã).

6.11. No caso de crianças de 0-3 anos, quais foram as atividades observadas, desenvolvidas ao longo do dia/período observado?

6.12. No caso de crianças de 4-6 anos, quais foram as atividades observadas, desenvolvidas ao longo do dia/período observado?

7. ORGANIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DAS CRIANÇAS

(separar as observações realizadas nas turmas de 0-3 e 4-5/6 anos).

7.1. Os adultos cantam com as crianças? Em que local? Quais tipos de música?

0-3 Anos

4-5/6 anos

7.2. Os adultos contam histórias para as crianças? Em que local? Que tipo de história?

7.3. Os adultos promovem experiências relacionadas à leitura e escrita? O que observou?

7.4. Os adultos promovem experiências relacionadas às artes (visuais, dança, música, escultura, etc...)? Explique:

7.5. Os adultos promovem experiências relacionadas ao universo matemático? O que observou?

7.6. Os adultos promovem experiências relacionadas ao universo da natureza e da cultura brasileira? Explique:

7.7. Os adultos promovem experiências relacionadas à cultura local? Explique:

5.8. As crianças podem correr e brincar em espaços externos?

⁵ A criança evacua e fica muito tempo sem trocar a fralda? Ou evacua, tem a fralda trocada, mas não foi lavada? Fica com a roupa com suor por longos períodos? Tem cheiro de urina? A roupa está suja com secreção de nariz? Quando está muito suada, e incomodada com isso, o educador oferece o banho? O educador pode oferecer banho coletivo em momentos de muito calor? Marcas de terra não serão consideradas como sujeira, a menos que estejam gerando algum incômodo na criança.

- 5.9. No dia da observação, houve visitas exploratórias aos diferentes espaços naturais e culturais no entorno da Instituição e na região? Você ouviu algum comentário a esse respeito?
- 5.10. Os(as) professores (as) utilizam TV na programação de atividades com as crianças? Por quanto tempo? Com qual faixa etária? Qual o conteúdo apresentado?
- 5.11. As crianças ouvem música enquanto estão brincando? Que tipo de música?
- 5.12. Você observou a realização de brincadeiras tradicionais? Quais?
- 5.13. Você observou momentos de cantos tradicionais? Em quais momentos?

6. INTERAÇÕES

5.1. Criança- criança

- 5.1.1. Crianças de diferentes idades brincam juntas? (ex. crianças de 2 anos com crianças de 4 anos).
- 5.1.2. Crianças brincam sozinhas? Em pequenos grupos?
- 5.1.3. Ocorrem muitos conflitos (disputas por brinquedos, mordidas, puxões de cabelo, empurrões, tapas, chutes, etc)? Quais as razões? (*A pobreza na organização dos espaços e materiais, poucos brinquedos, ausência do adulto e salas superlotadas são algumas das razões que podem potencializar o aparecimento desses tipos de conflitos*).
- 5.1.4. As crianças se organizam em torno de alguns brinquedos? Quais?
- 5.1.5. Os adultos permitem que irmãos se encontrem ao longo do dia?

5.2. Adulto-Criança

- 5.2.1. O adulto respeita o ritmo da criança? (dormir, comer, brincar). Explique. (Tempo de brincar: *Nesse tópico, observe se o adulto deixa a criança brincar durante o tempo que deseja, se há uma conversa e uma transição tranquila quando é necessário parar a atividade, para o momento do almoço, por exemplo.*)
- 5.2.2. As crianças são obrigadas a, todas juntas, realizarem as mesmas atividades? A criança que não quiser se envolver na atividade proposta pelo adulto tem opção de se engajar em outra tarefa?
- 5.2.3. Os adultos chamam as crianças pelos nomes?
- 5.2.4. Os adultos ajudam as crianças a manifestarem seus sentimentos?
- 5.2.5. Os adultos conversam com frequência com as crianças, inclusive com os bebês? Quais são os conteúdos das conversas?

- 5.2.6. Bebês: Adultos pegam bebês no colo em diferentes momentos do dia? Propiciam momentos de interação e acolhimento?
- 5.2.7. Bebês: adultos observam a comunicação entre os bebês? Procuram compreendê-la?
- 5.2.8. Adultos conversam com as crianças sobre sua vida em casa, e na comunidade?
- 5.2.9. Algum adulto manifestou algum tipo de preconceito? (racial, sexo, religião, condição sócio-econômica, ou em função da origem do campo?)
- 5.2.10. Adultos colaboram com o desenvolvimento da autonomia? Explique em quais momentos e como ocorre.
- 5.2.11. Você observou se as práticas cotidianas são rígidas ou se elas comportam, numa mesma programação, diferentes possibilidades de inserção e de expressividade da criança?
- 5.2.12. Adulto responde às perguntas das crianças? Algumas crianças não são ouvidas?
- 5.2.13. Adulto acolhe momento de desconforto? (quando chora pela falta da mãe, por dor, após “brigar” com o coleguinha, etc.)
- 5.2.14. Como o adulto interrompe ou lida com conflitos? Explique.

5.3. Adulto-adulto

- 5.3.1. Educadores e famílias se encontram, na chegada ou saída? Há algum tipo de conversa entre eles? Conversam sobre a criança? Existe uma troca em que ambos os lados manifestam a sua opinião? Descreva.
- 5.3.2. Durante a jornada, adultos conversam sobre as crianças? ou conversam sobre outros assuntos? Que tipo de troca pode ser observada?
- 5.3.3. Existe algum tipo de coordenador ou diretor presente na instituição? Que tipo de troca estabelece com os adultos, durante a jornada?

8. SAÚDE – SEGURANÇA E HIGIENE (*tópicos que não foram abordados nos itens anteriores*)

8.1. Alimentação

- 8.1.1. É possível descobrir de onde vieram os alimentos? São frescos?

- 8.1.2. Os alimentos foram preparados obedecendo a normas mínimas de higiene (lavagem de mãos, cozinha com acesso restrito, limpa, azulejada até o teto, com água corrente, lixo na área externa, etc.)
- 8.1.3. A produção dos alimentos da comunidade faz parte do cardápio das crianças?
- 8.1.4. O refeitório (ou local equivalente) é um espaço de fácil limpeza?
- 8.1.5. Há lavatório para as mãos, próximo ao local do almoço?
- 8.1.6. A cozinha possui revestimentos impermeáveis? Possui bancada adequada para o manuseio de alimentos, separada da higienização dos utensílios? É limpa?

8.2. Cuidados com o corpo

- 8.2.1. Crianças que evacuam são imediatamente trocadas? Existem fraldas e roupas disponíveis?
- 8.2.2. Crianças escovam os dentes? Há tempo disponível para que essa atividade seja feita de maneira efetiva?
- 8.2.3. Crianças alérgicas, que porventura estejam produzindo secreções, recebem especial atenção para permanecerem limpas?

8.3. Procedimentos de Segurança

- 8.3.1. A instituição tem acessíveis os números de telefone de emergências?
- 8.3.2. A instituição tem procedimentos de segurança preestabelecidos, a serem tomados em caso de acidentes? Estão descritos e visíveis em painéis?
- 8.4. Há proteção de tomadas? Existem fios desencapados?
- 8.5. Existe proteção contra insetos nas janelas? (Analisar se são necessários, se há ocorrência de insetos que possam picar as crianças)
- 8.6. Existem extintores de incêndio instalados de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros?

4. ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM SECRETÁRIOS DA EDUCAÇÃO OU PESSOA QUE O REPRESENTA

Observação: É importante tentar ter em mãos, antes da ida a campo, os questionários do município e analisá-los para a realização a entrevista.

Objetivos da entrevista: Aprofundar dados do questionário e receber sugestões para a implantação e a implementação de uma política educacional voltada à oferta de Educação Infantil às crianças de 0 a 6 anos moradoras de territórios rurais.

Antes de iniciar a entrevista: Ratificar o compromisso do pesquisador e da coordenação da pesquisa em manter a identidade dos informantes sob sigilo, bem como a identidade do município. Solicitar autorização para realizar a entrevista e para gravá-la.

Quem entrevistar: preferencialmente, o secretário de educação. Na sua ausência, ter a indicação do referido secretário da pessoa que prestará as informações em nome da secretaria.

IDENTIFICAÇÃO

Do Entrevistado: nome, formação, função (perguntar sobre a função no caso de o respondente não ser o secretário)

Se a entrevista acontecer com o secretário, perguntar o tempo que ocupa o cargo.

ROTEIRO

1. Como o município vem atendendo as crianças de 0 a 3 anos e as crianças de 4 a 6 anos de idade residentes em área rural?
2. Qual é o ponto forte do município no atendimento das crianças de 0 a 6 anos e idade residentes no município?
3. Quais os principais desafios enfrentados por essa secretaria para atender as crianças de 0 a 3 anos residentes na área rural? E para as crianças e 4 a 6 anos? (Explorar após a respostas alguns aspectos: gestão financeira e administrativa, aspectos pedagógicos...).
4. Como você avalia a estrutura física das escolas que atendem as crianças de 0 a 3 anos que moram na área rural? E das escolas que atendem as crianças de 4 a 6 anos?
5. Como são os prédios as escolas? Eles suprem as necessidades das crianças de 0 a 3 anos / 4 a 6 anos da Educação Infantil? Por quê?
6. Há projetos desta secretaria para melhorar (reformular, construir) a estrutura física delas? Se sim, fale um pouco deles.
7. A última escola na área rural que atende as crianças de 0 a 6 anos e idade foi inaugurada quando?
8. Há recursos municipais para construção ou reforma as escolas do campo que atendem as crianças e 0 a 6 anos de idade?

9. Como o município poderia ampliar/melhorar a educação dessas crianças?
10. O município fechou alguma escola que atende crianças de 0 a 6 anos na área rural? Se sim, por quê?
11. Há recursos estaduais para construção ou reforma? O município já recebeu do Estado alguma colaboração nesse sentido? E em relação ao governo federal?
12. Os recursos financeiros do FUNDEB são suficientes para suprir as necessidades educacionais destas crianças? Por quê?
13. Como você avalia o quadro de professores que atuam junto a essas crianças em termos de formação e experiência? O que o município oferece de formação aos professores das escolas que atendem as crianças e 0 a 6 aos residentes na área rural?
14. Sobre a demanda, as famílias que moram na área rural e têm filhos pequenos (de 0 a 6 anos) têm procurado escolas para seus filhos? Desde que idade? Ou, para qual faixa etária procuram mais?
15. O que pensa sobre a obrigatoriedade da frequência de matrícula as crianças de 4 a 6 anos? (se não está bem informado explicar sinteticamente a lei). O município vem se preparando para atender as crianças do campo? De que forma? Quais são as maiores dificuldades? Essa obrigatoriedade reflete ou impacta no atendimento as crianças e 0 a 3 anos?
16. Você acha que deve haver oferta de Educação Infantil para as crianças perto do lugar onde moram? Por quê?
17. Como tem se dado a frequência destas crianças de 0 a 6 anos na escola? O que, em sua opinião, facilita a frequência delas? E o que atrapalha?
18. Para você, o que significa a Educação Infantil para estas crianças de 0 a 3 anos moradora em área rural? E para as crianças e 4 a 6 anos?
19. No grupo de crianças de 0 a 6 anos, moradoras em área rural, há registro de crianças que têm necessidades educativas especiais? Se sim, trata-se de qual ou quais necessidade (s)? Elas são atendidas? De que forma?
20. As escolas do município que atendem crianças de 0 a 6 anos moradoras de zona rural filhas de famílias (de quilombolas, assentadas, de pescadores, enfim, identificar as populações e adaptar...) desenvolvem algum tipo de trabalho pedagógico relacionado ao grupo cultural ao qual pertencem? Se sim, fale um pouco deste trabalho.
21. Quais são os principais desafios enfrentados por esta secretaria para atender as crianças de 0 a 6 anos, moradoras de zona rural?
22. Deseja expressar mais alguma ideia, sugestão ou tem alguma pergunta?

Agradecimentos. Explicar que o MEC enviará um kit de materiais. Os municípios poderão ser convidados a participar do Encontro Nacional de divulgação dos resultados da pesquisa.

5 ORIENTAÇÕES PARA A ENTREVISTA COM A FAMÍLIA

1. APRESENTAÇÃO

Prezado Pesquisador

Gostaríamos de agradecer a sua participação na I Pesquisa Nacional sobre Educação Infantil do Campo, ela é resultado de um projeto cooperação estabelecido entre Ministério da Educação (MEC), universidades brasileiras e também conta com a participação de movimentos sociais do campo e da educação infantil.

O objetivo desta pesquisa é conhecer a caracterização das crianças de 0 a 6 anos das áreas rurais e a educação para elas ofertada como forma de fazer avançar as políticas públicas para essas crianças.

Os resultados da pesquisa, portanto, poderão oferecer o primeiro retrato nacional de como a educação infantil está sendo ofertada para essas crianças. Pretendemos conhecer como os municípios, escolas e famílias brasileiras enfrentam os desafios do atendimento educacional às crianças brasileiras moradoras da zona rural.

2. COMBINADOS ENTRE O ENTREVISTADOR (A) E O ENTREVISTADO(A) ANTES DE INICIAR A PESQUISA

PARA APRESENTAR-SE

Contar da experiência da pesquisa nacional, da chegada à cidade, comunidade, escola e por fim, como chegou até esta família. Agradecer a disponibilidade e contar como vai ser a entrevista. Apresentar, dizendo que atualmente no Brasil toda a pesquisa precisa do consentimento das pessoas que participam, e ler o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” para as famílias, esclarecer as dúvidas, deixá-las tranquilas para iniciar a conversa. O termo deve ser assinado pelo respondente antes do início da entrevista e também deve ser assinado pelos pesquisadores na frente dos entrevistados.

Deixar a família escolher o melhor local para realizar a entrevista, para que as pessoas fiquem bem à vontade. Também, é importante salientar que instrumentos de pesquisa serão usados pelo pesquisador para o registro: gravador, anotações,... e salientar que é para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Caso no ambiente que será realizada a pesquisa estiver presente outras pessoas anotar em seus registros.

É importante utilizar uma linguagem clara e realizar alguns combinados (ex: quando desejar parar é só falar, que responda o que ache pertinente, que procure falar o que vem na sua “cabeça” e no seu “coração”). Afirmar que nos interessa saber muito como é a vida da família e, principalmente, como é a educação das crianças pequenas da sua comunidade. Isto é, que temos certeza que eles têm muito a nos contar sobre a realidade das crianças do campo.

Na apresentação, precisamos expressar que nossa pesquisa é relativa às crianças de zero a seis anos, portanto o pesquisador deverá salientar que as questões devem ser respondidas referentes aos filhos nesta faixa etária.

É importante reafirmar que o anonimato da família respondente será preservado e explicar que as informações nos relatórios e na divulgação da pesquisa serão apresentadas de forma a não aparecer os nomes.

No relatório da entrevista é preciso contar como foi este primeiro momento para contextualizar a situação de realização.

3. ESCLARECIMENTOS PARA O ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Caracterização sócio demográfica e educacional da família na residência

Neste Tópico da Entrevista nos interessa traçar um perfil do contexto familiar das crianças de zero a seis anos, portanto todos os aspectos são muito importante serem respondidos, as respostas são aquelas “declaradas” pelo informante, e caso haja alguma discordância do pesquisador ele deve fazer algum destaque (ex: na questão raça, o pesquisador deve fazer uma observação).

Neste quadro, nos interessa conhecer a família da criança, portanto, todos os que moram na mesma residência, tendo vínculos de parentesco ou não, mas que convivem no cotidiano com as crianças.

Sujeito- nome da pessoa respondente e das crianças

Relação de parentesco com a criança – mãe, avó, tio.. (caso não tenha relação de parentesco, destacar qual o vínculo com a família da criança)

Idade- Quantos anos você tem? Qual a idade de fulano?

Sexo- Não precisa perguntar para o informante, apenas para os que não estão presentes.

Raça- Como você se considera em relação a sua raça? Qual a raça de “fulano”? Procurar não induzir as respostas, elas devem ser autodeclaradas. Em caso de divergência do pesquisador, destacar com comentário.

Nível de Escolaridade - Até que ano “fulano” estudou? Caso não lembre, procure perguntar se é alfabetizado - Ele sabe ler e escrever?

Religiosidade - A família segue alguma religião? Frequenta alguma igreja? É importante perguntar se todos os membros da família participam, pois algumas vezes podem ter religiões diferentes, é importante perguntar se as crianças também frequentam.

Local de nascimento – Colocar o local oficial de nascimento de cada membro da Família.

Ocupação/ Trabalho- Em que vocês trabalham? Durante todo o ano? Caso durante o ano a pessoa tenha mais de uma ocupação é importante destacar (Ex: agricultor, mas fora de safra, faz tarefas de pintor)

2. A vida da família no contexto rural

Neste tópico da entrevista interessa ao pesquisador saber a historicidade do sujeito - como a família chegou até aquele lugar - como foi esta trajetória - como é a vida no campo. Aqui o objetivo é conhecer a trajetória da família até chegar ao contexto rural. Principalmente, queremos saber sobre as expectativas em relação à vida futura das crianças no campo (permanência ou não,etc). Por este motivo todas as questões da entrevista precisam ser exploradas pelo pesquisador.

3. Educação e Cuidado de crianças pequenas no campo

Neste tópico é importante, relembrar novamente às famílias que nossa pesquisa trata das crianças na faixa etária 0 a 6 anos (retomar esta questão da faixa etária no decorrer da entrevista) e portanto, todas as questões perguntadas serão referentes aos seus filhos pequenos, isto é, nesta faixa etária.

Também neste tópico o pesquisador deverá reconhecer o conceito nativo da educação das crianças de 0 a 6 anos, como denominam o modo de realizar o cuidado e a educação das crianças pequenas (criar, ...), bem como realizam esta experiência neste contexto familiar.

Caso a família desejar contar outras experiências da comunidade, de seus vizinhos, isto é, outras estratégias utilizadas, também é importante conhecer e registrar, mesmo que não façam parte do contexto daquela família, mas eles dizem respeito a aquela comunidade que está inserida.

Em relação à trajetória dos filhos maiores, procurar perguntar sobre as dificuldades para conseguir vaga (oferta, transporte,... o porquê parou de estudar,..)

4. O dia a dia da criança

Conhecer o dia a dia da criança quando ela não está na escola, isto é, desde que acorda até o horário que vai dormir. Neste tópico nosso interesse é reconhecer a vivência da criança no contexto em que vive, e, também, as idéias que tem sobre a escola (horário, transporte,..) e/ou outros ambientes que estão presentes na educação das crianças (caso tenha outro tipo de atendimento além da escola).

5. Como os pais avaliam a qualidade da escola de educação infantil freqüentada?

Neste tópico da entrevista queremos saber o que as famílias pensam sobre a escola que seus filhos pequenos frequentam, como eles avaliam este atendimento e como gostariam que esta escola fosse. Portanto, inicie perguntando se eles frequentam a escola dos filhos? Quando? E vá questionando as perguntas estabelecidas na entrevista.

As questões presentes neste tópico são relativas ao Ponto de vista das famílias em relação ao atendimento realizado na instituição que seus filhos pequenos frequentam, bem como de seus anseios e expectativas.

Neste momento é importante RELEMBRAR que esta pesquisa está sendo realizada para conhecer como as crianças pequenas estão sendo atendidas na zona rural, e que estas informações são subsídios importantes.

Cuidar para não repetir aspectos já abordados e/ou desenvolvidos nas questões anteriores para não tornar a entrevista cansativa.

6. Finalização/Avaliação

Neste último tópico nosso objetivo é conhecer o que as famílias pensam sobre a educação infantil, bem como suas expectativas em relação à educação nesta faixa etária no contexto da zona rural.

Neste tópico é importante conversar e/ou informar a família sobre a questão da obrigatoriedade de matrícula (EC 59/2009). Nosso objetivo é também reconhecer as expectativas em relação à obrigatoriedade de matrícula das crianças de 4 e 5 anos.

7. FINAL DA ENTREVISTA

Neste momento é muito importante o agradecimento, destacando a cooperação e a disponibilidade da família para participar da pesquisa. Procurar chamar o entrevistado pelo nome e destacar como será a devolutiva da pesquisa.

Solicitar contato: numero de telefone, endereço, email, .. para alguma dúvida posterior, e também deixar contato (carta da pesquisa).

Anotar o horário de início e término da entrevista, bem como a descrição do local, espaço, participantes, interrupções, impressões,...

6. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS MATRICULADAS

OBJETIVO:

Levantar as percepções e expectativas sobre a vida da criança de 0 a 6 anos que vivem e moram no campo.

Roteiro A

Para as famílias moradoras do campo que tem crianças atendidas em escolas na Zona Rural e Urbana.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO – Zona _____ Município: Escola que indicou a família: Crianças (s) de zero a seis anos da família (nome e idade): Endereço Residencial: Telefone: Respondente: Relação de Parentesco com a(s) criança (s)

1. Caracterização sócio demográfico e educacional dos moradores na residência (família) central

Sujeito	Relação de Parentesco com a criança	Idade	Sexo	Raça	Nível de Escolaridade	Religião	Local de Nascimento	Ocupação/profissão/ o que você faz? Com o que trabalha

2. A vida familiar no contexto rural

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Origem das famílias	De onde vem a família do pai e da mãe da criança?	De onde vocês vieram?
Local de Moradia	Há quanto tempo vocês moram aqui, neste lugar? Já moraram em outros locais?	
	Que atividades produtivas realizam?	O que vocês plantam? Tem animais? A família vive só daquilo que o campo dá?
	Quais as percepções e expectativas sobre a vida no campo?	Como é/está a vida no campo? Vocês pretendem continuar trabalhando com as mesmas atividades produtivas nos próximos anos?

		As crianças ajudam nas atividades domésticas e também no trabalho de vocês no campo? Como?
Perspectivas da família	Onde você acha que é melhor morar no campo ou na cidade?	As crianças gostam do campo? E da cidade? Eles tecem comentários sobre a cidade?o que comentam?
Perspectivas	E os filhos, onde preferiria que eles morassem: aqui ou na cidade?	Você conversa com seus filhos sobre a cidade? Eles demonstram interesse em ir morar na cidade? Por quê?
Concepção de Infância	A vida das crianças no campo é diferente/semelhante da vida das crianças nas cidades?	Você acha que a vida das crianças que moram no campo é próxima/parecida com a daquelas que vivem na cidade?Como?
Identidade	Como se denominam (Qual a identidade da família: ribeirinho...)?	Se você fosse dizer quem você é como você diria: Assentado? Agricultor? (Pistas)

3.Educação e o cuidado de crianças pequenas no campo

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Cuidado das crianças	Como é cuidar das crianças pequenas no campo	Como as crianças pequenas, em geral, são cuidadas aqui nesta localidade? (alimentação, saúde,lazer, brincadeira...) Como são os momentos de alimentação das crianças? Quais os atendimentos oferecidos pelo Posto de Saúde de sua comunidade? As crianças participam das festividades comunitárias?
		Existe/iu atendimento escolar para as crianças pequenas nesta comunidade? Existe algum tipo de atendimento? Quais?
	Você acha que precisa de creche ou de pré-escola para as crianças pequenas?	Você acha que precisa ter escola para criança de 0 a 6 anos? Para as bem pequeninhas de 0 a 3 anos? Para as maiores?
	Com quantos anos você colocou seus filhos na escola?Por que colocou?	
	Quando vocês estão trabalhando como fica o cuidado das crianças pequenas no turno em que não estão na escola?	Quando você está trabalhando, onde fica seu filho?

	Como foi/é a trajetória escolar dos filhos maiores, por que eles realizaram esta trajetória? Tinha oferta de vagas para os seus filhos maiores?	Como foi a trajetória escolar de seu filho mais velho (vaga na escola, transporte escolar, horário, distancia)?
	Quais as expectativas que vocês têm com a escolaridade das crianças	Por que vocês acham que é importante as crianças irem à escola? Os pequenos? Os maiores? Qual a importância da escola na vida das crianças desta comunidade? Você acha importante que as crianças pequenas freqüentem a escola (0 a 3)?

4.O dia a dia da criança

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Cuidado diário com as crianças	Onde, como e com quem a criança fica ao longo do dia?	Como é o dia a dia da criança da hora que acorda até a hora de dormir?
	Por que escolheu/vocês escolheram esta "solução"?	Por que escolheu deixar assim? Deste modo?
	A criança convive com outras crianças pequenas? Quais Onde elas moram? Qual a distancia?	Seu/sua filha convive ou brinca com outras crianças? Elas moram perto? O que elas falam quando estão juntas? Do que brincam? . Que tipo de brincadeiras ele(a) brinca? Com quais brinquedos (galhos, pedras, panela, folhas, boneca, carrinho, etc.)?
		O que ele faz quando não está na escola? Vocês fazem alguma outra atividade no final de semana? (igreja, reunião da associação, ciranda, etc.). Ele assiste TV? Ele participa das atividades domésticas: dá comida aos animais, rega plantas....
Escola frequentada	Como é a escola freqüentada?Comunidade/Distrito ou Intra campo? Como você gostaria que fosse?	Onde fica a escola?Perto? Longe? Quanto tempo demora para chegar lá?Como você gostaria que

		fosse? Onde você gostaria que fosse?
Avaliação do deslocamento	Como ela realiza este deslocamento (transporte, tempo e distancia)?	Ela vai sozinha ou acompanha? Por quem? Você tem quem leve e busque a criança na escola? Como é o transporte: a pé, de bicicleta? As crianças vão com segurança? Há problemas com o transporte? Como você gostaria que fosse o transporte das crianças? Como você gostaria fosse ofertado este transporte ?

5. Como os pais avaliam a qualidade da escola de educação infantil freqüentada?

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Oferta de vagas	Tem vagas para todas as crianças da comunidade?	Tem vaga até que idade aqui na zona rural? 0 a 3 e 4 a 6 anos.
Espaço geográfico	Quem é a professora rotatividade dos professores e das crianças organização das turmas repetência	
Qualidade da educação Infantil: Infraestrutura e materiais	Como são as condições de infraestrutura da escola? A escola tem disponibilidade de água, luz e saneamento? Há mobiliário? A escola oferece moveis, materiais escolares e uniforme para as crianças ou solicita para as famílias a compra? A escola tem pátio? Tem horta?	Como é a escola que teu filho estuda? A escola é bonita? Tem água, tem luz, esgoto? Ela é muito quente? Fechada? Tem moveis adequados ao tamanho das crianças? Tem banheiro? Tem cozinha?
Brincadeira	Tem brinquedos? As crianças podem brincar? Brincar de que	Eles produzem seus brinquedos? Onde elas brincam na escola? Tem espaço específico? Quais as brincadeiras que as crianças mais gostam? Qual o tempo que as crianças dispõem para brincar?
Merenda	Qual a qualidade da merenda? Tem o	Tem merenda? É boa? É feita na escola? Seus filhos gostam? Que

	Conselho da merenda?	tipo de comida é? Há aproveitamento das frutas de sua comunidade na merenda escolar? Se têm conselho quem participa? Ele fiscaliza a merenda que é servida às crianças
Oferta de vagas	Tem vagas para todas as crianças da comunidade? Tem vaga até que idade aqui na zona rural? 0 a 3 e 4 a 6?	As crianças de 0 a 3 e 4 e 6 anos são contempladas com as vagas em sua comunidade? É fácil conseguir uma vaga?
Professores	Os professores são bons? Tem formação? Ensinam bem as crianças? São homens ou mulheres? São da Comunidade?	Os professores têm boa interação com a comunidade e as com as crianças? Eles participam de outras atividades na comunidade?
Proposta Pedagógica	O pessoal da escola já mostrou/contou para vocês sobre a proposta pedagógica? O calendário da escola é adequado as necessidades das famílias? O horário de funcionamento é adequado as famílias? Você acha que para as crianças pequenas é melhor o turno integral ou meio período?	Como é o trabalho desta escola? O que eles fazem lá? O que ele conta do que faz? O calendário é adequado ao tempo? Aos períodos da colheita? Quanto tempo ele fica na escola? Este é um horário bom para você? E para seu filho? Você prefere para sua criança um período parcial ou integral, isto é, todo o dia? Você acha que a sua/seu filho são bem educados e cuidados no período que estão na escola? A escola prepara as crianças para continuar estudando?
Transporte	Você acha que a distancia entre a casa e a escola está boa?	Você acha longe de sua casa esta escola? Acha que deveria ter o transporte escolar?
Sugestões	Quais as sugestões para o funcionamento da escola?	Como vocês pensam que seria uma boa escola?

6.Finalização/Avaliação

Comunidade	Como avalia a atenção à educação e ao cuidado da infância em sua comunidade?	A comunidade preocupa-se com a educação e o cuidado das crianças de 0 a 3 e de 4 a 6 anos? De que forma?
Faixa etária	Que idade as crianças devem ir para a escola?	A partir de que idade você acha que a criança deve ir para escola?
Importância da educação infantil	Por que a educação infantil seria importante:	Por que a educação infantil seria importante?

	liberar a família ou oferecer outras experiências para as crianças	Quando a criança está na escola você se sente seguro para continuar trabalhando? Que experiências você gostaria que a escola ofertasse as crianças?
Organização do espaço escolar/ou infraestrutura?	Que sugestões teriam para o atendimento das crianças de 0 a 6 anos na zona rural? Psiquisador pode organizar perguntas sobre aspectos culturais de sua região. Exemplo Região Norte: Acha que deveria ter espaço para colocar rede na escola (Redário)?	Como seria uma escola boa para as crianças pequenas? Como seria este espaço? Teria pátio? Que materiais não poderiam faltar? Você preferiria uma escola em alvenaria ou adaptada à realidade de sua região?
Ordenamento legal	Informar sobre a nova legislação da obrigatoriedade	O que você acha das crianças de 4 e 5 anos serem obrigadas à ir para a escola
Professores		Você acha que o professor deveria morar na comunidade? Há trocas constantes de professores em sua comunidade? Como são escolhidos os professores que trabalham aqui (concurso, pedido de político, indicação da comunidade)? Quem você prefere para trabalhar com seu filho na educação infantil: homem ou mulher?
Sugestões para melhorias		Você tem alguma sugestão para melhorar o atendimento dos seus filhos e das crianças da comunidade?

6 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS NÃO MATRICULADAS

OBJETIVO:

Levantar as percepções e expectativas sobre a vida da criança de 0 a 6 anos que vivem e moram no campo.

Roteiro B

Para as famílias moradoras do campo que tem crianças de 0 a 6 anos que não são matriculadas em escolas de educação infantil.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO – Zona _____

Município:

Família indicada por:

Crianças (s) de zero a seis anos da família (nome e idade):

Endereço Residencial:
Telefone:
Respondente:
Relação de Parentesco com a(s) criança (s)

1. Caracterização sócio demográfico e educacional dos moradores na residência (família) central

Sujeito	Relação de Parentesco com a criança	Idade	Sexo	Raça	Nível de Escolaridade	Religião	Local de Nascimento	Ocupação/profissão/ o que você faz? Com o que trabalha

2. A vida familiar no contexto rural

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Origem das famílias	De onde vem a família do pai e da mãe da criança?	De onde vocês vieram?
Local de Moradia	Há quanto tempo vocês moram aqui, neste lugar? Já moraram em outros locais?	
	Que atividades produtivas realizam?	O que vocês plantam? Tem animais? A família vive só daquilo que o campo dá?
	Quais as percepções e expectativas sobre a vida no campo?	Como é/está a vida no campo? Vocês pretendem continuar trabalhando com as mesmas atividades produtivas nos próximos anos?
		As crianças ajudam nas atividades domésticas e também no trabalho de vocês no campo? Como?
Perspectivas da família	Onde você acha que é melhor morar no campo ou na cidade?	As crianças gostam do campo ? E da cidade? Eles tecem comentários sobre a cidade?o que comentam?
Perspectivas	E os filhos, onde preferiria que eles morassem: aqui ou na cidade?	Você conversa com seus filhos sobre a cidade? Eles demonstram interesse em ir

		morar na cidade? Por quê?
Concepção de Infância	A vida das crianças no campo é diferente/semelhante da vida das crianças nas cidades?	Você acha que a vida das crianças que moram no campo é próxima/parecida com a daquelas que vivem na cidade? Como?
Identidade	Como se denominam (Qual a identidade da família: ribeirinho...)?	Se você fosse dizer quem você é como você diria: Assentado? Agricultor? (Pistas)

3. Educação e o cuidado de crianças pequenas no campo

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Cuidado das crianças	Como é cuidar das crianças pequenas no campo	Como as crianças pequenas, em geral, são cuidadas aqui nesta localidade? (alimentação, saúde, lazer, brincadeira...)? Como são os momentos de alimentação das crianças? Quais os atendimentos oferecidos pelo Posto de Saúde de sua comunidade? As crianças participam das festividades comunitárias?
		Existe/iu atendimento escolar para as crianças pequenas nesta comunidade? Existe algum tipo de atendimento? Quais? As crianças que possuem necessidades educativas especiais possuem algum atendimento?
	Você acha que precisa de creche ou de pré-escola para as crianças pequenas?	Você acha que precisa ter escola para criança de 0 a 6 anos? Para as bem pequeninhas de 0 a 3 anos? Para as maiores?
	Com quantos anos você colocou seus filhos na escola? Por que colocou?	
	Quando vocês estão trabalhando como fica o cuidado das crianças pequenas no turno em que não estão na escola?	Quando você está trabalhando, onde fica seu filho?
	Como foi/é a trajetória escolar dos filhos maiores, por que eles realizaram esta trajetória? Tinha oferta de vagas para os seus filhos maiores?	Como foi a trajetória escolar de seu filho mais velho (vaga na escola, transporte escolar, horário, distancia)?
	Quais as expectativas que vocês têm com a escolaridade das crianças?	Por que vocês acham que é importante as crianças irem à escola? Os pequenos? Os

		maiores? Qual a importância da escola na vida das crianças desta comunidade? Você acha importante que as crianças pequenas frequentem a escola? E as bem pequeninhas?
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

4.O dia a dia da criança

Temática	Questão	Linguagem para usar na entrevista
Cuidado diário com as crianças	Onde, como e com quem a criança fica ao longo do dia?	Como é o dia a dia da criança da hora que acorda até a hora de dormir?
	Por que escolheu/vocês escolheram esta “solução”?	Por que escolheu deixar assim? Deste modo?
	A criança convive com outras crianças pequenas? Quais Onde elas moram? Qual a distância?	Seu/sua filha convive ou brinca com outras crianças? Elas moram perto? O que elas falam quando estão juntas? Do que brincam? . Que tipo de brincadeiras ele(a) brinca? Com quais brinquedos (galhos, pedras, panela, folhas, boneca, carrinho, etc.)?
		Vocês fazem alguma outra atividade no final de semana? (igreja, reunião da associação, ciranda, etc.). Ele assiste TV? Ele participa das atividades domésticas: dá comida aos animais, rega plantas....

6.Finalização/Avaliação

Comunidade	Como avalia a atenção à educação e ao cuidado da infância em sua comunidade?	A comunidade preocupa-se com a educação e o cuidado das crianças de 0 a 3 e de 4 a 6 anos? De que forma?
Faixa etária	Que idade as crianças devem ir para a escola?	A partir de que idade você acha que a criança deve ir para escola?
Importância da educação infantil	Por que a educação infantil seria importante: liberar a família ou oferecer outras experiências para as crianças	Por que a educação infantil seria importante? Quando a criança está na escola você se sente seguro e tranquilo para continuar trabalhando? Que experiências você gostaria que a escola ofertasse as crianças?

<p>Organização do espaço escolar/ou infraestrutura?</p>	<p>Que sugestões teriam para o atendimento das crianças de 0 a 6 anos na zona rural?</p> <p>Psiquisador pode organizar perguntas sobre aspectos culturais de sua região. Exemplo Região Norte: Acha que deveria ter espaço para colocar rede na escola (Redário)?</p>	<p>Como seria uma escola boa para as crianças pequenas? Como seria este espaço? Teria pátio? Que materiais não poderiam faltar?</p> <p>Você preferiria uma escola em alvenaria ou adaptada à realidade de sua região?</p>
<p>Ordenamento legal</p>	<p>Informar sobre a nova legislação da obrigatoriedade</p>	<p>O que você acha das crianças de 4 e 5 anos serem obrigadas à ir para a escola</p>
<p>Professores</p>		<p>Você acha que o professor deveria morar na comunidade? Há trocas constantes de professores em sua comunidade? Como são escolhidos os professores que trabalham aqui (concurso, pedido de político, indicação da comunidade)? Quem você prefere para trabalhar com seu filho na educação infantil: homem ou mulher?</p>
<p>Sugestões para melhorias</p>		<p>Você tem alguma sugestão para melhorar o atendimento dos seus filhos e das crianças da comunidade?</p>

7 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM INFORMANTES QUALIFICADOS: representantes institucionais, movimentos sociais e sindicais

OBS. Explicar os objetivos e foco do estudo, porque ele(a) foi escolhido(a) para ser entrevistado; sigilo das informações; liberdade de responder; pedir licença para gravar.

Quem entrevistar: preferencialmente pessoas vinculadas às Instituições que tem assento no Conselho Nacional de EDU Campo, na seguinte ordem de prioridade: Movimento Mulheres Trabalhadoras Rurais; Associações de populações específicas (exemplo: Assoc. Quilombola, Assentados, etc.); Sindicatos de Trab. Rurais; Cooperativas/ associações de produtores rurais ...

I – IDENTIFICAÇÃO

1.1 Do Entrevistado: nome, idade, formação, atividade, função ...

1.2 Da Instituição / organização : Nome, função, vínculos com rural, ...

II – SITUAÇÃO DA EDU INFANTIL

2.1 Na Região / Município

2.2 No rural (Região/Município)

2.3 Frequência infantil (0 a 6 anos) rural à Escola .

2.4 Como as famílias rurais encaram a ida/frequência de seus filhos (0 a 6 anos) à escola

2.5 Opinião do entrevistado sobre:

a) Escolas: tamanho, qualidade da construção, estruturas adequadas, etc.

b) Transporte / acessibilidade

c) Dos Professores e outros profissionais que atuam nas Escolas

d) As atividades e conteúdos para crianças de 0 a 6 anos.

III – OPINIÕES / SUGESTÕES

3.1 Opinião sobre como vê o compromisso do Estado (nas três instâncias) com educação infantil (0 a 6 anos) no Campo

3.2 Opinião sobre compromisso das famílias em relação à EDU em âmbito escolar das crianças (0 a 6 anos).

3.3 O que pensa sobre a obrigatoriedade da frequência de crianças (0 a 6 anos) à Escola (se necessário explicar ao entrevistado a lei, sinteticamente).

3.4 Como o município poderia ampliar / melhorar a educação das crianças de 0 a 6 anos.

3.5 Na Organização que o entrevistado representa:

a) Este tema/assunto tem relevância?

b) Como essa organização pode contribuir para a implantação / ampliação da Política de EDU Infantil?

3.6 Sugestões para melhoria ou para uma política de EDU Infantil do Campo?

3.7 Deseja expressar mais alguma ideia, sugestão ou tem alguma pergunta?

Agradecer e desligar o gravador de forma visível.

ANEXO III – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO–

1. ESCOLAS

Pesquisa Nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de idade Residentes em Área Rural - Termo de Cooperação Técnica Ministério da Educação e UFRGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ESCOLAS

Eu, _____, estou sendo convidado(a) a participar da segunda fase da pesquisa nacional *Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 Anos de Idade Residentes em Área Rural*, que tem como objetivo levantar aspectos da oferta do atendimento de Educação Infantil e da demanda das famílias e comunidades por essa educação para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, com vistas a subsidiar a expansão da educação infantil do campo.

Fui esclarecido(a) de que esta segunda fase será realizada em 30 municípios, 6 em cada região do país, e consiste no aprofundamento das informações levantadas na primeira fase.

Sei que minha participação neste momento consiste em conceder entrevista e dados complementares relativos ao atendimento educacional oferecido pela escola às crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Na escola, além da entrevista, sei que serão feitas observações sobre os espaços e atividades desenvolvidas. Fui esclarecido(a) de que a pesquisa poderá utilizar gravador na entrevista para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta terão acesso à gravação. Também fui esclarecido/a de que a pesquisa fará o registro de apenas uma imagem fotográfica, a da fachada das escolas participantes do estudo, sem a presença de qualquer pessoa.

Também fui informado(a) que participarão da pesquisa o(a) secretário(a)/diretor(a) de educação do município. Sei que a pesquisa realizará entrevistas com famílias e representantes de movimentos sociais e sindicais acerca da educação infantil ofertada à criança residente em área rural.

Estou ciente de que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim, a minha escola ou ao município.

Recebi o esclarecimento de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatórios e em formato livro, de forma agregada, não associando as informações fornecidas ao meu nome, ao da escola e ao nome do município.

Fui informado(a) ainda de que todo o material produzido na pesquisa ficará de posse da sua coordenação geral e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Afirmo que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro ainda que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Concordo, nesses termos, em participar da pesquisa.

_____, de _____ de 2012

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador
Contatos da pesquisa regional:

Responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Telefone da responsável pela pesquisa: (51) 33083104

2 FAMÍLIAS

Pesquisa Nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de idade Residentes em Área Rural - Termo de Cooperação Técnica Ministério da Educação e UFRGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO FAMÍLIAS

Eu, _____, estou sendo convidado(a) a participar da pesquisa nacional *Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 Anos de Idade Residentes em Área Rural*, que tem como objetivo compreender a oferta pelo poder público e as necessidades das famílias e comunidades em relação à creche e pré-escola para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural. Tem ainda como objetivo auxiliar a elaboração de políticas públicas para a educação infantil no campo.

Fui informado(a) de que, nesta fase, a pesquisa será realizada em 30 municípios, 6 em cada região do país.

Sei que minha participação neste momento será dar uma entrevista sobre as necessidades em relação à creche e pré-escola para meu(s)/minha(s) filho(s)/a(s) e sobre o atendimento oferecido pelo município às crianças de 0 a 6 anos de idade da área rural. Sei que, como a minha, outras famílias participarão da pesquisa, além do(a) secretário(a) de educação, diretores de escola e lideranças de movimentos sociais e sindicais ligados à terra e à infância.

Fui informado(a) também de que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de explicar porque e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim e a meu/minha filho(a).

Fiquei sabendo ainda que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatórios e em formato livro, não associando as informações fornecidas ao meu nome e ao nome do município participante da pesquisa.

Fui esclarecido(a) de que a entrevista poderá ser gravada para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso à gravação. Também sei que a pesquisa fará o registro de apenas uma

imagem fotográfica, a da fachada das escolas participantes do estudo, sem a presença de qualquer pessoa.

Fui informado(a) de que a gravação de minha entrevista e as anotações sobre ela ficarão, como todo material produzido na pesquisa, sob a responsabilidade da coordenação geral da pesquisa e serão utilizadas apenas nesta pesquisa.

Sei que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Fui informado(a) de que, a qualquer momento, posso ter esclarecidas as dúvidas que surgirem. Concordo em participar da pesquisa.

_____, de _____ de
2012

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador
Contatos da pesquisa regional:

Responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Telefone da responsável pela pesquisa: (51) 33083104

**3MOVIMENTOS SOCIAIS e SINDICAIS (INFORMANTES
QUALIFICADOS)**

Pesquisa Nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de idade Residentes em Área Rural

Termo de Cooperação Técnica Ministério da Educação e UFRGS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
MOVIMENTOS SOCIAIS e SINDICAIS**

Eu, _____, estou sendo convidado(a) a participar da pesquisa nacional *Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 Anos de Idade Residentes em Área Rural*, que tem como objetivo compreender a oferta pelo poder público e as necessidades das famílias e comunidades em relação à creche e pré-escola para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural. Tem ainda como objetivo fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas para a educação infantil no campo.

Fui informado(a) de que, nesta fase, a pesquisa será realizada em 30 municípios, 6 em cada região do país.

Sei que minha participação neste momento da pesquisa consistirá em dar uma entrevista sobre as necessidades em relação à creche e pré-escola para as crianças de 0 a 6 anos de idade da área rural. Sei ainda que, além de mim, serão ouvidos famílias, o(a) secretário(a) de educação, diretores de escolas e outras lideranças de movimentos sociais.

Fui informado(a) que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de explicar porque, e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim e à entidade que represento.

Também fui informado(a) de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em Relatórios e em formato livro, não associando as informações fornecidas ao meu nome, ao nome de minha entidade e ao nome do município que participa da pesquisa.

Fui esclarecido(a) de que a pesquisa poderá utilizar gravador na entrevista para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso à gravação. Também fiquei sabendo que a pesquisa fará o registro de apenas uma imagem fotográfica, a da fachada das escolas participantes do estudo, sem a presença de qualquer pessoa.

Fui informado(a) ainda de que minha entrevista, a gravação e as anotações sobre ela ficarão, como todo material produzido na pesquisa, sob a responsabilidade da coordenação geral da pesquisa e serão utilizadas apenas nesta pesquisa.

Afirmo que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente de que, a qualquer momento, posso ter esclarecidas as dúvidas que surgirem. Concordo em participar da pesquisa.

_____, de _____ de 2012

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Contatos da pesquisa regional:

Responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)

Telefone da responsável pela pesquisa: (51) 33083104

4.SECRETARIAS

Pesquisa Nacional Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos de idade Residentes em Área Rural Termo de Cooperação Técnica Ministério da Educação e UFRGS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO SECRETARIAS

Eu, _____, estou sendo convidado(a) a participar da segunda fase da pesquisa nacional *Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 Anos de Idade Residentes em Área Rural*, que tem como objetivo levantar aspectos da oferta do atendimento de Educação Infantil e da demanda das famílias e comunidades por essa educação para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, com vistas a subsidiar a expansão da educação infantil do campo.

Fui esclarecido(a) de que esta segunda fase será realizada em 30 municípios, 6 em cada região do país, e consiste no aprofundamento das informações levantadas na primeira fase.

Sei que minha participação neste momento consiste em conceder entrevista e dados complementares relativos ao atendimento educacional oferecido pelo município às crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural. Também fui informado(a) de que participarão da pesquisa escolas que atendem a crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural e que, nessas escolas, serão realizadas entrevistas com seus diretores ou coordenadores relativas ao atendimento dessas crianças. Além de fazer entrevistas nas escolas, sei que a pesquisa também demandará entrevistas com famílias e representantes de movimentos sociais e sindicais acerca da educação infantil ofertada à criança residente em área rural.

Fui informado(a) de que tenho a liberdade de desistir ou de interromper minha colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e que, nesse caso, a desistência não causará nenhum prejuízo a mim ou ao município.

Também fui informado(a) de que os resultados obtidos na pesquisa serão apresentados em relatórios e em formato livro, de forma agregada, não associando as informações fornecidas ao meu nome e ao nome do município.

Fui esclarecido(a) de que a pesquisa poderá utilizar gravador na entrevista para facilitar o registro das informações e que apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso à gravação. Também estou ciente de que a pesquisa fará o registro de apenas uma imagem fotográfica, a da fachada das escolas participantes do estudo, sem a presença de pessoas.

Tenho ciência de que todo o material produzido nessa fase da pesquisa ficará de posse da sua coordenação geral e será utilizado apenas nesta pesquisa.

Afirmo que minha participação é livre, voluntária e espontânea.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Concordo, nesses termos, em participar da pesquisa.

_____, de _____ de 2012

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador
Contatos da pesquisa regional:

Responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Maria Carmen Silveira Barbosa (UFRGS)
Telefone da responsável pela pesquisa: (51) 33083104

ANEXO IV - ROTEIRO DE RELATÓRIO DE CAMPO QUALITATIVO

I INTRODUÇÃO

1.1 Apresentar o que é o relatório

1.2 Metodologia (descrição sintética de como foi feita a coleta de informações, descrevendo no geral como e de quem foram obtidas.

II – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

(se necessário ampliar algumas informações para a Região)

- a) **demográfica.** Distribuição por local de moradia, sexo, faixas etárias,
- b) econômica pib, importância por setor: primário (quais principais produtos) secundário e terciário
- c) Social (IDH, Etnias, Escolarização, ...

III – RESULTADOS

3.1 Sistema da educação infantil no Município

- a) apresentação
- b) descrição das observações
- c) entrevista
- d) Análise incluindo as sugestões

3.2 Situação da Educação Infantil nas Escolas

- a) apresentação
- b) descrição das observações

- c) entrevista
- d) Analise incluindo as sugestões

3.3 As famílias Usuárias e não usuárias

- a) apresentação
- b) descrição das observações
- c) entrevista
- d) Analise incluindo as sugestões

3.4 As Organizações Sociais (incluindo Movimentos Sociais)

- a) apresentação
- b) descrição das observações
- c) entrevista (síntese das principais informações, seguindo o roteiro da entrevista)
- d) Analise incluindo as sugestões

IV – COMENTÁRIOS / SUGESTÕES DO PESQUISADOR

4.1 Descrever a Experiência do processo pesquisa

- a) condições objetivas da realização do campo
- b) receptividade e facilidades encontradas
- c) dificuldades e/ou resistências locais

4.2 A partir da vivência da pesquisa (leituras, campo, discussões)

a) comentar, que conhecimento apreendeu neste processo de interlocução com diferentes atores sociais, da observação das condições do cotidiano da vida das famílias, dos professores, das instituições, etc., dos diálogos, das reflexões pessoais.

b) Sugestões sobre a educação no campo das crianças de 0 a 6 anos, referenciadas na vivência e especificidades do município.

APÊNDICE II: TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente termo, eu _____,
RG _____, CPF _____, na função de _____ da pesquisa *Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais brasileiras*, ciente de que os dados qualitativos produzidos no âmbito da referida pesquisa são para seu uso exclusivo, comprometo-me a repassá-los integralmente à Coordenação Geral da Pesquisa e a não torná-los públicos nem reutilizá-los em outros estudos.

Brasília, _____ de _____ de 2012

Equipe: Coordenação Nacional

Secretária Executiva:

Carolina Gobbato (UFRGS).

Apoio Técnico Administrativo:

Beatris de Moraes Pinto (UFRGS)

Michelle Teixeira (UFRGS)

Thomas Lester Geri (UFRGS).

Apoio Técnico Estatística:

Gustavo Thomas (UFRGS).

Pesquisador:

Susana Beatris Fernandes (UNISC).

Equipe: Produção Acadêmica

Pesquisadores:

Ana Paula Soares da Silva (voluntária/USP-Ribeirão Preto)

Tatiana Noronha de Souza (UNESP-Jaboticabal)

Ana Cecília Oliveira Silva (USP-Ribeirão Preto)

Fernanda Lacerda Silva (USP-Ribeirão Preto)

Juliana Bezzon da Silva (voluntária/USP-Ribeirão Preto)

Luciana Pereira de Lima (USP-Ribeirão Preto)

Regiane Sbroion de Carvalho (USP-Ribeirão Preto)

Thaíse Vieira de Araújo (USP-Ribeirão Preto)

Apoio Técnico:

Daniel Coelho, Marta Aparecida da Silva.

Equipe: Núcleos Regionais

Região Norte

Pesquisadores:

Djanne Fernandes Melo (UFPA)

Elaine Ramos da Silva (voluntária/UNCME- AM)

Eliseanne Lima da Silva (voluntária/IFAM)

Flávia de Cássia Pantoja Batista (UFPA)

Franciana Carneiro de Castro (voluntária/UFAC)

Juliana Nascimento da Paixão (UFPA)

Lanna Edwirges da Silva Costa (UFPA)
Liliane Soares Silva (UFPA)
Rosana Cristina dos Reis Daher (UFPA)
Sara Teles Brito (UFPA)
Salomão Antônio Muffarej Hage (UFPA)
Sônia Eli Cabral Rodrigues (UFPA)
WianneyDinely Silva do Nascimento (UFPA).

Apoio Técnico:

Hádila Maria de Aguiar Pena (UFPA).

Região Nordeste

Pesquisadores:

Carla Manuella de Oliveira Santos (UFAL)
Edna Maria Alves Fernandes (UFRN)
Fabiana Oliveira Canavieira (UFMA)
Josafá Paulino de Lima (UFCEG)
Kátia Patrício Benevides Campos (UFCEG)
Luisa de Marillac Ramos Soares (UFCEG)
Maria Cristina Martins (UFS)
Marlene Oliveira dos Santos (UFBA)
Marli Clementino Gonçalves (UFPI)
Patrícia Gomes de Siqueira (UFPE)
Sílvia Helena Vieira Cruz (UFC).

Apoio Técnico:

Andreza Lima de Azevedo (UFCEG).

Região Centro-oeste

Pesquisadores:

Anamaria Santana (UFMS/Corumbá)
Ivone Garcia Barbosa (UFG)
Adriana Pacheco da Silva Santos (UNEMAT/Sinop)
Camila Cerqueira Dos Santos Silva (UFG)
Danielly Carolinne Freire de Oliveira (UFMS/Corumbá)
Elizete Poleti De Oliveira Dias (UNEMAT/Sinop)

Francy Laura De Moraes (UFMS/Corumbá)

Glades Ribeiro Mueller (UFMT)

Janaina Batista Lino Perez (UNEMAT/Sinop)

Rosiris Pereira De Souza (UFG).

Fizeram parte da equipe os seguintes Assistentes de Pesquisa Voluntários:

Lucilene Santana Gonçalves (UFG)

Marcos Antônio Soares (UFG)

Maria de Fatima Ribeiro (UFMS/Corumbá).

Apoio Técnico:

Ilza Nunes da Cunha Polini (UFMT).

Região Sudeste

Pesquisadores:

Cristiana Callai (voluntária/UFF)

Divina Leila Soares Silva (UFES)

Edmilson dos Santos Ferreira (UFRJ)

Edna Rodrigues da Silva Oliveira (UFF)

Elisângela Carvalho (MST)

Lígia Aquino (voluntária/UERJ)

Kalline Pereira Aroeira (UFES)

Rafael Reis Bittencourt (UFMG)

Rita de Cássia Vieira (UFMG)

Tânia de Vasconcellos (UFF)

Valdete Côco (UFES), Welington Dias (UFMG).

Apoio Técnico:

Érica Dumont Pena (UFMG).

Região Sul

Pesquisadores:

Carolina Machado Castelli (FURG/UFPEL)

Catarina de Souza Moro (MIEIB/UFPR)

Daniele Marques Vieira (MIEIB/UFPR)

Isabela Camini (MST)

Maria Teresa Telles Ribeiro Senna (UFSC)

Valentina Weschenfelder (MIEIB/UNIJUI)

Patrícia RutzBierhals (UFRGS)

SonildaFlorinália da Silva Pereira (CONTAG-RS)

Soraya Franzoni Conde (UFSC)

VerenaWiggers (MIEB/UFSC).

Apoio Técnico:

Crisliane Boito (UFRGS)

Diulia Marina Francesquett (UFRGS).